

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
REALIZAÇÕES DE GOVERNO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
REALIZAÇÕES DE GOVERNO

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, através da presente publicação, divulga os pronunciamentos do Excelentíssimo Senhor Presidente João Figueiredo, realizados através de rede nacional de rádio e televisão, ao término de seu mandato presidencial.

Os pronunciamentos, em número de 11, foram ao ar durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1984 e janeiro, fevereiro e março de 1985. Eles englobam a situação do País e as transformações ocorridas durante o Governo João Figueiredo — com remissão aos últimos 20 anos — nos campos das Minas e Energia, Transportes, Comunicações, Assuntos Fundiários, Interior, Agricultura, Defesa Nacional, Educação e Cultura, Indústria e Comércio, Previdência e Assistência Social, Política Externa e Desenvolvimento Econômico e Social.

Ao decidir utilizar os meios eletrônicos para uma prestação de contas da obra de seu governo, o Presidente João Figueiredo não desejou apenas valer-se dos instrumentos modernos que o próprio processo de desenvolvimento propiciou. Ele quis oferecer subsídios ao maior número de brasileiros, para que todos possam avaliar o que está aconte-

IV

cendo no País, o quanto se tem feito com a participação de todos e, sobretudo, o quanto se poderá, ainda, fazer.

À prestação de contas, junta-se, pois, nestes pronunciamentos do Presidente João Figueiredo, uma mensagem de confiança no destino do Brasil.

Brasília, março de 1985.

ÍNDICE

Pág.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo sobre a atuação governamental na área do Ministério das Minas e Energia. Em 9-10-84.	1
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo na área dos Transportes. Em 30-10-84.	11
Discurso do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo na área das Comunicações. Em 15-11-84....	27
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo na área do Ministério do Interior. Em 21-11-84	43
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre seu programa de governo na área do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Em 30-11-84 ...	63
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre seu programa de governo na área do Ministério da Agricultura. Em 7-12-84	77
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo dirigido à Nação, em cadeia de rádio e televisão, sobre seu programa de governo na área da Defesa Nacional. Em 13-12-84	95

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em ca- deia nacional de rádio e televisão, sobre as reali- zações do Governo Federal na área da Educação e Cultura. Em 5-2-85	111
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em ca- deia nacional de rádio e televisão, sobre as reali- zações do Governo Federal na área da Indústria e do Comércio. Em 11-2-85	127
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em ca- deia nacional de rádio e televisão, sobre as reali- zações do Governo Federal na área de Economia ..	127
Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em ca- deia nacional de rádio e televisão, sobre a atuação do Governo Federal na área da Política Externa. Em 1-3-85	175

**Pronunciamento do Presidente João Figueiredo sobre
a atuação governamental na área do Ministério das Mi-
nas e Energia.**

Em 9-10-84

Brasileiros:

O processo político democrático implica um intenso debate.

A predominância de posições emocionais conduz a uma visão parcial da realidade e muitas vezes impede que a opinião pública seja informada com equilíbrio.

Nessas circunstâncias, considero de meu dever apresentar à Nação uma visão de conjunto da obra do meu governo.

Na democracia, a sociedade exige dos que pretendem governá-la o conhecimento dos seus problemas e a formulação de planos de ação adequada para resolvê-los.

O Brasil já ultrapassou a era das promessas de ocasião. Não podemos mais aceitar o oportunismo simplista de frases de efeito para mobilizar a opinião pública. A sociedade brasileira precisa e exige programas e planos de trabalho daqueles que se dispõem a dirigí-la.

Consciente desse dever, ainda como candidato, percorri o País apresentando às nossas lideranças e ao nos-

so povo quais eram meus planos e meus objetivos no campo político, no campo econômico, no campo social. Quando assumi o Governo, fixei diretrizes de ação que foram amplamente divulgadas.

No plano político, meu grande objetivo foi realizar a abertura. Garantir as liberdades e direitos individuais. Fazer deste País uma democracia.

No plano social, ampliar o acesso de todas as camadas da população aos benefícios materiais do desenvolvimento: emprego, habitação, educação, alimentação, saúde, assistência médica.

No plano da economia, fortalecer a base interna, especialmente em setores ainda muito vulneráveis e dependentes do Exterior. Procurar, dessa forma, melhorar nossas condições para enfrentar a crise econômica mundial, assegurando meios para garantir os objetivos almejados no plano social.

NO REGIME DEMOCRATICO, O POVO DEVE SABER O
QUE FAZ E O QUE FEZ O GOVERNO.

Fiei a esse postulado democrático, cumpre-me apresentar à Nação o que realizou o Governo Federal neste período em que me coube a honrosa missão de dirigir o País, com o auxílio de meu partido, o PDS, e dos meus Ministros.

Passados quase seis anos, considero necessário lembrar ao maior número possível de meus concidadãos o caminho percorrido. Os sucessos alcançados e as dificuldades enfrentadas. Os planos e programas realizados, e seus benefícios para cada um de nós, para a nossa comunidade.

Virei à televisão e ao rádio e espero contar também com o apoio dos jornais e revistas, para que a sociedade brasileira possa avaliar o que fizemos nesse período. Quero mostrar a todos o que foi feito, não só com palavras; mas também com imagens que atestam a realida-

de das obras e os seus benefícios para a Nação. Porque o que foi feito se deve ao esforço de todos os brasileiros e pertence a todos.

Quando assumi o Governo, o Mundo sofria os efeitos do primeiro choque do petróleo. Nos trinta anos anteriores, o Brasil, como todos os países, viveu a euforia do desenvolvimento acelerado, possibilitado pela energia barata dos preços baixos do petróleo.

Mas isso acabou. Nos anos setenta, o petróleo passou de dois para doze dólares o barril. Foi o primeiro choque do petróleo. Logo no início do meu governo, veio o segundo choque, elevando o preço para trinta dólares por barril.

Isso afetou o desenvolvimento econômico e a situação financeira do mundo todo. Para o Brasil, o choque do petróleo foi grave. No começo de minha gestão, há cinco anos atrás, o Brasil consumia mais de um milhão de barris de petróleo por dia, e só produzia cerca de 160 mil barris. O Brasil dependia do petróleo importado para mais de oitenta por cento de nossas necessidades. Com o aumento do preço, era impossível continuar a importar petróleo nas mesmas quantidades. E, sem petróleo, ou seja, sem essa fonte de energia, a economia brasileira corria o risco de parar de vez.

Por isso, determinei prioridade absoluta para o programa de aproveitamento energético. Era preciso aumentar a produção nacional de petróleo, terminar as obras hidrelétricas e tornar realidade o uso de fontes alternativas para substituir o petróleo, como o álcool. E é também por isso que quero falar, em primeiro lugar, sobre o petróleo.

Vale assinalar que, em 1979, nossa receita global de exportação foi de 15 bilhões de dólares. Deste total, o País gastou 6 bilhões e setecentos milhões de dólares com a importação de combustível.

Em 1981, a exportação global cresceu para 23 bilhões e 300 milhões, e as importações de combustível subiram para 11 bilhões e 300 milhões de dólares. Gastamos, naquele ano, portanto, quase metade de nossa receita de exportação para comprar petróleo.

Já em 83, conseguimos reduzir os gastos com a importação de petróleo para 6 bilhões e 800 milhões.

É isso que quero expor a toda a Nação. O que fizemos. E como fizemos para enfrentar o problema da energia.

A vida de cada um de nós, o nosso dia-a-dia, tudo o que queremos e o que podemos fazer depende dos recursos energéticos que temos ao nosso alcance. A energia está presente em tudo. Na lâmpada que se acende. No veículo que nos leva ao trabalho ou ao passeio. Nas fazendas, nas fábricas que nos dão trabalho, nas escolas, nos hospitais.

A FALTA DE ENERGIA PARALISA UM PAÍS, IMPEDE O PROGRESSO, MANTÉM A MISÉRIA. EM QUALQUER PAÍS, AS REGIÕES COM ENERGIA ABUNDANTE SÃO RICAS. AS REGIÕES SEM ENERGIA NÃO CONSEGUEM VENCER A POBREZA.

O Brasil possuía jazidas de petróleo e potencial hidrelétrico. A maior parte do nosso petróleo explorável está na plataforma submárina, a grandes profundidades. Sem organização, sem tecnologia, sem infraestrutura e sem investimentos para utilizar esses recursos, continuávamos um país pobre e dependente da importação de energia, sob a forma de petróleo.

Nos últimos vinte anos, fizemos um esforço nacional gigantesco e conseguimos superar essa condição. A PETROBRAS, a ELETROBRAS e o PROÁLCOOL foram os principais instrumentos acionados pelo Governo Federal para essa tarefa. Sem resolver o problema do petróleo, não adiantava sequer pensar em aumentar empregos ou a produção de alimentos.

A Petrobrás multiplicou seus esforços de pesquisa e extração. Instalou diversas plataformas submarinas de grande sucesso produtivo. Criou e desenvolveu um sistema próprio de antecipação da produção dos novos poços, de forma que pudemos usar, muito mais cedo do que normalmente é possível, o petróleo dos novos poços encontrados na plataforma continental.

De 79 para 84, a Petrobrás conseguiu elevar a produção nacional de petróleo de cento e quarenta mil barris por dia para o nível de mais de quinhentos mil barris por dia.

HOJE, JA PRODUZIMOS MAIS PETROLEO DO QUE IMPORTAMOS.

Esse esforço continua e estamos descobrindo e explorando jazidas em ritmo crescente. Com esses resultados, a Petrobrás já é hoje a sexta maior empresa de petróleo do Mundo. E garante o suprimento de combustível para todos os municípios do Brasil em mais de vinte mil postos espalhados por todo o território brasileiro.

Com o mesmo objetivo de garantir energia para a manutenção das atividades econômicas e diminuir a nossa dependência do petróleo importado, foi desenvolvido o programa nacional do álcool. Em pouco mais de cinco anos, o PROALCOOL já elevou a produção nacional de álcool para mais de nove bilhões de litros por ano. Isso equivale a mais de cento e trinta e oito mil barris de petróleo por dia. Quer dizer, hoje em dia nós já produzimos uma quantidade de álcool igual à quantidade total de petróleo que o Brasil produzia em 1979.

Para usar o álcool como combustível criamos uma tecnologia nacional aplicada na produção de novos motores de automóveis, caminhões e tratores.

O PROALCOOL permitiu importar menos petróleo e criou milhares de novos empregos, sobretudo na área rural. Juntos, o petróleo nacional e o álcool mantiveram

funcionando nossas indústrias automobilísticas, de tratores, de motores e de autopeças, garantindo o emprego para centenas de milhares de trabalhadores metalúrgicos.

Em muitos países, a energia elétrica indispensável para as casas e indústrias, para as escolas e hospitais, para os comércios e as fazendas é produzida com petróleo. Nós temos a felicidade de dispor de rios com imenso potencial energético. Determinei a continuação das obras e investimentos hidrelétricos.

Itumbiara, Salto Santiago, Sobradinho, Paulo Afonso e Nova Avanhandava, todas usinas hidrelétricas produtoras de energia para os brasileiros de todas as regiões.

Agora, em outubro, juntamente com o Presidente do Paraguai, vou inaugurar a segunda etapa da usina de Itaipu. São mais de 700 mil quilovátiós de energia para a produção industrial e agrícola do Centro-Sul. Outras etapas vão se seguir, com a entrada em uso de novas turbinas até atingir o total previsto de 12 milhões de quilovátiós.

Em novembro, vou inaugurar a hidrelétrica de Tucuruí, que vai gerar, nesta primeira fase, quatro milhões de quilovátiós para o Nordeste e o Norte. Com a energia de Tucuruí, poderemos afinal criar um parque industrial na área, para aproveitar as imensas riquezas minerais da Serra de Carajás e oferecer oportunidades de emprego de melhor qualificação e de melhor remuneração para as populações do Nordeste e do Norte.

Se Tucuruí não ficasse pronta agora, possivelmente o Nordeste já enfrentaria problemas de falta de energia. Um país moderno não pode prescindir de qualquer fonte de energia e não pode deixar de dominar o uso pacífico da energia nuclear sob pena de comprometer o seu desenvolvimento tecnológico.

Portanto, mantive o programa de utilização da energia nuclear. Enfrentamos, no caso, como outros países, problemas sérios para levar avante esse programa. Trata-se de tecnologia ainda em fase recente de exploração, e seus custos são altos. Mas não podíamos e nem podemos deixar de dominá-la.

As dificuldades econômicas, junto com nosso potencial hidrelétrico, aconselharam a redução do ritmo do programa nuclear, sem comprometer os investimentos já feitos.

Ampliamos o setor de carvão mineral pela modernização das lavras. E também avançamos no processo do aproveitamento do xisto, uma rocha da qual se pode extrair petróleo.

Novas fontes de energia, novas alternativas. O aproveitamento de rejeitos e dejetos da biomassa, a racionalização do uso do carvão vegetal, a lenha, o bagaço de cana, os resíduos, tudo contribuindo para substituir os derivados de petróleo e assegurar a oferta interna de energia. Só com a substituição de óleo combustível por energia elétrica, em caldeiras para a produção de calor, vamos deixar de importar 40 mil barris de petróleo por dia.

Graças a esse esforço diversificado, mas integrado, o Brasil não parou. As indústrias continuaram produzindo. O Brasil continuou exportando. Pudemos continuar trabalhando. Contivemos o aumento das importações e, em consequência, evitamos o crescimento da dívida externa além do essencialmente necessário para manter investimentos indispensáveis.

Neste mesmo período, realizamos uma fantástica multiplicação dos nossos recursos minerais. Expandidmos, em grande escala, a produção de ouro, de alumínio, de cobre e de estanho.

É o ouro de Serra Pelada e dezenas de outros garimpos. Em quatro anos, a produção de ouro passou de

quatro para mais de cinqüenta toneladas por ano. Já somos o terceiro produtor mundial.

O alumínio, que antes importávamos, passamos a exportar. Novos projetos foram implantados, aproveitando a energia de Tucuruí: ALBRÁS, ALUNORTE, ALUMAR.

Chegamos também à posição de grande produtor e exportador de estanho.

Novas unidades de produção de cobre entraram em operação, e hoje estamos caminhando para a auto-suficiência da produção do cobre, metal que o Brasil sempre importou em grandes quantidades. Com os planos estabelecidos para o setor, em uma década as compras no Exterior estarão reduzidas ao mínimo.

E dispomos ainda de mais zinco, chumbo e titânio. Alcançamos a auto-suficiência em níquel e fosfatos.

A PETROBRÁS, através da FOSFÉRTIL, de Uberaba, e da PETROMISA, em Sergipe, está suprindo o País de fertilizantes fosfatados, essenciais para a expansão da produção de alimentos.

Este ano, pela primeira vez, a indústria petroquímica vai produzir um *superavit* comercial de 200 milhões de dólares. Em 1979, no setor petroquímico, o Brasil importava um bilhão e trezentos e sessenta milhões de dólares e exportava apenas duzentos milhões. Em 84, estamos exportando um bilhão de dólares e importando oitocentos milhões.

Ainda neste setor, deve ser assinalado que, a partir de 1979, o capital nacional passou a controlar setenta e um por cento da produção total do País. Antes só tínhamos controle sobre 38%.

Foi Tucuruí, essencialmente, que viabilizou o programa Grande Carajás, que constitui um capítulo especial na área de recursos minerais. Em plena região amazônica, confiado à Companhia Vale do Rio Doce, é o primeiro programa brasileiro de desenvolvimento inte-

grado. Abrange atividades metalúrgicas, agropecuárias e florestais, apoiadas na instalação de uma infra-estrutura básica de ferrovias, porto marítimo e a hidrelétrica de Tucuruí. Ali surgirão novas oportunidades empresariais, milhares de novos empregos, produtos para o mercado interno e para a exportação. Prosperidade para milhares de brasileiros do Norte e Nordeste. Nestes últimos cinco anos, mudamos o perfil brasileiro nos setores da energia e da mineração. Estabelecemos bases para que o País alcance, nos próximos anos, a meta da independência energética com autonomia tecnológica. Um país mais forte, livre de uma excessiva dependência externa de fontes de energia.

Coube ao Ministério das Minas e Energia, com as empresas que o integram, como a Petrobrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce e outras, coordenar o esforço para chegar a esses resultados

Com o Governo estiveram integrados incontáveis empresários e trabalhadores que confiaram e confiam. Que acreditaram e acreditam, não somente no Brasil, mas sobretudo em si mesmos. Que não se deixam abater por dificuldades momentâneas e sabem que os obstáculos só podem ser superados com trabalho e tenacidade. Eu gostaria que tivéssemos petróleo, gasolina, óleo e álcool baratos. Mas temos de enfrentar a realidade. Infelizmente, acabou a energia barata. Aqui e no mundo todo.

O petróleo é um produto caro e vai continuar caro. Mas em nenhum momento faltou combustível no Brasil. Em nenhum momento faltou energia elétrica.

Enfrentamos uma crise. Mas as indústrias continuam a funcionar. Os caminhões, ônibus e automóveis continuam a ser fabricados, a encontrar compradores e sobretudo a circular por nossas cidades e estradas.

E hoje, à vista de tudo, recapitulando o esforço desses quase seis anos de trabalho, eu peço a todos — eu

peço a você, que me está ouvindo, que pense e reflita com isenção.

Teria sido possível seguir um caminho melhor?

Teria sido possível fazer mais?

Os resultados vieram confirmar que a opção que fizemos estava certa. Que tomamos a decisão correta.

A pior fase da crise de energia já passou. Conseguimos superá-la com a compreensão, com o esforço e o trabalho do Governo e de todos os brasileiros.

Muito obrigado e boa noite.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo na área dos Transportes.

Em 30-10-84

Brasileiros:

Como anunciei dias atrás, decidi apresentar a toda a Nação um balanço do trabalho que realizamos durante meu governo.

Expus, em primeiro lugar, o que fizemos no setor de energia e de mineração.

As reações e comentários de diversas pessoas me convenceram de que tomei decisão oportuna ao promover esta série de avaliações setoriais da obra do meu governo.

Durante todo o meu mandato, assegurei à sociedade plena liberdade de opinião.

NINGUEM FOI TOLHIDO EM SEU DIREITO DE EXPRESSÃO.

Garanti, nos termos da lei, total liberdade de imprensa. Graças a essas garantias, o debate político em meu governo tem sido exercido em clima democrático de indispensável liberdade.

Ávidos de captar as simpatias do eleitorado, os partidos de oposição assumiram postura de crítica apai-

xonada e sistemática a tudo que faz ou fez o Governo. Aproveitando as circunstâncias desfavoráveis da crise econômica mundial, trataram de responsabilizar o Governo por suas consequências. Pela alta do petróleo; pela elevação das taxas de juros internacionais; pela retração dos mercados externos; pela escassez de recursos financeiros; até pela seca e pela chuva.

Tomados pela ambição do poder e pela paixão política, meus adversários pretendem contestar e negar até os resultados mais palpáveis e evidentes do trabalho que realizamos, não só no meu governo, mas nesses últimos vinte anos de transformação e de modernização do Brasil.

Custa-me acreditar no que ouço e vejo, quando os vejo e ouço reclamar e propor até mesmo medidas que, ou já foram há muito adotadas, ou já se comprovaram inviáveis e insustentáveis.

Essa atitude empobrece o debate, ao conduzi-lo para o facciosismo meramente demagógico. Preocupa-me, sobretudo, que de tanto repisar sua retórica, esses profissionais do negativismo contagiam o País com sua mentalidade derrotista. Preocupa-me, também, a injustiça que cometem quando assim negam o que tem sido feito. Essa injustiça me preocupa, não por mim, mas pelos milhares de compatriotas que trabalharam e trabalham nesta vasta obra de construção nacional.

NÓS, BRASILEIROS, NÃO SOMOS UM POVO DESAMPARADO E INCAPAZ.

Nós estamos construindo, em nosso território, uma nação moderna, de gente livre e trabalhadora.

Nos últimos vinte anos realizamos um extraordinário avanço qualitativo. E, no meu governo, continuamos transformando as estruturas do País, apesar de termos enfrentado a pior crise econômica que o mundo moderno já atravessou.

Mas eles insistem em negar essa verdade. E eles só podem fazer isso confiando em que você desconheça a

realidade. Achando que você está mal informado. Por isso é que quero relembrar o quanto fizemos nas diversas áreas de ação do Governo.

Não viso, com isso, a vangloriar-me de iniciativas do meu governo.

Quero, sim, que você reflita sobre o quanto crescemos, o quanto progredimos. E que, consciente desta nossa realidade, renove e reacenda a confiança e a esperança em nosso País, e reafirme a certeza de que o Brasil oferece as melhores oportunidades para quem deseja trabalhar e progredir.

Em meu pronunciamento anterior, mostrei os resultados que já obtivemos, na luta para aumentar nossa autonomia energética, elevando nossa produção de petróleo, de eletricidade, de álcool, de carvão, e de minerais.

Atribuí prioridade à questão da energia porque sua solução, hoje em dia, é condição essencial para manter o desenvolvimento econômico do País. E, sem o desenvolvimento, não há empregos, não há negócios, não há prosperidade.

O processo de desenvolvimento brasileiro ainda se baseia grandemente no aproveitamento de nossos recursos naturais.

DESENVOLVER A ECONOMIA DO BRASIL, REQUER, PORTANTO, EXPANDIR E APROFUNDAR A OCUPAÇÃO DE NOSSO TERRITÓRIO.

Abrir acessos às novas regiões ainda desocupadas. Organizar a exploração econômica dessas regiões. Implementar meios de transportes para que todos os núcleos populacionais do País possam ligar-se, entre si e com o Mundo.

Esse é um imperativo de nossa realidade. Por isso construímos, de 1964 para cá, uma gigantesca malha de rodovias; instalamos e modernizamos portos e aeroportos; recuperamos ferrovias em uso e fizemos outras novas; expandimos nossas linhas aéreas e começamos a

produzir, com alto índice de nacionalização, aviões, navios, caminhões, automóveis, trens e ônibus.

Essa realidade é incontestável. Mas parece que muitas vezes esquecemos a dimensão do trabalho e do esforço que tiveram de ser feitos para chegarmos ao nível atual. Freqüentemente somos levados a considerar como um fato muito natural poder usar o metrô ou um moderno ônibus, trafegando no asfalto interestadual. Muita gente não se surpreende quando o suprimento de gêneros e de combustível é feito em todo o País, sem falhas. Essa atitude se explica, principalmente, quando não conhecemos o outro lado da questão, a outra situação — isto é, quando não vivemos, pessoalmente, naquela época em que só alguns privilegiados podiam viajar, e em que, mesmo para esses privilegiados, uma viagem mais longa de automóvel era um aventura ou uma impossibilidade.

Os brasileiros de mais de quarenta anos conhecem esse tempo. Acontece, entretanto, que setenta por cento de nossa população tem menos de quarenta anos. Quer dizer, somente uma minoria muito reduzida conheceu a realidade anterior. Mesmo aqueles nascidos na década de 1950 talvez não mais se lembrem da precariedade em que o Brasil ainda vivia, antes de 1964, em matéria de transporte.

Você possivelmente estará entre esta maioria de meus jovens compatriotas que ainda não completaram 40 anos. Se for assim, peço-lhe que me acompanhe na análise de alguns números que lhe quero expor, e que, tenho a certeza, lhe vão trazer a imagem clara de quanto nós realmente progredimos neste período.

Eu sei que você — trabalhador, estudante, dona-de-casa, comerciante, industrial, profissional liberal — enfim, eu sei que você comprehende, e saberá perceber, o que representa este progresso em matéria de aumento de empregos, de expansão de comércio, de melhor padrão de vida para milhões de pessoas, entre as quais es-

tão incluídos seus parentes, seus amigos, seus colegas e, certamente, você mesmo.

Para descrever-lhe esta realidade, vou tomar como referência os anos de 1964, de 1978/79 e de 1984 — quer dizer, o início da modernização da administração pública brasileira, começada a partir da Revolução de março de 1964, e o ano anterior ao começo do meu governo. Nesta noite, vou resumir o que fizemos na área de transportes.

Em 1964, a extensão global de rodovias brasileiras somava 545 mil quilômetros, aí incluídas todas as rodovias, com qualquer tipo de acabamento. Desse total, 34 mil quilômetros estavam então pavimentadas. A maioria dessas rodovias pavimentadas constituía-se ainda de vias simples, de apenas duas pistas de rolamento.

Em 1979, já havíamos atingido uma extensão total de um milhão trezentos e oitenta e quatro mil quilômetros de rodovias, dos quais oitenta e dois mil quilômetros pavimentados. No fim do ano passado, já tínhamos 1 milhão e quatrocentos mil quilômetros de rodovias, sendo mais de cem mil pavimentados. Isto quer dizer que, em 20 anos, construímos aproximadamente mais 850 mil quilômetros de rodovias, dos quais 66 mil pavimentados. Portanto, foram construídos mais de quarenta mil quilômetros de rodovias por ano, sendo mais de três mil pavimentados. No meu governo, nos primeiros quatro anos, pavimentamos mais de dezenove mil quilômetros de estradas. Ou seja, quase cinco mil por ano.

O grau de importância econômica e social que as rodovias adquiriram no Brasil foi crescente. Basta dizer que o tráfego de passageiros aumentou 12 vezes, nos últimos 20 anos. Somente no meu período de governo, o aumento foi de 30%. Esse incrível aumento da circulação de pessoas no País só foi possível graças, obviamente, a grande melhoria do padrão de qualidade de nossas estradas.

É uma rede construída com esforço, enfrentando escassez de recursos e crise econômica, para criar empregos, para movimentar riquezas, para abrir acessos às regiões pioneiras, para possibilitar a todos oportunidades econômicas e melhores condições de vida em todo território nacional. Basta ver, por exemplo, que em 1964, tínhamos no País 45 mil caminhões, 36 mil ônibus e 900 mil automóveis. Hoje, já são mais de 2 milhões de caminhões, 133 mil ônibus e mais de 9 milhões de automóveis.

Quero, agora, mostrar-lhes em que pontos e em que regiões do Brasil concentrarmos fundamentalmente esse esforço de construção. Todo esse trabalho beneficiou regiões importantes. Colocou ao alcance de cada cidadão brasileiro a possibilidade de mudar para onde quisesse. De buscar novas oportunidades de vida em novas fronteiras da ocupação econômica do nosso Território. São obras que tornaram mais efetivo o direito constitucional de ir e vir.

A primeira fase do esforço de construção dos Governos da Revolução dedicou prioridade ao sistema rodoviário de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A segunda fase, a partir de 1967, iniciou o programa de ampliação do sistema rodoviário para o País.

Assim, quando assumi o Governo, a malha rodoviária já cobria satisfatoriamente a Região Sudeste. Dedicamos grande esforço e muitos recursos para manutenção das rodovias dessa região. Melhoramos e duplicamos as principais vias que já atingiam níveis de saturação. Melhoramos o policiamento. Destinamos recursos para assistência e sinalização das estradas, para torná-las mais seguras e mais confortáveis.

Quando as inundações recentes destruíram centenas de quilômetros de rodovias, concentrarmos bilhões de cruzeiros em sua reconstrução. Ainda hoje continuamos lutando para recuperar muitos trechos.

Ao lado do bom sistema rodoviário do Centro-Sul, tínhamos ainda no País, em 1979, regiões de acesso difícil e precário. Desses, as mais importantes eram o oeste e o noroeste do País. Para chegar a Mato Grosso, Rondônia e Acre era preciso passar por estradas precárias, que as chuvas tornavam intransitáveis.

Apesar da escassez de recursos e da crise econômica, decidi que aquelas regiões, aquelas estradas, não poderiam continuar a sofrer tal isolamento.

Determinei ao Ministério dos Transportes a pavimentação da rodovia, que inaugurei há poucos dias, ligando Cuiabá a Porto Velho. Com ela, o noroeste brasileiro fica ligado por asfalto ao Centro-Sul.

Abre-se um novo ciclo histórico para essa região que desde o descobrimento sofria o isolamento do resto do País. Supera-se um estrangulamento que, durante quatro séculos, só permitia atingir o extremo ocidental do País com grandes sacrifícios.

Por isso mesmo, num preito de justiça ao grande pioneiro e desbravador do Centro-Oeste, essa rodovia foi denominada Marechal Rondon. São 1.442 quilômetros de asfalto, de imenso benefício para grande parte do Estado de Mato Grosso e especialmente para o povo do Estado de Rondônia, que é hoje um dos pólos de maior desenvolvimento do País.

Até há pouco, uma viagem de Cuiabá a Porto Velho levava trinta dias, e sem garantia de chegar. Estão ainda na memória de todos as imagens dos inúmeros caminhões e ônibus atolados no barro, impossibilitados de prosseguir viagem.

Hoje, a viagem de Cuiabá a Porto Velho se faz em menos de 24 horas. A economia foi de tal ordem que os concessionários das linhas de ônibus já podem até mesmo diminuir o preço das tarifas, devido à redução de custos trazidas com a via asfaltada. E a extensão do asfalto da Rodovia Marechal Rondon até Rio Branco, no

Acre, já é questão decidida. A obra já está sendo objeto de licitação pública. Muito breve teremos assim a chegada do asfalto à capital do Acre. E aí então, se você quiser, poderá ir, sobre asfalto, a qualquer capital estadual brasileira.

Há vinte anos atrás, isso era sonho.

Há cinco anos, isso era impossível.

Hoje, é realidade.

O Nordeste recebeu também atenção especial do meu governo, no setor transporte. Multipliquei as estradas na região para facilitar os acessos do Interior com as Capitais e para aproximá-las de Brasília. Com as obras que realizamos, a distância por asfalto entre São Luís e Brasília diminuiu em 642 quilômetros. De Brasília a Recife, o percurso asfaltado é hoje 604 quilômetros menor do que era há cinco anos. De Fortaleza a Brasília são menos 720 quilômetros. De Salvador se chega a Brasília percorrendo a via asfaltada que passa pela cidade de Barreiras, com economia de 604 quilômetros no percurso, em relação ao trajeto anterior. No total, somente no Nordeste, construí quase cinco mil quilômetros de novas rodovias asfaltadas, acessos e retificações.

Neste momento, existem frentes de trabalho operando em diversos trechos de estradas, em todo o País. Somados, esses trechos em construção perfazem um total de mais de mil e quinhentos quilômetros de novas estradas em fase de pavimentação acelerada. Quer dizer que, é como se estivéssemos construindo uma nova Rodovia Marechal Rondon, parcelada em todo o País.

Não descurei, dentro das possibilidades, apesar da escassez de recursos orçamentários, de fazer a manutenção da malha rodoviária básica de responsabilidade do Governo Federal. No meu governo, conservamos anualmente mais de mil quilômetros de rodovia. Repassei todos os recursos disponíveis para que os Estados e

Municípios pudessem complementar esta malha federal de rodovias com estradas de sua responsabilidade. E, neste aspecto, quero ressaltar, determinei o repasse de recursos da União a governos estaduais pertencentes, tanto ao meu partido quanto a partidos de oposição, sem qualquer forma de discriminação. Analisamos, exclusivamente, a prioridade e a viabilidade econômica do respectivo projeto.

À vista da carência de recursos, que não permite atender simultaneamente todas as necessidades, somos obrigados a adotar critérios rígidos de análise de prioridade e de viabilidade econômica de cada projeto.

É uma injustiça, que não aceito calado, ver que nem sempre as expressões políticas do País reconhecem esta posição de isenção que inflexivelmente tenho seguido.

O transporte ferroviário no Brasil tem merecido tradicionalmente a atenção e a discussão dos especialistas do setor. Muitos dizem que seria operacionalmente mais econômico, e deveria por isso receber prioridade.

Entretanto, a implantação de uma ferrovia exige investimentos iniciais muito mais elevados do que para implantação de uma rodovia. O Brasil sempre enfrentou carência de recursos para investimentos, e sempre teve pressa e necessidade de expandir com rapidez a rede de transporte de passageiro e de carga. Por isso, somente em regiões de escoamento de minérios e de outros graneis em larga escala se considerou justificado o empreendimento ferroviário. Esse critério foi aplicado nos casos da Ferrovia do Aço, em Minas Gerais, da Ferrovia da Soja, no Paraná e em Santa Catarina e, agora, na Ferrovia de Carajás, no Pará e Maranhão.

A crise econômica e financeira nos impediu de desenvolver, como inicialmente previstos, os planos de construção das Ferrovias do Aço e da Soja. A Ferrovia do Aço tinha por objetivo transportar, a partir de 1985, 100 milhões de toneladas de carga anual, de minério de

ferro e produtos industriais, na região de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

A retração dos mercados mundiais e a descoberta de Carajás fizeram com que se justificassem o prolongamento do cronograma de sua execução.

Atento à necessidade de conciliar os interesses de curto e longo prazo do País, determinei a redução do seu ritmo de construção, preservando, entretanto, todo o investimento já feito, para o término da obra, no futuro. Dela provirão riqueza e novas oportunidades econômicas para uma vasta região do cerrado brasileiro, especialmente em Minas Gerais, demandando os terminais de granéis sólidos dos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A extraordinária potencialidade econômica da região de Carajás, por outro lado, justificou e viabilizou a construção acelerada da ferrovia que possibilitará o escoamento da produção do projeto integrado que lá estamos implantando.

Com 890 km de extensão, ligará a Serra de Carajás ao Terminal marítimo de Ponta da Madeira, perto de São Luís do Maranhão. Com essa ferrovia que em breve estará em plena operação, poderão ser transportados anualmente trinta e cinco milhões de toneladas de minério de ferro, além de todos os demais produtos daquela província mineral.

Decidi ainda, desde os primeiros dias de governo, continuar a fortalecer os sistemas de transporte público nas grandes cidades. Coerente com a prioridade de economizar combustível, direcionei os investimentos para a melhoria dos sistemas de trens urbanos e suburbanos. Mobilizei todos os recursos disponíveis para acelerar a construção dos metrôs de São Paulo e Rio de Janeiro e para implantar os novos sistemas suburbanos de Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Hoje, os sistemas do Rio e São Paulo já atendem a um milhão e meio de passageiros por dia, em boas condições de conforto e de se-

gurança. Os sistemas de Porto Alegre e Recife deverão entrar em operação em 1985, com capacidade de transportar 300 a 400 mil passageiros por dia. Estou certo de que tomei decisão correta ao concentrar recursos nessas linhas. Esses investimentos possibilitaram diminuir o tempo gasto por tanta gente trabalhadora, no percurso de todos os dias, de casa para o trabalho e do trabalho para casa, ou entre a casa e a escola.

O mais importante é que, inquestionavelmente, melhoramos muito a qualidade dos trens, que hoje estão cada vez mais limpos e confortáveis.

Sempre teremos muito que fazer nessa área. Nós sabemos disso. Você, que usa o trem suburbano, pode estar certo de que essa é uma preocupação constante nas reuniões que tenho com o Ministro dos Transportes. Você pode confiar no esforço que continuamos a fazer para melhorar cada vez mais nossos trens suburbanos.

Vejamos o transporte marítimo. A frota mercante nacional, que era virtualmente inexpressiva em 1964, atingiu, em 1978, 6 milhões de toneladas de porte bruto e 1.013 embarcações. Hoje, em 1984, já alcançamos mais de 9 milhões de toneladas de porte bruto e mais de 1.400 embarcações.

Assim, durante o meu governo, nossa frota aumentou a capacidade de carga em quase cinqüenta por cento e em quarenta por cento o seu número de embarcações. O Brasil tornou-se o segundo construtor naval em 1982, ficando apenas atrás do Japão. Já construimos anualmente mais navios mercantes do que os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha. O índice de nacionalização já chega a oitenta e cinco por cento. Hoje, já se pode dizer que o Brasil é uma potência mundial em termos de marinha mercante e de construção naval.

Antes de 1964, a precariedade e a desorganização dos nossos portos estrangulava nosso comércio. Naquele época, a movimentação de cargas nos principais por-

tos brasileiros atingia apenas 47 milhões de toneladas. Com a reorganização, o reaparelhamento e a construção de novos portos, em 1979, esse movimento de carga cresceu cinco vezes, chegando a 233 milhões de toneladas. Em 1984, devemos superar os 260 milhões de toneladas.

Para você ter uma idéia do que esse movimento representa, pense no seguinte: seriam necessários 26 milhões de caminhões médios para transportar essa carga.

As realizações mais importantes na área de portos, são o terminal de trigo e soja no Rio Grande do Sul, o terminal de Sepetiba no Rio de Janeiro, o porto de Praia Mole, em construção, no Espírito Santo, o porto de Vila do Conde, em construção, no Estado do Pará.

No transporte aéreo, concentrei a ação do meu governo, através do Ministério da Aeronáutica, em aperfeiçoar os níveis de segurança e de economia, em vista do acréscimo do tráfego.

Promovi a expansão do sistema de radar para proteção ao vôo, em substituição ao antigo apoio pelo rádio. O controle dos vôos pelo radar, com computador, hoje permite identificar o avião, a sua altura, a velocidade e a direção. Isso reduz a margem de risco de acidentes e evita esperas inúteis, além de economizar combustível. Em janeiro próximo vou inaugurar a segunda etapa desse sistema. Vamos passar a ter uma área equivalente a toda a Europa sob proteção do radar: o Centro-Sul, o Sul-Sudeste, o Nordeste e as capitais do Norte. Trata-se da nossa área mais densamente povoada e onde se concentra o maior movimento de aviões.

Em 1964, as estatísticas indicavam 91 milhões de quilômetros voados por ano. Em 1979, havíamos passado para 194 milhões de quilômetros e em 83 estamos em 198 milhões de quilômetros voados por nossas aeronaves.

A carga transportada em 79 era 10 vezes maior do que em 64, e, até 83, creceu mais 20%. O número de pas-

sageiros cresceu de 4 vezes. Em 64 tínhamos 28 mil passageiros por mil quilômetros. Em 79, estávamos com 76 mil passageiros por mil quilômetros. Em 83 chegamos a 87 mil passageiros por mil quilômetros.

Esses números representam não só o aumento da demanda de transporte aéreo pelos brasileiros. Eles comprovam que estamos conseguindo uma utilização cada vez mais racional dos recursos disponíveis. Doblamos a quilometragem e multiplicamos várias vezes o número de passageiros e o volume de carga.

Isso foi conseguido pela organização, a partir de 64, de um sistema integrado, que levou ao entrosamento e à melhoria dos serviços de aeroportos e das linhas aéreas e no qual o transporte aéreo regional atende a demanda local e alimenta as linhas-troncos de grandes jatos.

Hoje, além dos grandes aeroportos internacionais, temos aeroportos modernos, servidos por aviões a jato, em todas as capitais. Estão na mesma situação as cidades situadas em pontos vitais para a nossa economia. Em todo o Brasil, já temos 164 aeroportos com linhas regulares. O número total de aeroportos e pistas de pouso no País já chega a 1.700 instalações. Entre as obras do meu governo, destaco o novo Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, e o remodelamento do Aeroporto de Salvador.

Quero mencionar também o desempenho da EMBRAER no desenvolvimento da nossa indústria aeronáutica. Em 15 anos, tornou-se a 6ª indústria do Mundo em produção de aviões. Os brasileiros já estão familiarizados com vários tipos de aviões ajustados às nossas necessidades, criados pela EMBRAER — Bandeirante, Xingu, o Ipanema e vários outros. Os últimos êxitos são o Tucano, para treinamento militar, e o Brasília, um avião de transporte médio, que ainda em sua fase final de aprovação, já tem mais de 80 unidades contratadas por empresas estrangeiras.

Aí está, de maneira muito resumida, o que eu lhe desejava mostrar hoje: o asfaltamento de perto de vinte mil quilômetros de rodovias, melhorando os sistemas rodoviários do Sudeste e do Nordeste do País, e levando o asfalto ao Noroeste do Brasil.

A construção da ferrovia de Carajás a São Luís, que abre para a ocupação uma região inteiramente nova do País.

O melhoramento e a modernização dos sistemas de metrô e de trens suburbanos de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife.

A imensa expansão de nossos transportes aéreos, de nossa frota de navios mercantes e o aparelhamento de nossos portos marítimos.

Isto é o que fizemos nesse setor, apenas. No passado, muito governante apresentaria essas obras como realizações dignas de governo inteiro. No entanto, para muitas vozes de oposição, essas obras não existem. Já outras vozes, menos atrevidas, inventam uma nova forma de crítica: dizem que fazemos obras, mas esquecemos o homem.

Eu lhe pergunto: isso faz sentido? Para quem se destina a estrada, o trem, o metrô, o aeroporto, senão ao homem?

Graças ao asfalto, o alimento pôde chegar com regularidade e um pouco mais barato na feira e no supermercado onde você faz suas compras.

Graças à estrada, você, que quis mudar-se, pôde tentar vida nova, em nova região.

Graças ao trem, ao avião e ao metrô, você pode circular mais rápido e por isso aumentar suas possibilidades de emprego e de trabalho.

Graças a novos navios, a novos portos, à ferrovia de Carajás, estamos produzindo mais, exportando mais e com isso dando mais oportunidade de uma vida melhor, com maior bem-estar, para milhões de brasileiros.

**Eu não tenho dúvidas de que você comprehende isso
e que fará justiça ao trabalho de tanta gente que bata-
lhou para construir essa obra imensa.**

Muito obrigado e boa noite.

Discurso do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo na área das Comunicações.

Em 15-11-84

Brasileiros:

Procurei descrever e mostrar, nos meus pronunciamentos anteriores, o esforço nacional para superar a escassez de energia e para vencer as dificuldades de transporte, tanto nas grandes cidades como nas distâncias do nosso Território.

Você, dona-de-casa; você, estudante; você, trabalhador; vocês todos sabem que as comunidades brasileiras, antes de 1964, não estavam só isoladas pela falta de transporte. Estavam também isoladas pela ausência de meios de comunicação. Tudo era muito precário. Hoje, as cartas, o telefone, o rádio, a televisão são laços diádrios que nos envolvem a todos.

Em fevereiro próximo será lançado em órbita o nosso primeiro satélite doméstico para telecomunicações. Ele vai se chamar BRASILSAT. E representa o extraordinário progresso que fizemos, ao longo destes vinte anos, no campo das comunicações.

Poucos países no Mundo alcançaram o nível de organização e de eficiência que temos hoje nos diversos

campos das comunicações. Isso, devemos ao trabalho persistente de milhares de técnicos brasileiros; à sua responsabilidade para apresentar serviços da melhor qualidade. A consciência da importância crescente da comunicação tanto para as relações de pessoa a pessoa como para as relações comunitárias, para a educação, para a identidade cultural, para o pensamento político da Nação.

O APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA PASSA PELO INTERCÂMBIO DE IDEIAS, PELO DIALOGO, PELA TROCA DE OPINIÕES, PELO DEBATE DE PROGRAMAS.

Meios de comunicação modernos, abrangentes, livres, são indispensáveis ao avanço democrático.

O rádio e a televisão transmitem fatos e opiniões entre todos os pontos do nosso território. Informam, criticam, orientam. Participam ativamente em tudo. Desenvolvem um trabalho constante, desdobrado em ações imediatas a respeito de cada acontecimento, de cada atitude, de cada declaração

A HISTÓRIA DOS ACONTECIMENTOS ASSUME AS FEIÇÕES DESCRIATAS PELA NARRAÇÃO IMEDIATA, PELAS PRÓPRIAS IMAGENS TRANSMITIDAS.

A política do Governo está orientada para a ampliação dos sistemas de radiodifusão. Outros países escolheram a estatização das redes de televisão e de rádio, preocupadas em evitar que a opinião pública fosse fachiosamente conduzida, até mesmo em sentido contrário aos interesses majoritários da sociedade.

A opção brasileira firmou-se pela convivência harmoniosa entre o Estado e a iniciativa privada. O sistema de concessões que adotamos permitiu a formação e o crescimento saudável de numerosas empresas de comunicação, que prestam grande contribuição ao progresso da sociedade brasileira. Essas empresas têm consciência de sua alta responsabilidade para com a Na-

ção. Responsabilidade no campo do respeito ao nosso sistema de valores políticos, econômicos e sociais. Responsabilidade no campo da informação correta e isenta, da fiel apresentação dos acontecimentos de influência sobre a opinião pública. Responsabilidade que implica o respeito às normas legais e o respeito às pessoas.

O GOVERNO TEM A OBRIGAÇÃO DE ZELAR PELA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E DE OPINIÃO. TEM, IGUALMENTE, O DEVER DE EXIGIR UMA ATITUDE RESPONSÁVEL PARA COM A NAÇÃO.

Essa atitude exclui o desequilíbrio das críticas apaixonadas e o facciosismo da manipulação das notícias. Exige, ao contrário, a estrita adesão à veracidade dos fatos e a fidelidade aos acontecimentos.

A informação é matéria delicada. Não se pode tratá-la como mercadoria qualquer. Ela exige responsabilidade e, sem prejuízo da opinião ou tendência, expressa no momento adequado, deve ser apresentada com isenção.

No começo dos anos sessenta, a infra-estrutura brasileira no setor de comunicações era muito precária. Havia mais de oitocentas companhias telefônicas, e, no entanto, os setenta e quatro milhões de brasileiros da época contavam com 1.300.000 telefones. Quem quisesse fazer uma chamada interurbana tinha de esperar várias horas; só havia três troncos de microondas, muito congestionadas, entre o Rio e São Paulo, Rio-Belo Horizonte e Rio-Bráilia. A rede de telex tinha apenas mil terminais. O telégrafo e os Correios, sem recursos, com rotinas arcaicas, eram serviços obsoletos e ineficientes. As ligações internacionais eram escassas e precárias, realizadas através de ondas curtas ou por um cabo submarino inaugurado em 1874, por D. Pedro II. A radiodifusão era local ou, quando muito, regional.

Estão na lembrança de muita gente as horas perdidas para se conseguir uma ligação telefônica no Rio de

Janeiro, ou as cartas que nunca chegavam. E tudo isso acontecia, porque imperavam, no Brasil, a desorganização e a ineficiência. Os sistemas de microondas, os equipamentos postais e telegráficos, e mesmo o satélite, já estavam em operação em grande número de países. A administração pública brasileira, entretanto, não conseguia organizar-se para implantá-los entre nós.

Essa situação não podia continuar. A ausência de meios de comunicação modernos, adequados à extensão do nosso País e ao tamanho das grandes cidades era fator de frustração na vida pessoal e fator de estagnação na vida econômica, social e política da nação. Era mesmo um fator de risco para a segurança da nossa integridade territorial. Estava tudo por fazer.

A partir de 1964, os governos da Revolução tiveram de estruturar, também no setor das comunicações, um sistema capaz de atender as nossas necessidades na gigantesca dimensão do Brasil; capaz de auto-sustentação financeira; capaz de acompanhar o desenvolvimento tecnológico próprio desse setor.

Era preciso criar uma organização administrativa moderna e competente, e isso foi feito. Era preciso montar um sistema básico de microondas de alta capacidade e confiabilidade, interligando todo o País. Era preciso lançar cabos submarinos do Brasil para a Europa e para a América do Norte. Era preciso organizar um sistema de comunicações via satélite e instalar as estações próprias. Era preciso cobrir as nossas cidades com redes telefônicas de baixo custo, com capacidade para servir a cinco, dez milhões de pessoas. Era preciso que o Correio se tornasse rápido e confiável.

Era preciso criar uma série de indústrias de alta sofisticação tecnológica para suprir todos esses sistemas de telefones, de rádio e televisão. E tudo isso foi feito. Porque tudo isso foi feito, você pode, neste momento, assistir a televisão em qualquer lugar do Brasil e você pode também falar por telefone, em ligação imediata,

com outra pessoa em qualquer lugar do Brasil. Foi para isso, foi para você ver televisão, falar pelo telefone, escrever cartas, para que os brasileiros se comuniquem intensamente entre si, que foi feito tudo isso que eu lhe vou mostrar agora.

Montar um sistema eficiente de comunicações, com telefones, correios e telégrafos, rádio e televisão para 100 milhões de pessoas tinha de ser um projeto gigantesco, multiplicado em centenas de projetos específicos.

Para administrar esse projeto, para executá-lo e para mantê-lo em funcionamento foi criado o Ministério das Comunicações, com a EMBRATEL, com a TELEBRÁS, com todas as empresas estaduais de telefones e a RÁDIOBRÁS. E o velho Departamento de Correios e Telégrafos foi transformado em empresa pública.

A nova empresa de Correios e Telégrafos efetivou transformações drásticas em seus serviços para racionalizá-los e modernizá-los. O Código de Endereçamento Postal, o CEP, foi criado e implantado em todos os municípios brasileiros. Foram instalados 5 centros de triagem eletrônica de cartas e encomendas, com máquinas de leitura ótica que distribuem 30.000 unidades por hora.

Dos grandes centros, através da rede postal noturna, com aviões fretados, a correspondência postal chega às mais distantes fronteiras.

Os serviços de Correios são hoje modernos, ágeis e dignos de confiança de toda a população. Esse grau de eficiência decorre da responsabilidade do pessoal que trabalha na empresa, cuja formação profissional é feita em 5 centros de treinamento postal. Graças a isso, o serviço que em 1970 ainda precisava de um subsídio equivalente a 67 bilhões de cruzeiros, hoje tem uma vida financeira saudável. Em 1983, o tráfego postal alcançou 4 bilhões de objetos e cartas distribuídos em todo o

País por 20.000 carteiros. Mil vezes mais do que em 1964, quando movimentava somente 5 milhões de objetos e cartas.

Em meu governo, a ECT vem diversificando, com grande sucesso, as modalidades e formas de envio dos mais variados tipos de correspondências. Bastaria citar o correio eletrônico, com equipamentos de *fac-simile* que garantem a recepção de cópias de qualquer documento, 90 minutos após o envio, ou o aerograma internacional para qualquer cidade do Exterior. É o caso, também, do serviço especial de entrega de documentos, que fez chegar ao seu destino 200 milhões de documentos, em 1983.

Na área das telecomunicações, constituimos a EMBRATEL e a TELEBRÁS, que atua como empresas telefônicas estaduais. Dessa forma, criamos um conjunto de empresas que mantêm a uniformidade, o nível de eficiência e a integração necessários para apresentar bons serviços em todas as cidades brasileiras. É o sistema TELEBRÁS.

Através dos troncos da EMBRATEL formam-se as grandes cadeias nacionais de radiodifusão e televisão. Via satélite, recebemos e transmitimos som e imagens para todo mundo, com invejável eficiência.

Integrando o sistema TELEBRÁS, a EMBRATEL tem posição de realce na moderna história das comunicações brasileiras, pois foi após sua criação — em 1965 — que o País assistiu à grande revolução do setor. Com a constituição da EMBRATEL — Empresa Brasileira de Telecomunicações — a engenharia brasileira enfrentou, pela primeira vez, o desafio de dotar o País de um eficiente sistema de telecomunicações.

Coube à EMBRATEL a tarefa de implantar a rede de microondas com estações transmissoras e receptoras por todo o nosso Território. Ingressamos na INTELSAT, o consórcio para transmissões internacionais via

satélite. E a estação terrena de Tanguá, da EMBRA-TEL, foi inaugurada em 1969. Passamos a utilizar canais da INTELSAT para comunicações domésticas e implantamos estações terrenas, principalmente na Amazônia, com esse propósito. Cabos submarinos nos ligaram aos Estados Unidos e à Europa. A excelência de nossa engenharia venceu o desafio das grandes distâncias, rompeu a barreira do tempo e tornou instantânea a comunicação entre brasileiros de norte a sul, de leste a oeste.

Em 1975, entrou em operação a rede nacional de estações costeiras, em apoio às comunicações marítimas; no mesmo ano, inauguramos a rede nacional de telex.

Em 1977, entraram em operação os serviços DDD (Discagem Direta à Distância) e DDI (Discagem Direta Internacional).

No meu governo, adotei como diretriz popularizar e interiorizar as telecomunicações, hoje, todos os municípios brasileiros e mais de quatro mil outras localidades se comunicam entre si. Cidades que viviam praticamente isoladas na Amazônia já dispõem de serviços de comunicações rápidos e eficientes. Telecomunicações, correios e radiodifusão ampliaram sua eficácia, colocando seus serviços ao alcance de todas as camadas da população.

O telefone público, tanto o interubano quanto o comunitário, são conquistas que facilitam a vida dos brasileiros, pelo seu baixo custo.

O telefone público também alcançou o meio rural. O rádio comunitário e o serviço de informações agrícolas simplificam e ajudam o homem do campo a ter as informações especializadas para suporte de seus negócios.

O sistema TELEBRÁS vem procurando intensificar a telefonia rural, facultando ao agricultor o acesso à rede pública de telecomunicações.

O cotidiano brasileiro se tornou mais simples com uma série de outros serviços e facilidades colocados à disposição de todos nós. Você hoje pode ter acesso a informações de utilizadade pública e de diversões, mediante a discagem de um simples código: hora certa, farmácia de plantão, telegrama fonado e teledespertador.

Criamos muito outros serviços destinados a apressar o funcionamento da administração, utilizando as telecomunicações. Entre estes serviços estão as centrais de informação (INAMPS, DETRAN, Receita Federal), que fornecem, a quem precisa, orientação para marcar consultas na Previdência Social; para tirar licenças e documentos de veículos; ou esclarecimento sobre questões tribuárias.

Intensificaram-se também outros serviços que evitam deslocamentos, proporcionando economia de tempo e combustível. Exemplo disso são a central de frete e o telefone do produtor.

Vou indicar alguns números para informar sobre o nosso avanço no meu período de governo.

Em 1978, já tínhamos instalados cinco milhões e quinhentos e cinqüenta mil telefones. Em 1983, atingimos dez milhões e cento e trinta mil aparelhos. O número de telefones aumentou assim 100%, no meu governo. O número de aparelhos por 100 habitantes passou, de 4,9, em 1979, para 7,9, em 1983. Hoje, oito mil e duzentas localidades são atendidas pelo serviço telefônico, enquanto em 1978, eram apenas 2.800. Os telefones públicos, em 1978, os chamados orelhões, eram 37.000 unidades. Hoje, já contamos com mais de setenta e seis mil unidades.

No setor de telefones, registram-se crescentes índices de demanda, que passou de 985 mil inscrições, em 1982, para cerca de 1.300.000, em 1983. O número de pretendentes ao serviço é cada vez maior devido ao esforço

que o meu governo vem fazendo para tornar o preço do telefone mais acessível a maiores parcelas da população.

Há pouco tempo, aprovei a associação da EMBRATEL ao sistema INMARSAT para que o Brasil tivesse acesso às comunicações marítimas via satélite. Isso foi necessário porque o Brasil se tornou, nestes últimos anos, um potência marítima, como acentuei no meu pronunciamento sobre transportes.

Os serviços do sistema INMARSAT incluem o de telefonia, telex, *fac-simile*, telegrama, transmissão de dados em baixa e alta velocidade. As comunicações via INMARSAT são livres de perturbações ionosféricas e do tempo. Os usuários, nos navios, discam diretamente aos assinantes de telefone ou de telex para qualquer um dos países participantes do sistema. O sistema prevê também prioridade para os serviços de socorro, permitindo assim uma melhoria substancial na segurança da vida no mar, bem como nas comunicações de busca e salvamento.

Agora, quando estamos ingressando na era da informática, a EMBRATEL passou a oferecer a seus usuários uma diversificada gama de serviços de comunicação de dados. Esses serviços triplicaram de 1982 para 83, o que indica o interesse, a utilização efetiva, as vantagens da informática para as nossas atividades.

Já temos serviços de interesse internacional como FINDATA, o INTERDATA e o INTERBANK. Na área doméstica, a maior utilização ocorre no setor bancário. A utilização dos circuitos TRANSDATA do sistema TELEBRAS cresceu 8 vezes entre 1981 e 84.

São siglas da moderna linguagem da informática, que indicam desde a simples comunicação de dados, a nível nacional e internacional, até o acesso as informações do mercado financeiro internacional.

Em São Paulo, a TELESP realiza o projeto piloto de video-texto, que consiste em utilizar as linhas telefônicas domésticas e um adaptador para ligar o vídeo da TV a um banco de dados, que dá ao usuário uma enorme soma de informações sobre os mais variados assuntos.

Todo o sistema TELEBRÁS, tanto nos custos operacionais como nos investimentos para modernização, é custeado pela receita da exploração dos serviços, sem qualquer subvenção.

Há dois anos, decidi aprovar o projeto de lançamento, em fevereiro do próximo ano, do primeiro satélite doméstico brasileiro, o BRASILSAT. Nossa satélite permitirá a implantação, em larga escala, de programas nacionais de educação, de saúde, de agricultura e de qualquer outro setor, além de estender a abrangência da radiodifusão, sobretudo da televisão, às áreas mais remotas do Território Nacional.

Vinte anos depois de ter assinado seu primeiro contrato para utilização do INTELSAT, o Brasil deixará assim de pagar aluguéis de canais do satélite internacional para serviços domésticos. Essa autonomia representará um economia de divisas da ordem de US\$ 10 milhões de dólares, já em 1985. Os gastos com aluguel de canais estavam crescendo anualmente e poderiam chegar, segundo estimativa da EMBRATEL, a US\$ 22 milhões de dólares, em 1990.

O BRASILSAT terá inestimável aplicação na Região Amazônica, com seus onze mil quilômetros de fronteiras, seus grandes projetos de extração de minérios, em meio à floresta, e seus incontáveis núcleos agrícolas.

Mantendo-se sobre o Equador, a trinta e cinco mil e oitocentos quilômetros de altura e acompanhando o movimento de rotação da terra, o BRASILSAT permanecerá voltado para o País, recebendo e transmitindo, por meio de uma antena, sinais de comunicação que alcançarão todo o nosso Território.

O sistema terrestre do satélite brasileiro já conta com 21 estações terrenas de pequeno porte, que agora funcionam utilizando canais alugados aos satélites de comunicação do consórcio INTELSAT. Destas, 17 ficam na Região Amazônica. Existe, ainda, o serviço de TV-SAT, destinado à formação de redes nacionais de televisão, que conta com 40 estações exclusivas de recepção de televisão.

Quando o BRASILSAT passar a operar, o número de estações terrestres será ampliado e novos serviços poderão ser oferecidos, tanto de cunho comercial como de fundo social. As pequenas antenas para comunicação via satélite são de baixo custo. E são produzidas pela indústria nacional, o que representa grande economia para o País.

Não preciso estender considerações sobre o extraordinário progresso que realizamos, nestes 20 anos, no campo da televisão e do rádio.

Milhões de brasileiros assistem a televisão e ouvem rádio todos os dias. Gostaria que todos se lembressem sempre de que podem ter esse prazer, essa distração, porque o nosso esforço no setor das comunicações teve um sucesso extraordinário. Poucos países têm, em quantidade e qualidade, as redes de rádio e televisão que temos no Brasil.

Quero deixar aqui o registro do meu elogio ao impecável nível de qualidade técnica dos programas e noticiários das nossas empresas de rádio e televisão.

Quando vejo certas pessoas, na televisão e no rádio, fazendo considerações negativas, declarações pessimistas, destrutivas, dizendo que nada conseguimos realizar, que nada construímos, eu gostaria que essas pessoas abrissem os olhos e pudessem ver toda a gigantesca infra-estrutura de equipamentos, de tecnologia avançada, de recursos financeiros que tivemos de construir, de comprar e de organizar para que aqueles pessimistas possam apresentar suas opiniões ao grande pú-

blico, através de uma câmara de televisão ou um microfone de rádio. Quando vejo na televisão, ou ouço no rádio essas mesmas pessoas menosprezando tudo o que fizemos no Brasil, chego a pensar que elas não se dão conta de que estão ofendendo os próprios operadores e técnicos que estão operando naquele momento, de maneira tão perfeita, aquela televisão ou aquela rádio.

Além do nível técnico, quero elogiar também o sentimento comunitário, a pronta participação, a contribuição inestimável com que sempre as nossas televisões e rádios se lançam na defesa e na proteção dos nossos irmãos mais necessitados ou ameaçados por calamidades. Essa orientação constante é uma demonstração clara de que nelas a consciência do serviço público prevalece e ultrapassa os simples interesses comerciais.

A manutenção permanente do nosso esforço nas telecomunicações, nos níveis tecnológicos alcançados, precisa de três fatores essenciais: a formação constante de técnicos; a montagem da produção nacional dos equipamentos necessários; a consciência de que bons serviços custam caro.

Com vistas à formação técnica, o Governo incentivou a orientação de cursos universitários e do financiamento de bolsas de estudo de pós-graduação no Exterior para a especialização em eletrônica e telecomunicações.

O Ministério das Comunicações criou centros de treinamento em vários níveis. Nossa Escola Superior de Administração Postal recebe dezenas de alunos por ano, de países da América Latina e da África, que vem absorver nossos avanços nesse campo vital para a integração de qualquer país.

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRÁS cumpre papel proeminente em relação à pesquisa. Agindo em conjunto com as universidades e a indústria, o centro vem obtendo importantes conquistas no campo científico e tecnológico, com trabalhos nas áreas de co-

mutação eletrônica, transmissão digital, comunicações óticas, comunicações por satélites, comunicações de dados, componentes e materiais, estudos e desenvolvimento de rede, e muitas outras dessa especialidade.

Grande número de patentes já foram registradas pelo centro que, simultaneamente, vem transferindo à indústria inúmeros projetos gerados em seus laboratórios, como é o caso de fibra ótica, cuja primeira indústria, genuinamente brasileira, acaba de ser inaugurada em Campinas.

A fibra ótica é um dos produtos mais revolucionários na tecnologia das comunicações. É um meio condutor capaz de transportar sinais de freqüência muito alta, modulados com grande quantidade de informação. Anteriormente, os sinais de faixa larga só podiam ser conduzidos através de cabos coaxiais ou guias de onda de difícil e custosa instalação.

A fibra ótica supera, em todos os aspectos, e está substituindo os tradicionais cabos telefônicos de condutores de cobre para interligar os entroncamentos. Quando seus custos de fabricação baixarem, poderá também ser empregada nos ramais que vão até as casas dos assinantes, permitindo-lhes receber sinais de vídeo e dados em alta velocidade.

Apontam-se muitas vantagens para as fibras óticas. Tem alta capacidade de transmissão de informação. Uma única fibra é capaz de permitir que se efetuem, por quilômetro, cerca de 2.000 ligações telefônicas. É imune à umidade e insensível às influências de campos eletromagnéticos externos. Seu diâmetro é baixo peso permitem grupá-la em cabos extremamente leves.

Em caráter experimental e com pleno êxito, encontra-se em operação um sistema de fibra ótica interligando duas centrais telefônicas no Rio de Janeiro.

No campo empresarial e no campo industrial, incentivei a nacionalização. O controle acionário e o po-

der de decisão devem estar nas mãos de brasileiros. As decisões devem ser tomadas aqui, dentro do País, e voltadas para os nossos interesses.

Assim, durante o meu governo foram tomadas medidas para a nacionalização do capital das filiais das grandes multinacionais presentes no Brasil. Dessa forma, garanti a consolidação de uma indústria nacional de telecomunicações, que hoje fornece a quase totalidade dos equipamentos necessários ao setor, com grau de nacionalização média superior a 90%. As 70 maiores indústrias do setor garantiram, em 1983, cerca de 36.400 empregos, a brasileiros, dos quais 2.500 de nível superior. Esta transformação do perfil técnico-gerencial da área industrial foi importante para adquirirmos real capacitação tecnológica nacional. Esta mesma política estabeleceu também bases para indústrias de capital integralmente brasileiro que hoje produzem, com reserva de mercado, equipamentos e materiais utilizados no sistema nacional de telecomunicações.

O Ministério das Comunicações, através do Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais, o GEICOM, incentiva o desenvolvimento e a produção nacional de equipamentos para as áreas de eletrônica e comunicações, e fomenta a criação de novos polos industriais no País.

O GEICOM conta com a participação da ABÍNEE, entidade de classe das indústrias elétrica e eletrônica, diretamente interessadas na produção de equipamentos de telecomunicações.

Atualmente, a transferência das tecnologias desenvolvidas em outros países se realiza de forma satisfatória para nossas indústrias que, por sua vez, ficam engajadas, não só no processo produtivo mas também na sua evolução tecnológica posterior.

Quero apresentar dois resultados que considero muito importantes, não só neste setor, mas que são in-

dicativos para todos os campos. O primeiro se refere à produção industrial. Quando iniciei o meu governo, a nossa indústria de telecomunicações exportava US\$ 30 milhões. No corrente ano, já está na casa dos US\$ 300 milhões, além de abastecer o mercado interno. Nos 5 anos de meu governo, crescemos e passamos a exportar dez vezes mais.

Outro indicador muito importante para o conhecimento de todos os brasileiros. O Sistema TELEBRÁS, que abrange a EMBRATEL e todas as empresas estatais, adotou um reajuste tarifário 3% menor do que o reajuste do INPC, o que significa preços baixos para todos nós usuários. Mesmo assim, a situação econômico-financeira de todo o sistema é excelente. Não recebe qualquer subsídio e, em 84, as despesas de custeio do sistema representam 43,4% de sua receita corrente. E vamos aplicar 38% dessa receita na expansão dos serviços. Tudo isso, apesar da crise econômica e das dificuldades financeiras que atravessa a nossa economia.

Meu amigo,

Você, que me acompanhou nessa descrição desse imenso e complexo universo das comunicações, que nós organizamos e criamos no Brasil. Você há de convir comigo: somente os muitos célicos e descrentes não reconhecem a qualidade do trabalho que conseguimos fazer no setor das comunicações no Brasil. Não devemos esquecer que é um setor imprescindível à integração nacional. Associado à energia e ao transporte, constitui uma alavanca poderosa para o desenvolvimento econômico. Tudo isso para fazer a sua vida um pouco melhor.

O BRASILSAT, que em breve será lançado, é a síntese do imenso caminho percorrido. Ele culmina um processo que, ao mesmo tempo que aproximou o Brasil do resto do Mundo, trouxe intimidade para todos os brasileiros, dentro do nosso País. Os nossos 4.000 municípios poderão com facilidade falar entre si e com o resto do Mundo. Qualquer imagem ou som, em qualquer

ponto do Território, poderá ser vista ou ouvido em todo o País. Nossa identidade cultural será mais nítida aos nossos olhos. As idéias circularão com mais facilidade e maior fidelidade.

A tarefa de informar assume maior abrangência e deverá envolver, por parte de todos, maior responsabilidade.

Os avanços da tecnologia de telecomunicações, informática e eletrônica vem introduzindo transformações estruturais em atividades consagradas há longos anos. Tudo isso foi conseguido porque, desde 1964, mantivemos a continuidade administrativa do setor. Preservamos o princípio e a doutrina administrativa. Para que possamos assegurar o desenvolvimento permanente dos serviços de comunicações, sempre com padrões elevados. É essencial garantir essa continuidade administrativa. No seu interesse. No interesse de todos.

Boa noite e muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo na área do Ministério do Interior.

Em 21-11-84

Brasileiros:

Em meus pronunciamentos anteriores, mostrei-lhes o esforço que fizemos para superar a escassez de energia e integrar as nossas comunidades. Conseguimos muito e hoje temos uma base sólida de recursos energéticos, de transportes e de comunicações. Quero que você, dona-de-casa, trabalhador, estudante, conheça a verdade sobre tudo o que fez não só o Governo, mas nós todos, nestes 20 anos.

As novas gerações que ingressam no mercado de trabalho, você, rapaz ou moça, que pretende vencer na vida, realizar-se pela profissão que escolheu, você tem o apoio valioso dessa infra-estrutura que os seus pais não tiveram.

As obras que fizemos foram feitas para você, principalmente para as novas gerações. Sem as usinas hidrelétricas do Paraná, você, que mora em São Paulo hoje, possivelmente não teria sequer luz elétrica em casa. Foram obras grandes. Grandes pelo tamanho da nossa população, pela dimensão de nossas necessidades e,

principalmente, pela grandiosidade de nossa geografia. As obras são proporcionais ao tamanho do País. Como aproveitar o potencial de rios gigantescos como o Paraná ou o Tocantins, a não ser com obras também gigantescas? Aproveitá-los é nosso dever. Usá-los em benefício de nossa gente é nossa obrigação.

Tudo o que foi feito teve como objetivo melhorar a sua condição de vida. Hoje quero mostrar não um setor, mas um conjunto imenso de atividades, um caleidoscópio de projetos, programas, obras, esforços, todos diretamente voltados para a condição humana, para melhorar a situação econômica e social das pessoas, dos nossos irmãos brasileiros em luta com fatores adversos.

Esse conjunto de atividades foi reunido no Ministério do Interior. É um Ministério de competências múltiplas. É o Ministério da integração inter-regional. Por isso, no meu governo, o Ministério do Interior foi também o Ministério que enfrentou as adversidades regionais.

O Ministro do Interior foi o meu agente direto para enfrentar crises prolongadas como a seca do Nordeste, emergências como as inundações em Santa Catarina, para resgatar as condições sub-humanas de moradia a gente dos alagados. E ao mesmo tempo construimos sem parar, por todo o território, em todos os municípios, a casa própria, os sistemas de água e esgotos para saneamento, os açudes, os sistemas de irrigação e em toda parte zelando pela preservação do meio-ambiente, pela fixação do homem na sua região, pela manutenção de níveis necessários de empregos.

No meu governo, suportamos cinco anos de seca no Nordeste. O Ministério do Interior coordenou recursos e ações para ajudar o povo nordestino a suportar esse flagelo. Agora, a seca passou, mas quero registrar dois fatos incontestáveis: primeiro, nestes cinco anos conseguimos manter e sustentar o nordestino na sua terra.

Não houve migrações em massa, não houve abandono nem fuga de populações em busca de víveres e de mercados de trabalho de outras áreas, como em secas anteriores. Desta vez, o nordestino sobreviveu graças a sua fibra e graças ao apoio Federal, que levou ao nordestino alimento e dinheiro nas frentes de trabalho. O segundo fato: nestes cinco anos duplicamos a capacidade de armazenamento de água do Nordeste. Mobilizamos todos os recursos para minorar os sacrifícios impostos pela seca. De 79 a 83, aplicamos mais de novecentos e cinqüenta bilhões de cruzeiros, em valores de 1983, em obras e em frentes de trabalho que alistaram três milhões e cem mil trabalhadores. Aplicamos, portanto, mais de quinhentos milhões de cruzeiros por dia. Nenhum esforço foi poupadão. Os resultados foram expressivos. Em cinco anos, construimos mais barragens do que em todo o período anterior da história da região. De 1979, a capacidade de armazenamento de água no Nordeste era de doze bilhões de metros cúbicos. Hoje, a região dispõe de uma reserva de vinte e cinco bilhões de metros cúbicos de água.

A preocupação do Governo com o Nordeste e a atenção traduzida em obras realizadas são de conhecimento geral.

A melhor prova de reconhecimento público por tudo o que foi feito, eu a recebi do povo nordestino, que votou em massa nos candidatos do meu Partido, que elegeru os governadores que eu prestigiei e apoiei. Os tempos mudaram. As pessoas, também. Mas ninguém mudou o que aconteceu. Juntos, no PDS, prefeitos e vereadores, deputados e senadores, os governadores, os meus Ministros e eu, juntos, unidos, ganhamos os votos do povo de todos os Estados do Nordeste. Ganhamos apesar da demagogia da Oposição, ganhamos apesar das campanhas jornalísticas contra nós. Ganhamos porque estávamos unidos pelos nossos objetivos, pelos nossos ideais, pelos nossos interesses comuns, e colocamos a

união e o partido acima das dissensões pessoais. Ganhamos sem egoísmos e sem traições. E ganhamos o voto popular; ganhamos a vontade do povo para o nosso lado. Sou profundamente grato por este apoio explícito que, livremente, me prestou tão importante parcela do nosso povo.

O Ministério do Interior nasceu da necessidade de propor soluções e programas nacionais a problemas que não podiam ser resolvidos, nem no âmbito setorial, nem no âmbito estadual. O combate à seca, a defesa do meio-ambiente, a preservação ecológica, a defesa civil, são alguns dos mais importantes desses programas. Eles não teriam solução adequada sem a SUDENE, sem a Secretaria do Meio-Ambiente, sem os programas de saneamento ambiental, sem a Secretaria da Defesa Civil.

Além disso, o desenvolvimento econômico do nosso País vinha se caracterizando por flagrantes desequilíbrios regionais.

Era preciso coordenar medidas para eliminar esses desequilíbrios.

Antes de 1964, registraram-se algumas iniciativas a respeito, mas isoladas, dispersivas, sem um sentido de ação integrada, sem um sentido prático de execução de programas. Para os governos da Revolução, a correção dos desequilíbrios regionais só podia ser atingida com um esforço intenso, sistemático e abrangente. Era preciso também estabelecer a estratégia e as prioridades para essa correção. As prioridades foram a redução do desnível econômico e social do Nordeste em relação ao resto do País; e a ocupação produtiva do Centro-Oeste e da Amazônia.

E, a estratégia fundamental, promover a integração das nossas regiões pela formação de um amplo mercado interno, capaz de assegurar um crescimento regional auto-sustentado e capaz de permitir uma descentralização econômica progressiva.

Logo em junho de 1964, foi criado o Ministério Extraordinário para Coordenação de Organismos Regionais, para tratar do desenvolvimento regional e dos grandes problemas estruturais sócio-econômicos do País, de maneira integrada e com a continuidade necessária. Esse Ministério foi, em seguida, transformado no Ministério do Interior, ao qual ficaram subordinados os bancos e os órgãos regionais de planejamento e coordenação.

Dessa forma, foi possível construir o sistema de incentivos fiscais em favor de projetos industriais, agrícolas e pecuários. Essas regiões de menor renda receberam recursos imensos. E o Governo Federal passou a transferir recursos para Estados e Municípios e a desenvolver programas em benefício das mesmas regiões de menor renda.

Já em meu governo, prossegui no esforço de aperfeiçoar a máquina administrativa. Concentrei no Ministério do Interior atividades que antes estavam dispersas em outros órgãos.

As ações do Ministério do Interior não se esgotaram no Nordeste. Estenderam-se a todo o País por intermédio de suas superintendências, fundações e bancos. No Nordeste, a SUDENE; na Amazônia, a SUDAM e a SUFRAMA; no Centro-Oeste, a SUDECO; no Sul, a SUDESUL.

Suas atividades foram reforçadas por programas de alcance regional ou localizado, como o PROTERRA, para redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste. Ou o PROVALE, para o Vale do São Francisco, ou o PRODOESTE, para o Centro-Oeste. Todos esses programas estavam articulados com o Programa de Integração Nacional.

No plano de atividades nacionais, distinguem-se as ações urbanas como as desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Programa de Assistência aos Municípios — PAM, e outras ações não

menos importantes ligadas à habitação, saneamento, proteção e assistência ao índio, defesa civil, integração do estudante universitário e meio-ambiente.

Gostaria, inicialmente, de relatar a ação do Ministério do Interior em cada uma das regiões do País.

O Nordeste foi a região que mais recursos e atenções recebeu do Governo. Não poderia ser de outra maneira. Ao atraso relativo com que contava, se comparado às demais regiões, somou-se, nos últimos cinco anos, uma das mais graves secas de que se tem notícia em sua história. Os governos de antes de 1964 deram muito pouca atenção ao Nordeste. Falava-se muito, agia-se pouco.

Passamos, depois, a contar com várias entidades que eficazmente vêm contribuindo para o seu progresso.

A SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, entre 1959 e 64, pretendeu corrigir as deficiências de infra-estrutura, principalmente de energia, transportes e saneamento básico. Mas não foi muito além da criação de alguns órgãos administrativos para isso, como a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, águas e esgotos do Nordeste. Em relação à seca, promoveu a criação de um fundo de emergência para o abastecimento do Nordeste.

A partir de 1964, conforme a estratégia que indiquei, de integração econômica auto-sustentada da região, dirigimos esforços e recursos para os setores diretamente produtivos da economia nordestina.

Foram criados programas especiais de desenvolvimento rural e urbano como o PROTERRA, o POLO-NORDESTE, o Projeto Sertanejo, o Programa de Irrigação e o Programa de Investimentos em Capitais e Cidades de Porte Médio. O sistema de incentivos fiscais e financeiros foi aprimorado através do FINOR, o Fundo de Investimento do Nordeste.

Firmou-se uma política de desenvolvimento industrial da região, com a instalação de grandes complexos industriais, aproveitando as potencialidades locais: o complexo industrial cloro-químico de Alagoas, que utiliza as ricas jazidas de sal-gema existentes perto de Maceió, para produzir soda cáustica, cloro e produtos derivados. O Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, que produz matérias-primas utilizadas pela indústria química na fabricação dos mais variados produtos. O complexo têxtil e de confecções na produção de tecidos e o complexo de couro para ampliação da indústria de curtumes, calçados e artefatos de couro.

Na minha gestão, criei o programa de aproveitamento de recursos hídricos do Nordeste — PROHIDRO, para assegurar a utilização racional da água, que é o recurso natural mais escasso na região. Com outros programas da SUDENE e do DNOCS foi possível acelerar as obras para aumento da capacidade de armazenamento de água. E com orgulho que repito que, no meu governo, foi dobrada a capacidade de armazenamento de água da região, que passou de doze bilhões de metros cúbicos a vinte e cinco bilhões. Em cinco anos, foram construídas mais barragens no Nordeste que em todo o período anterior de sua história. O Rio Jaguaribe, no Ceará, até há pouco considerado o maior rio seco do Mundo, tornou-se perene. No auge da crise, noventa e cinco por cento da região sofria o flagelo da seca. A seca atingiu até o Território de Fernando de Noronha, por um lado, e por outro, penetrou na Amazônia maranhense. Mais de vinte milhões de pessoas sofreram seus efeitos. Para ajudar o nordestino nessa emergência, o Governo criou as frentes de trabalho, alistando mais de três milhões e cem mil trabalhadores em mil trezentos e vinte e oito municípios. Eu gostaria que todos refletissem no que representou, em gastos, a manutenção, em média, de mais de um milhão de empregados por um período de cinco anos. Eu estou seguro de que você compreende que estes gastos não foram em vão, porque

milhares de pessoas solidárias contribuíram enviando alimentos, roupas e remédios.

De 1979 a 1983, o programa de assistência às populações e áreas atingidas pelas secas do Nordeste aplicou mais de novecentos e cinqüenta bilhões de cruzeiros em obras e serviços em áreas rurais, perfuração de poços, produção de alimentos e abastecimento de água. As frentes construíram ou melhoraram mais de cento e vinte mil pontos de água, restauraram noventa e dois mil quilômetros de estradas, trezentos e quarenta e cinco quilômetros de adutoras e prepararam para a produção agrícola um milhão e meio de hectares. O armazenamento de água tornou possível trinta e três projetos de irrigação; dezoito já em operação na área do São Francisco, nos Estados de Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

O apoio Federal aos nordestinos mobilizou outros recursos e programas. O agricultor pôde contar com o Projeto Sertanejo voltado para produtores rurais pequenos e médios, com o objetivo de elevar sua capacidade de resistência às secas em quinhentos e seis municípios do Nordeste. Foram elaborados mais de vinte e seis mil projetos de investimentos dos quais dezessete mil já contratados, abrangendo duzentos e vinte e cinco mil hectares em pequenas propriedades rurais.

Criei também o Programa de Apoio Especial às Populações Pobres das Zonas Canavieiras, o PROCANOR, para beneficiar o homem sem recursos, por meio da reforma e construção de obras e saneamento, salas de aula, hospitais e alimentos.

No âmbito da Região Nordeste, quero também destacar o apoio à iniciativa privada. O Banco do Nordeste do Brasil aplicou um trilhão e seiscentos bilhões de cruzeiros no fomento às atividades produtivas da Região. Em cinco anos, o volume de empréstimos do BNB cresceu cinqüenta vezes.

Com recursos do FINOR, a SUDENE aprovou seiscentos e oito projetos industriais, agroindustriais e agropecuários, da iniciativa privada, possibilitando a criação de cerca de cento e doze mil empregos diretos.

A seca e todas as calamidades dela decorrentes são um problema secular do Nordeste. Por isso mesmo, sua solução depende da continuidade do esforço de todos, durante muitos anos. É preciso reavaliar periodicamente os rumos e os resultados dos projetos.

Há dois anos criei o Projeto Nordeste para reavaliar a nossa estratégia na Região. Já definimos um programa de apoio ao pequeno produtor rural, que vai aplicar doze bilhões de dólares, num prazo de quinze anos, para beneficiar dois milhões de famílias de pequenos produtores e trabalhadores rurais.

A ação do Governo no Nordeste propiciou a melhoria efetiva das condições de bem-estar do nordestino e os recursos ali despendidos estão ajudando a reduzir suas diferenças em relação às zonas mais desenvolvidas do país.

ATE ALGUMAS DÉCADAS ATRAS A AMAZONIA ERA CONHECIDA APENAS COMO «INFERNO VERDE», UM MUNDO DESCONHECIDO E FANTASIOSO DE MATAS E RIOS.

Não havia ação consistente do Governo para ocupar efetivamente a Região. Alguns se lembram da SPVEA — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Poucos lembram do que foi feito naquela imensa região antes de 64. Desde o término do ciclo da borracha, a Amazônia vivia estagnada, sem perspectivas.

No Governo Castello Branco foi definida, afinal, uma política para dar suporte financeiro ao desenvolvimento da Região. Criou-se a SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, órgão de coordenação e promoção do desenvolvimento regional. Foi criada, igualmente, a SUDHEVEA, Superintendência da Borracha, e a Superintendência da Zona Franca de Ma-

naus, a SUFRAMA. A Zona Franca, contando com incentivos fiscais, visava a criar um pólo de atração de população, de criação de empregos, de negócios e de investimentos para ocupar o imenso vazio econômico e demográfico da Amazônia.

A população da região dobrou. De dois milhões e oitocentos mil habitantes, em 1963, a população da Amazônia alcançou quatro milhões e quinhentos mil habitantes em 1978.

Cidades como Manaus e Belém transformaram-se em grandes pólos de desenvolvimento regional, com mais de um milhão de habitantes.

No âmbito da SUDAM já foram investidos um trilhão e quatrocentos bilhões na implantação de novecentos e onze projetos agrícolas e industriais. Desse total, quatrocentos e dezessete foram aprovados pelo meu governo e criaram quarenta e seis mil empregos diretos. A isso, somam-se oitenta e um mil empregos criados pela aprovação da SUFRAMA, de duzentos e vinte e quatro projetos industriais e cento e oito projetos agrícolas e pecuários.

Com a colaboração do Projeto RADAM, o solo amazônico foi inteiramente identificado, bem como localizadas grandes reservas de minérios, que todos agora conhecem.

Programas especiais foram criados.

O POLAMAZÔNIA, com recursos específicos, permitiu a implantação da infra-estrutura rodoviária, portuária, aeroviária e a execução dos mais variados projetos.

Através do POLAMAZÔNIA, o Governo Federal implantou seiscentos e quarenta e dois quilômetros de estradas-tronco, dois mil e seiscentos quilômetros de estradas vicinais, construiu dez portos fluviais e vinte e dois campos de pouso e implantou quinze usinas termelétricas nos últimos quatro anos.

O Polamazônia vem executando cerca de dois mil projetos na Região. Construiu ou ampliou trezentos e oitenta e uma escolas e treinou doze mil professores. Construiu oitenta e oito unidades mistas de saúde e atendeu três milhões de pessoas com programas de ação social. Em apoio ao homem do campo, mais de sessenta e um mil produtores foram treinados, e concedidos seis mil e setecentos títulos definitivos de terra. Levamos adiante outros projetos significativos como o Projeto de Mineração da Bauxita, no Rio Trombetas, o Complexo de Alumínio (ALBRÁS-ALUNORTE), o Projeto Carajás, a construção das hidrelétricas de Tucurui, no Pará, que começa a funcionar esta semana e de Balbina, no Amazonas, já em fase adiantada de construção.

Estes dados mostram que a Amazônia deixou de ser um «inferno verde». Ela está ocupada pelos brasileiros, integrada no Brasil e em nosso processo de desenvolvimento.

A Região Centro-Oeste, que abrange mais de vinte por cento do território brasileiro, tem sido tradicionalmente identificada como um grande celeiro do Brasil no futuro. A extensão de seus campos e topografia favorável definem sua inegável vocação agrícola.

Para dar apoio ao desenvolvimento da Região foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO.

Como na Amazônia, no período 64-78, a população da região dobrou. Passou de três milhões e meio para seis milhões, e ultrapassa, hoje, os sete milhões de habitantes.

Para apoiar essa ocupação, o Governo criou alguns programas de desenvolvimento, como o Polocentro, o Programa dos Cerrados e o Programa do Pantanal.

Os cerrados, que abrangem 1/4 do Território Nacional, eram até há pouco considerados improdutivos, destinados apenas às atividades de pecuária extensiva.

Hoje, graças à tecnologia desenvolvida pelas pesquisas apoiadas pelo Governo, inclusive com recursos do POLOCENTRO, os cerrados estão produzindo grãos com os mais altos índices de produtividade:

- A soja: 2.100 kg por hectare, quando a média nacional é de 1.700 quilos.
- O trigo: 2.200 kg por hectare; a média nacional é de 900 quilos.
- O milho: 3.500 kg por hectare. A média nacional é de 1.700 quilos.

Com tais índices de produtividade, superiores até a índices alcançados em regiões tradicionais de produção de grãos, os cerrados estarão brevemente integrados com áreas altamente produtivas.

Novos investimentos são necessários. A marcha para o Oeste assim o exige. A criação do Estado de Rondônia, hoje ligado ao País pela BR-364, acelera o processo migratório e a circulação de riquezas. Atento às necessidades da região, determinei em 1981 a criação de um novo programa, o POLONORDESTE, cuja atuação se estende por quatrocentos e um mil quilômetros quadrados e vinte e nove municípios.

O Sul e o Sudeste, mesmo sendo as regiões mais desenvolvidas do País, têm áreas carentes de apoio federal e não foram esquecidos. Por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Desenvolvimento da Região Sudeste, inúmeros projetos foram efetivados. Vou citar o controle de erosão do solo no Noroeste do Paraná e o cadastramento de propriedades rurais.

Em 1980, criei o Programa Especial da Lagoa-Mirim, no extremo Sul, para promover a diversificação da produção agrícola, a construção de estradas, controle de enchentes e atendimento comunitário de populações de baixa renda.

No meu governo, dei especial atenção aos trabalhos de drenagem e retificação do Rio Tubarão, em Santa Catarina, uma das maiores obras já realizadas no País. São importantes também as obras de construção de barragens de contenção do Rio Itajaí, em Santa Catarina, e do Rio Guaíba, no Rio Grande do Sul.

A SUDESUL teve expressiva participação no socorro às vítimas das enchentes que castigam o sul do País e nos trabalhos de reconstrução de cidades e equipamentos de infra-estrutura destruídos.

Ao lado deste trabalho regional, o Ministério do Interior realizou programas de âmbito nacional.

Quero destacar a assistência às áreas urbanas de concentração de pobreza. Para isso, instituí, em 1979, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

É PRECISO MODIFICAR A TENDÊNCIA DAS GRANDES CIDADES AO CRESCIMENTO DESORDENADO.

Não se trata de frear o crescimento, mas distribuir a ocupação do espaço para evitar a excessiva concentração industrial, a queda do bem-estar e os danos ao meio-ambiente.

É preciso orientar os investimentos para o maior crescimento das cidades de porte médio e dos núcleos urbanos no Interior.

Já temos programas especiais para os problemas das grandes aglomerações de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém. As cidades pequenas e de porte médio também contam com programas para antecipar e resolver problemas futuros gerados por seu crescimento.

Em 1981, instituí o Programa de Assistência aos Municípios — PAM, para assistência a projetos de urbanização, saneamento geral e melhoria de infra-estrutura de escolas e postos de saúde. Em dois anos, o

PAM transferiu dezessete bilhões de cruzeiros a três mil duzentos e quarenta municípios.

De todos os programas ou projetos de alcance nacional, há um que se destaca pelo que realizou e pelo que representa para cada pessoa. É a obra realizada pelo Banco Nacional da Habitação. A crítica contra o BNH caracteriza-se pelo vigor e pela paixão. Não a descarto integralmente. Assim é que determinei que ele fosse adaptado às exigências do momento econômico-social.

Alguns números mostram o crescimento urbano esmagador que sofremos. Em apenas quarenta anos, o perfil demográfico brasileiro se inverteu. Em 1940, o censo demográfico registrava trinta por cento de habitantes urbanos contra setenta por cento de moradores no campo. Em 1980, os resultados do censo mostram que a situação se inverteu — os urbanos cresceram para setenta por cento e os rurais diminuíram para trinta por cento. Em 1940, o Brasil tinha duas cidades com população entre quinhentos mil e um milhão de habitantes: Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje são cidades com mais de 1 milhão de habitantes: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Dessas, duas tem mais de 5 milhões de habitantes: São Paulo e Rio.

PELA PRIMEIRA VEZ O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, NO PERÍODO 1970/1980, FOI MAIOR DO QUE O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS, NO MESMO PERÍODO.

Enquanto a população total cresceu vinte e seis milhões, a população urbana aumentou vinte e nove milhões, atingindo oitenta e dois milhões de habitantes. O ritmo de crescimento da população urbana, no mesmo período, foi de 4,5% ao ano, enquanto o da população total foi de 2,4%.

Dois em cada três brasileiros vivem hoje nas cidades.

Considerando uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano, inferior, portanto, à registrada no decênio passado, a população urbana duplicará em vinte anos. Isto é, por volta do ano dois mil, a população das cidades brasileiras será de cento e sessenta milhões de habitantes.

Para se ter uma idéia da amplitude do desafio que representa para a sociedade brasileira esse acelerado processo de urbanização, basta lembrar que para acomodar esta população será necessário construir uma área urbana: casas, ruas, redes de abastecimento d'água, rede de esgotos, de energia e iluminação pública, edifícios para comércio, indústria e administração pública — equivalente a tudo o que se construiu até hoje no país desde o seu descobrimento. Significará construir cem Brasília. Um aspecto mais grave: essa urbanização acelerada foi marcada pela pobreza. Por isso, nas cidades brasileiras aglomera-se uma alta percentagem de pessoas pobres que ocupam as favelas, os cortiços e suas áreas periféricas.

Fundado em 1964, o Banco da Habitação instituiu uma política voltada para o atendimento global das necessidades da população em termos de casa própria. Antes de 1964, iniciativas esparsas resultaram na construção de somente cento e vinte mil comparado à dimensão do problema.

Depois de 64, o Banco da Habitação implantou nova modalidade de construção e novos critérios de justiça e eqüidade para a aquisição de imóveis. Os que hoje criticam o banco devem lembrar-se que ele já efetuou financiamentos para a construção de mais de quatro milhões de moradias. Deste total, dois milhões e cem mil no meu governo.

Eu tenho consciência dos problemas ora enfrentados pelos mutuários da casa própria. A imprensa vem dando realce aos insatisfeitos e às dificuldades de pagamento de alguns mutuários. Peço a sua atenção, meu caro telespectador, para o seguinte: o BNH já tornou

possível a casa própria para quatro milhões e duzentas mil famílias. Um milhão de famílias já terminaram de pagar sua dívida, e três milhões e cento e vinte e sete mil pagam sem problema. Somente sessenta e cinco mil mutuários foram à justiça contra o BNH. Na primeira instância, o BNH ganhou mil e quinhentas causas e perdeu outras mil e quinhentas. Este é o retrato real.

Tenho procurado, com o Ministro do Interior, o Ministro do Planejamento e o presidente do BNH, encontrar formas de aliviar as dificuldades de quem está pagando a moradia comprada pelo sistema financeiro de habitação. Foi instituído o bônus e aprovado o plano de equivalência salarial para reduzir as prestações da casa própria e permitir a reprogramação dos contratos de financiamento.

Há quatro anos atrás, ao passar pelos alagados de Belém, não me contive e disse ao Ministro do Interior que eu queria acabar com aquela miséria no Brasil, antes do fim do meu governo. Fizemos, para isso, o PROMORAR — Programa de Erradicação da Subhabitação, que já beneficiou dois milhões e trezentas mil pessoas, urbanizando, construindo casas e escolas, centros de saúde e núcleos de lazer para populações de baixa renda. No Rio de Janeiro erradicamos as favelas da Maré, Nova Holanda e Morro do Tibau, com saneamento, ruas e praças, escolas, unidades de assistência materno-infantil e quadras de esportes. O PROMORAR erradicou ainda a favela de Alagados, na Bahia, favela China-Japão, em Natal, a Favela Coroados, em Manaus, Favela Santa Terezinha, em Fortaleza, Favela Angelim, em Teresina e várias outras. O PROMORAR já fez novas experiências, como o mutirão, que culminaram na criação do Projeto João-de-Barro, que já atendeu cento e duas mil pessoas carentes em diversas regiões do País.

Habitação e saneamento básico são ações conjuntas. O Plano Nacional de Saneamento — PLANASA,

implantou sistemas de abastecimento de água em 1.198 localidades, sendo 593 novas cidades e 605 distritos. Modernizou e ampliou os sistemas de abastecimento em outras 1.422 localidades. Mais de dezenove milhões de brasileiros passaram a ser beneficiados com o abastecimento de água potável, no período de 1979 a 1983.

Entre as ações de natureza social do Ministério do Interior, quero citar também a criação, em 1979, da Secretaria Especial da Defesa Civil, que orienta em todo o país as atividades de prevenção, assistência e recuperação em caso de calamidades. O povo e o governo atuam conjuntamente com um único objetivo: proteger a vida e resguardar o patrimônio. A atuação da defesa civil é crescente no trabalho de conscientizar as autoridades e a população, e no atendimento às comunidades sujeitas a emergências.

Ainda na área social, o Projeto Rondon vem cumprindo um importante programa de ação comunitária, que envolveu, nos últimos cinco anos, seiscentos e oito mil universitários. Eles levaram seu trabalho à população de quase 2.000 municípios. Desenvolveram ações de saúde, educação, pesquisas e estudos.

Com a ocupação econômica de novas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia, o problema das comunidades indígenas adquiriu dimensão de maior cuidado. A FUNAI desenvolve um trabalho muito amplo e com ênfase na regularização e demarcação de terras, saúde, educação e valorização da cultura indígena.

Da mesma forma, a ocupação de novas áreas exigiu atenção especial do governo com a preservação dos nossos recursos naturais da nossa fauna e flora. A Secretaria Especial do Meio-Ambiente, a SEMA já protege 10 estações ecológicas criadas no meu Governo e está implantando outras 14 novas estações.

Em 1981, sancionei a Lei nº 6.938, que institucionalizou a política nacional de meio-ambiente, considerada

uma das mais avançadas em todo o Mundo. O Brasil ocupará a Amazônia preservando seu vasto patrimônio natural.

Meus amigos,

Peço que reflitam sobre a transformação social e econômica que resultou do esforço do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Interior e os órgãos a ele vinculados. É uma transformação muito grande, porque o Brasil é grande e nós sabemos crescer conforme a nossa dimensão. A melhor prova disso está no que fizemos. Vou repetir.

No Nordeste, duplicamos o armazenamento de água, instalamos conjuntos industriais possantes e expandimos a produção agropecuária, onde antes só havia a seca, a miséria e o atraso econômico.

Na Amazônia, em cinco milhões de quilômetros quadrados, mapeamos tudo e identificamos incontáveis jazidas de minérios e terras propícias que já atraem e fixam populações inteiras, onde antes só havia o vazio e a selva.

No Centro-Oeste, hoje, a soja, o arroz, a pecuária e novas cidades cobrem as extensões antes abandonadas dos campos e do pantanal.

Graças ao sistema financeiro de habitação, o BNH construiu quatro milhões de residências, estendeu redes de água e esgoto e melhorou as condições de vida em quase todos os quatro mil municípios da nossa terra. São vinte milhões de brasileiros que, sem o BNH, não teriam sua casa própria.

Tenho certeza que todos os brasileiros de alguma forma colheram os benefícios de tudo isto. Você, meu caro telespectador, veja, no seu próprio caso, se eu não tenho razão, esteja você na Amazônia, no Nordeste, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, no Centro-Oeste ou no Sul. Foi para isso, é para isso que o Governo criou e realizou esses projetos.

Através da ocupação racional e ordenada dos imensos espaços vazios do Território brasileiro, apoiando o homem rural e o homem urbano, num esforço enorme para transformar a desoladora imagem dos bolsões de pobreza, o Ministério do Interior realizou uma obra gigantesca para uma sociedade mais justa, mais integrada, mais humana.

Muito obrigado e boa noite.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre seu programa de governo na área do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Em 30-11-84

Brasileiros:

O Governo tem o dever de trabalhar em todos os setores das necessidades da Nação. Ele não pode nem tem o direito de limitar suas atividades e os recursos disponíveis somente para projetos de valor imediato, de impacto político favorável.

Nos últimos 20 anos, conseguimos superar a nossa escassez de energia, a ausência de transportes e comunicações, e diminuir consideravelmente as desigualdades regionais, como mostrei nos pronunciamentos anteriores.

Tivemos de fazer tudo isso, mas ao mesmo tempo era preciso atuar com igual esforço e dedicação em outros campos.

Uma área vital era e continua a ser da agricultura e da ocupação da terra. Em síntese, o problema da função social da propriedade da terra.

Hoje somos mais de 130 milhões de brasileiros, dos quais 90 milhões moram nas cidades. Trabalhando na indústria, no comércio, nos serviços, no Governo. Con-

seguimos grandes avanços nesses setores. Os confortos e vantagens da vida moderna, gerados pelo trabalho dos brasileiros das cidades, vão, pouco a pouco, se difundindo entre nossa população. Em programas anteriores já mencionei alguns frutos desse trabalho: a eletricidade, o automóvel, o metrô, o telefone, a televisão. Viver e trabalhar nas cidades só é possível porque milhões de outras pessoas se dedicam a produzir nossos alimentos. Essa é a grande tarefa a que se dedicam os 40 milhões de brasileiros que vivem no campo. Têm que produzir comida para si mesmos e para nós. Alimentar 130 milhões de pessoas e ainda gerar excedentes para exportação.

A própria natureza da atividade agrícola torna esse desafio mais difícil ainda, em razão de fatores que escapam ao controle do homem. Há anos de fartura. Mas também há anos de escassez provocados por geadas, secas, inundações. Por isso, em vez de ter a produção agrícola concentrada numa única área, é importante espalhá-la por várias regiões. Uma agricultura geograficamente diversificada funciona como um seguro natural contra problemas climáticos.

Por outro lado, todo agricultor aspira, justamente, a ser proprietário da terra que cultiva. Por isso, o acesso à terra, a sua propriedade regular, é questão do mais relevante interesse social.

ANTES DE 1964, O PAÍS ASSISTIA A MERA MANIPULAÇÃO DEMAGÓGICA DA QUESTÃO AGRÁRIA.

A reforma agrária era tema usado exclusivamente como bandeira incendiária da ação política radical. Pregava-se a distribuição de terras, mas nada se efetivava nesse sentido. A política agrária e fundiária daquela época se esgotava nos discursos em praça pública. As promessas não iam além dos palanques. Os registros oficiais indicam que de 1930 a 1964, o Governo Federal executou apenas 32 projetos de colonização,

dando títulos de propriedade e assentando 25 mil famílias.

Eram questões da maior gravidade:

A PROPRIEDADE E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA ERAM
FATORES QUE GERAVAM A INSTABILIDADE SOCIAL E A
INSEGURANÇA.

Hoje, são fatores de paz social, porque, com a ajuda de Deus e através de um esforço continuado e sério, estamos fazendo uma reforma agrária de proporções nacionais; e atingimos um nível de produção de alimentos adequado ao nosso abastecimento.

Com a criação do cargo de Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários acelerei a distribuição de terras. Só no meu governo, 800.000 títulos foram entregues a novos donos. Chegamos a um milhão de títulos distribuídos. E eu tive a satisfação de entregar pessoalmente o título número um milhão. Eis a prova indiscutível da reforma agrária feita até agora. Um milhão de novos títulos. Mais de 5 milhões de pessoas foram beneficiadas. São 61 milhões de hectares de terra distribuídos; isso significa a soma dos territórios do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Estamos realizando, de forma pacífica e democrática, uma imensa reforma agrária. Com seriedade e apoio ao homem do campo. Sem desorganizar a produção, sem destruir a produtividade. Rejeitamos os processos violentos e espoliativos, defendidos por aqueles que pensam que o problema se resolve somente na desapropriação e entrega das terras. Basta citar que o lote de terra entregue a cada novo colono representa apenas 10% dos custos totais requeridos para sua titulação e ocupação e para tornar a terra produtiva. Os 90% restantes do custo correspondem a serviços de mapeamento, demarcação, estradas de acesso, apoio de saúde, escolas, etc.

Por isso, surpreendo-me quando alguns estrangeiros e mesmo muitos brasileiros ainda defendem, hoje

em dia, a necessidade de se começar a fazer a reforma agrária. Prefiro atribuir essas propostas antes à falta de informação sobre o que já fizemos, do que admitir que são movidos pela má-fé e pela demagogia, para influenciar a opinião pública ou pregar a violência. Eu não hesito em afirmar: a reforma agrária, no Brasil, já está sendo feita. E eu lhe pergunto, a você, dona-de-casa, a você, trabalhador, que me ouve: que país no Mundo entregou um milhão de títulos em tão curto prazo? E ao mesmo tempo deu ao homem do campo toda assistência possível? Eu lhe peço que pense e avalie, com isenção. Tenho a certeza de que você nos fará justiça, e verá que, em silêncio, sem alardes, e sobretudo sem violência e sem traumas, nós já conseguimos praticamente resolver o problema da terra no Brasil. É sobre isto que lhe quero falar hoje.

ANTES DE 1964, A IMAGEM AGRÍCOLA DO BRASIL ERA
A SIMPLES PLANTAÇÃO DE CAFÉ.

Café plantado quase todo para exportar.

O café representava, naquela época, a metade das nossas exportações e uma grande parcela dos dólares que entravam no País.

Imensas regiões próprias para plantio permaneciam sem aproveitamento. Embora tivéssemos água em abundância, a irrigação era praticamente desconhecida. Mais da metade da nossa população vivia na área rural, mas o grande potencial agrícola permanecia desaproveitado.

Era a paisagem agrícola pintada por Monteiro Lobato que persistia; uma paisagem pobre, estagnada, nas mãos de um homem desamparado: O Jeca-Tatu.

Essa imagem derivava de um conjunto de ausências: faltava energia, faltavam estradas, faltava comunicação, faltava apoio de todo tipo. Era o abandono do campo e do homem do campo.

Hoje, a nossa agricultura alimenta 130 milhões de pessoas, produz o álcool que substitui o petróleo e exporta uma gama variada de produtos.

Nestes 20 anos, a população do Brasil quase dobrou. Mas, graças a muito trabalho, a muito investimento, a produção nacional de grãos — feijão, arroz, milho, trigo, soja e outros cereais — passou de 19 milhões de toneladas, em 1964, para mais de 50 milhões de toneladas em 84. Isto significa que, nesse período, a produção cresceu mais do que a população.

Esse desempenho extraordinário o Brasil deve ao nosso agricultor, ao nosso homem do campo. Devemos esses resultados ao esforço dos trabalhadores e empregados rurais, que com otimismo, confiança e determinação preferiram empenhar-se no trabalho duro, mais gratificante, de plantar, de construir, de ganhar, do que esconder-se na inércia, ou no comodismo da crítica destrutiva e do pessimismo profissional.

Em relação às condições sociais no campo, adotamos uma política fundiária que respeita os valores básicos do nosso regime político: a iniciativa privada, a justiça social e a harmonia entre as categorias sociais da produção. Aqui também o contraste com o passado gritante. Como disse, antes de 1964, os próprios dirigentes políticos, em vez de trabalhar para resolver o problema, preferiam usar a reforma agrária como tema para discursos demagógicos, para agitação política. Era uma atitude mais fácil do que se dedicarem com seriedade ao extenuante trabalho que é necessário para resolver os problemas de terras. A partir de 1964, os governos da Revolução mudaram radicalmente a maneira de tratar a reforma agrária. Em lugar de apenas falar no problema, começamos a trabalhar para resolvê-lo. O Governo adotou uma nova postura em relação à reforma agrária e à agricultura, para fomentar o desenvolvimento agropecuário, estimulando, amparando e fortalecendo a iniciativa do homem do campo. Optamos por um processo

evolutivo que não se resume na simples distribuição de terras. No processo em curso, a desapropriação por interesse social constitui um dos instrumentos, junto com um elenco amplo de medidas, como a tributação progressiva, a distribuição de terras públicas, os projetos de colonização, a titulação de posseiros legítimos e a assistência técnica, de crédito, de saúde e de educação ao homem do campo.

O problema da terra é uma questão complexa, gerada ao longo de séculos de nossa história. Participaram da formação desse problema diversos elementos: a ocupação material do território, desde o descobrimento; as forças econômicas e sociais; o Governo Central; Os governos estaduais. Além de suas raízes históricas, a questão de terra envolve, por outro lado, diversos aspectos: a preservação dos valores básicos da nossa organização política, o equacionamento da produção agrícola, o aumento da produtividade, a garantia da justiça social. A reforma agrária requer a consideração cuidadosa e a justa conciliação de todos esses aspectos. Exige, além disso, um enorme volume de trabalho material: mapeamento, levantamentos topográficos, medição e demarcação de terras, exame acurado de vasta documentação, muitas vezes antigas e incompleta. Em suma, é questão muito complicada para ser resolvida com palavras de ordem e discursos. É questão muito séria para ser usada como pretexto para a agitação político-partidária ou, pura e simplesmente, como plataforma eleitoral.

O nosso grande crescimento populacional aumentou a pressão por terras e por alimentos e impulsionou a penetração para o interior, incentivando a ocupação do nosso território. Novas estradas foram abertas, criando a possibilidade de utilização de terras que antes não tinham valor econômico por estarem isoladas do mercado. E a própria abertura das estradas aumentou a pressão pela ocupação de novas terras. Situadas em regiões

distantes e de baixo valor, essas terras em geral têm, por isso mesmo, uma situação confusa quanto à definição da propriedade. Por outro lado, historicamente, a ocupação efetiva sempre precedeu a regularização e a legalização da terra. Por isso, tanto no nosso direito agrário, quanto no próprio conceito popular, a ocupação e a posse da terra sempre foram consideradas como um critério muito forte para a definição da propriedade.

O conflito de terra surge da combinação desses quatro elementos: a pressão populacional, o surgimento da possibilidade de utilização de uma terra antes sem valor econômico, a situação dominial confusa dessa terra e a força da posse na consciência popular e no direito. Esse é um problema que esteve presente durante toda nossa história, acompanhando a expansão da nossa fronteira agrícola. Ocorreu no oeste paulista, no século passado, e no oeste do Paraná, no fim da primeira metade deste século. E até hoje, quarenta anos depois, ainda estamos tratando de regularizar situações de propriedade no Paraná. Ambas essas regiões têm agora uma situação fundiária quase consolidada, restando ainda alguns casos a solucionar. Com a expansão de nossa fronteira agrícola para o Centro-Oeste, para o Noroeste e na Região Norte, esse problema volta a repetir-se. E preciso, porém, não exagerar suas dimensões, como alguns fazem por má-fé e outros por sensacionalismo ou ignorância. Entre os cerca de cinco milhões de imóveis rurais cadastrados no INCRA, menos de 0,02 por cento é objeto de algum tipo de conflito.

Como disse anteriormente, foi apenas a partir de 1964 que ocorreu uma ação governamental efetiva para resolver o problema. Antes, ou não havia qualquer atuação do Governo, ou essa ação serviu mais para agitar, em vez de resolver, o problema.

Com a Proclamação da República a competência para legislar sobre terras e para administrar as terras públicas passou do Governo central para os governos

estaduais. A União só tinha jurisdição sobre uma faixa de terra ao longo de nossas fronteiras e sobre os chamados terrenos de marinha. Essa situação perdurou até 1964.

Nesse período em que os governos estaduais eram responsáveis pelo assunto, a questão da terra foi muitas vezes agravada.

Cada Estado criou sua própria legislação de terras e seus próprios mecanismos administrativos. A ausência de uniformidade nos pontos principais trouxe vários reflexos negativos. Foram concedidos imensos latifúndios, muitos deles para estrangeiros; terras eram vendidas mediante simples requerimentos; os direitos de possseiros já existentes não eram considerados; projetos de loteamentos eram aprovados apenas no papel e os lotes eram vendidos sem sua prévia identificação no terreno; títulos de terra eram concedidos e registrados em cartório sem medição e demarcação no terreno.

Em 1964, por iniciativa do Governo Federal, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Terra. Acabamos de comemorar o 20º aniversário dessa lei que é considerada um marco na história agrária do Brasil. O Estatuto da Terra é a base e a inspiração de toda a política fundiária do Governo. Muito foi feito para implementá-lo nesses 20 anos, especialmente em minha administração.

O Estatuto da Terra adota uma opção democrática para resolver o problema da terra. Democrática porque leva em consideração os interesses de toda a sociedade e não apenas de uma classe ou de um grupo. O Estatuto da Terra reconhece e procura atender e conciliar de forma justa e equilibrada os interesses do trabalhador rural, do empresário rural e do consumidor urbano de alimentos. Reconhece e protege o direito de propriedade daquele que explora adequadamente a sua terra. Mas ao mesmo tempo exige do proprietário que a terra cumpra sua função social; isto é, que apresente nível ade-

quado de produção e produtividade; que se garantam relações de trabalho justas para os trabalhadores rurais; que se promova o bem-estar do homem do campo; que se preserve o meio-ambiente. Quando a função social da terra não é atendida, o Estatuto prevê punição, seja através de impostos cada vez mais altos, seja através da desapropriação por interesse social.

Na Região Centro-Sul o próprio dinamismo da iniciativa privada foi determinando com ajustamento da situação fundiária às necessidades do processo de desenvolvimento. Nesse caso a correção de situações marginais de mal aproveitamento de terras pode ir sendo feita, na maior parte dos casos, pelo aumento crescente do Imposto Territorial Rural. Hoje, 60 por cento dos 4 milhões e 800 mil imóveis cadastrados pelo INCRA estão sujeitos à tributação. Ficam isentas somente as pequenas propriedades, até 25 hectares, exploradas pelo seu proprietário.

Determinei sempre a desapropriação daquelas terras que, por não estarem cumprindo sua função social, estivessem causando situações de conflito e tensão. Com isso, grandes latifúndios mal aproveitados foram divididos em propriedades menores e produtivas. Nessas desapropriações, o Governo indeniza em dinheiro as benfeitorias existentes e paga a terra com Títulos da Dívida Agrária. No meu período de Governo foram desapropriados por interesse social 124 imóveis, com uma área total de 3 milhões de hectares. Desde 1964, mais de 13 milhões de hectares de terra já foram desapropriados, e destinados ao assentamento de centenas de milhares de famílias. A área total desapropriada desde 1964 é maior do que os Estados de Pernambuco e Alagoas somados.

Nas regiões pioneiras onde a pressão populacional é menor e há muitas terras públicas, determinei a execução de um vasto programa de distribuição de títulos. Atualmente estão sob a jurisdição do Governo Federal

a faixa de 150 km, ao longo de nossas fronteiras, e fai-
xas de 100 km de largura, de cada um dos lados das ro-
dovias federais na Amazônia legal. As demais terras,
representando dois terços do Território Nacional, conti-
nuam sob a jurisdição dos governos estaduais.

Durante meu governo realizamos um extraordiná-
rio programa de distribuição de terras públicas. Entre
1964 e 1978, o INCRA havia entregue 196 mil títulos de
terra correspondentes a uma área de 11 milhões de hec-
tares. De 1979 até agora distribuimos mais 804 mil títu-
los, equivalendo a uma área de mais de 50 milhões de
hectares. Para que você tenha idéia da extensão total
dessa área, basta dizer que corresponde, como já assi-
nalei, aproximadamente à superfície do Rio Grande do
Sul, Paraná e Santa Catarina, somados. Nesses 6 anos
conseguimos fazer mais de quatro vezes tudo que havia
sido conseguido nos 14 anos anteriores. Nos meses que
me restam de governo, deverão ser distribuídos mais
200 mil títulos.

Cerca de 93 por cento dos lotes distribuídos situam-
se na faixa de até 100 hectares. Milhares de agricultores
estão se transformando em médios proprietários rurais.
Estamos criando no Brasil uma verdadeira classe média
rural. Colonos que estão trabalhando há apenas 3 anos
no Projeto Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, por
exemplo, já recusaram ofertas de dezenas de milhões de
cruzeiros por seus lotes. Em Ouro Preto do Oeste, em
Rondônia, já há casos de colonos que há 10 anos estão
cultivando cacau, café e borracha e rejeitam propostas
ainda mais elevadas por suas terras. Mesmo onde a fer-
tilidade do solo é mais modesta, como na Transamazô-
nica, os lotes com pastos são igualmente valiosos. Eis a
melhor prova de que é o trabalho do homem que valori-
za a terra.

O volume de trabalho legal e demarcatório que exis-
te atrás de cada título entregue é enorme. Numa primei-

ra etapa, o INCRA e o GETAT fazem o trabalho de discriminação para separar as terras públicas das terras particulares.

Durante meu governo, mais do que dobramos o total de terras discriminadas. Até 1978, 45 milhões de hectares haviam sido discriminados. De 1979 até hoje esse total atinge mais de 91 milhões de hectares. Uma área equivalente a toda Região Sudeste.

Depois de separadas das terras privadas, as terras públicas são arrecadadas, isto é, registradas em nome da União. Posteriormente são demarcadas. O trabalho de demarcação é muito caro e lento, pois consiste em traçar os limites físicos das propriedades, no terreno. No meu governo, 82 milhões de hectares de terra foram arrecadados e cerca de 15 milhões demarcados. Hoje, o estoque de terras públicas à disposição do próximo governo para continuar esse programa é da ordem de 52 milhões de hectares.

Estes extraordinários resultados não teriam sido possíveis sem a dinamização institucional, o uso de moderna tecnologia e o aporte de recursos financeiros. Nomeei em 1982 um Ministro de Estado Extraordinário para coordenar todas as atividades no setor fundiário. Dois novos órgãos de terras foram criados para atuar em regiões específicas: O GETAT, Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins e o GEBAM, Grupo Executivo para o Baixo Amazonas. O INCRA foi dinamizado. E já sancionei a lei de iniciativa do Executivo, que o torna ainda mais apto a atender os problemas fundiários. Os vários Ministérios que têm algum tipo de envolvimento nos assuntos fundiários passaram a ter uma ação mais integrada.

Temos também procurado dar assistência técnica e financeira aos 21 órgãos estaduais de terras a fim de melhor aparelhá-los para o desempenho de sua tarefa. Embora grande parte de responsabilidade pela questão fundiária caiba aos governadores estaduais, até 1964

existia apenas um órgão estadual de terra. De 1964 a 1978, sete novos órgãos estaduais foram criados. Desde 1979 surgiram mais 13 novos órgãos de terra.

Defensor intransigente do regime federativo, tenho prestado o mais amplo apoio a esses órgãos, independentemente da coloração partidária dos governos estaduais. A todos assistimos com o único e exclusivo propósito de colaborar para a solução adequada dos problemas fundiários em cada Estado.

Através de convênios firmados pelo INCRA e pelo GETAT, o Governo Federal destinou aos órgãos estaduais Cr\$ 74 milhões, a maior parte oriunda do FINSCIAL. Estes convênios beneficiaram 282 mil famílias, envolvendo uma área de mais de 7 milhões de hectares.

Passamos a fazer uso intenso da aerofotogrametria para o mapeamento, e da informática, para a emissão de plantas e títulos. Isso tem permitido maior velocidade e precisão no processo de titulação. Há 20 anos tínhamos somente 8 por cento do Território brasileiro mapeado, com exatidão e em escala adequada para os trabalhos fundiários. Hoje, inclusive graças ao trabalho do RADAM, já ultrapassamos 77 por cento, dos quais 40 por cento feitos no meu governo.

Na área jurídica, institui o usucapião especial, que reduz o prazo para a transformação das posses legítimas em propriedade. É preciso que os brasileiros, em particular os nossos homens do campo, conheçam o que é o problema da terra e, mais importante ainda, saibam como fazer valer os seus direitos. Para isso, o Governo publicou o «ABC da terra». É uma publicação de leitura fácil, já distribuída de graça para milhões de agricultores. Fizemos também uma coletânea dos mais de cem textos legais e decisões judiciais sobre a questão da terra. Isso facilita o trabalho de juízes e advogados que têm de decidir sobre o assunto. Estamos agora elaborando um anteprojeto-de-lei para consolidar toda essa legislação, onde serão caracterizados os institutos do

nosso direito agrário e previstos novos mecanismos mais rápidos para os processos judiciais nessa área.

Este é o balanço que queria trazer a você sobre o que fizemos para implantar, de fato e de direito, a reforma agrária no Brasil. Com paz e tranqüilidade, e tendo por objetivo assegurar a justiça social e o aumento da produtividade. Todo esse trabalho veio atender a esse reclamo histórico, que há décadas era formulado por nossa sociedade.

Recapitulando o que lhe disse, peço-lhe que pense em tudo o que fizemos:

— primeiro, montamos toda uma organização moderna, competente e habilitada para cuidar de todos os aspectos técnicos, jurídicos, econômicos e sociais envolvidos na questão da terra;

— segundo, mapeamos, discriminamos, arrecadamos e distribuimos milhões de hectares de terra, para um milhão de brasileiros que antes não a possuíam;

— terceiro, deixo para o próximo governo, já discriminados e registrados, e portanto prontos para serem distribuídos, mais de cinqüenta milhões de hectares de terras públicas.

Em suma, no meu governo, aplicamos, na letra e no espírito, o Estatuto da Terra. Beneficiamos a milhões de brasileiros, que, por sua vez, nos beneficiam a todos, contribuindo para a produção de alimentos para você, que vive na cidade. Estamos fazendo a reforma agrária sem prejudicar a produção, e respeitando todos os valores do nosso sistema jurídico e político. Graças a este processo, tivemos uma enorme expansão da nossa fronteira agrícola. Incorporamos aos sistema produtivo grandes manchas de terras férteis de nosso território. Nesse processo, continuamos a ocupação do nosso interior. Novas cidades surgiram. Um novo Estado, Rondônia, foi consolidado.

A propriedade de terra é hoje acessível a quem deseja usá-la bem, para produzir em benefício próprio e da nossa sociedade.

Esses são fatos, são realidades que trago a seu exame e reflexão. Estou seguro de que, com essas informações, com esses dados concretos, você fará justiça aos milhares de técnicos, de geógrafos, de advogados de topógrafos e de funcionários que trabalharam para realizar, em paz e com tranqüilidade, a reforma agrária em nosso País.

Muito obrigado e boa noite.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre seu programa de governo na área do Ministério da Agricultura.

Em 7-12-84

Brasileiros:

Tivemos uma fase de crescimento extraordinário nestes 20 anos. Cidades, indústrias, estradas, usinas hidrelétricas multiplicaram-se por todo o País.

Ao mesmo tempo, fizemos e estamos fazendo uma reforma agrária, cuja dimensão basta para calar os detratores: um milhão de títulos de terras entregues aos seus novos donos; 61 milhões de hectares distribuídos. Quantos países cabem nessa área!

Acima de tudo,

UMA REFORMA AGRARIA PACÍFICA, ORGANIZADA, CUIDADOSA, DESDE O LEVANTAMENTO DO TIPO DE SOLO ATÉ O APOIO FINANCEIRO AO AGRICULTOR.

como descrevi em meu pronunciamento anterior.

Você que trabalha numa fábrica, numa loja, num escritório, você depende de outros brasileiros que produzem os alimentos para você. Essa é a importância da Agricultura para você. Essa é a responsabilidade dos 40 milhões de brasileiros que vivem no campo: além de ga-

rantir seu próprio sustento, têm que produzir alimentos também para nós.

Mais de 90 milhões de brasileiros vivem e trabalham nas nossas cidades. Para alimentá-los, era preciso fazer a reforma agrária, era preciso expandir a nossa fronteira agrícola. Nossa vida ficaria muito difícil sem o aumento da produção de alimentos, sem a expansão da Agricultura.

Vamos pensar um pouco sobre o tamanho desse desafio: produzir alimentos para cento e trinta milhões de pessoas; e ainda produzir excedentes para exportar. Tudo isso, enfrentando um fator que ninguém controla: as variações climáticas, a seca, as enchentes, o sol e a chuva.

A vida urbana mudou os hábitos de consumo. O homem da cidade quer consumir mais carnes, verduras, frutas e óleos vegetais. E não dispensa os alimentos tradicionais como o feijão, o arroz e a mandioca. A mudança de hábitos de consumo e a crise energética colocaram pesadas responsabilidades sobre a Agricultura.

Por outro lado, o ambiente em que trabalha o nosso homem do campo é muito variado. As terras de grande fertilidade do Centro-Sul, o Nordeste assolado pela seca, os cerrados do Centro-Oeste, a selva chuvosa da Amazônia. Uma agricultura de grandes e pequenos proprietários. Agricultura tradicional e primitiva ao lado das técnicas mais modernas do Mundo. Que ainda tem 300 milhões de hectares para conquistar. Com muitos problemas resolvidos e muitos para resolver.

Felizmente,

A AGRICULTURA NOS ULTIMOS VINTE ANOS TEVE UM
DESENVOLVIMENTO EXTRAORDINÁRIO.

Quero fazer dois registros, que mostram o valor do que faz a nossa Agricultura. O primeiro, o fato mais significante deste Século: a conquista dos cerrados. Torna-

da possível pelo esforço irmanado do nosso pesquisador e do nosso agricultor. São 210 milhões de hectares antes inaproveitáveis. Hoje 30% da produção agropecuária já vem do cerrado. O segundo registro, assumimos a liderança absoluta na pesquisa tropical e exportamos técnicas agropecuárias para mais de 50 países. Técnicas modernas permitiram explorar de forma mais racional e eficiente as áreas agrícolas mais antigas, nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Ao mesmo tempo, partimos para a ocupação agrícola de novas áreas no Centro-Oeste, no Noroeste e na Amazônia. Brasileiros de toda a parte estão realizando essa epopéia de colonização, incorporando milhões de hectares de novas terras à nossa produção. Brasileiros que acreditaram no lucro do trabalho da terra e foram para as regiões pioneiras em vez de ficar, sem emprego, amontoados nas favelas das capitais.

A partir de 1964, o Governo adotou uma postura nova em relação à Agricultura. Antes só se preocupava com produtos isolados, conforme o valor de cada produto para exportações, como o café, o cacau, a cana-de-açúcar. A ação do Governo, que era dividida em segmentos estanques, passou a ser articulada, harmônica, integrada.

Quero trazer ao conhecimento de todos o elenco de medidas que o Governo executa, nessa política integrada de apoio à produção de alimentos, ao agricultor, ao pecuarista; medidas que começam com o financiamento da semente antes de plantar, acompanham a colheita, a armazenagem, o transporte, e vão até o mercado, onde você, por tudo isso, vai encontrar os alimentos para sua casa, para sua família.

A produção de grãos — soja, milho, feijão, trigo e arroz — 19 milhões de toneladas em 1964, aumentou para mais de 50 milhões de toneladas em 84. O rebanho bovino de 84 milhões de cabeças em 64 cresceu para mais de 123 milhões hoje.

Esses números mostram que, de um modo geral, nos últimos 20 anos, a produção de alimentos cresceu mais do que a população, resultado que poucos países podem apresentar.

Mais impressionante é o desempenho agrícola no aumento das exportações e na substituição de importações. As exportações agrícolas cresceram à taxa média superior a 10% ao ano, saltando de 1 bilhão 300 milhões de dólares para mais de 10 bilhões de dólares, sem contar as exportações de manufaturados e semi-manufaturados que usam matérias-primas agrícolas.

Conseguimos uma economia de divisas vital ao substituir petróleo importado, com a produção de álcool combustível: de menos de 400 milhões de litros em 64, com o PROALCOOL chegamos aos atuais 9 bilhões e 300 milhões de litros.

Decidi, no início do meu governo, dar prioridade à Agricultura. Isso era necessário, no contexto das medidas para fazer face à crise econômica internacional.

Iniciativas dos governos anteriores davam suporte firme à minha decisão: o Estatuto da Terra, divisor de águas da questão fundiária; o Sistema Nacional de Crédito Rural e a política de garantia de preços mínimos dos produtos essenciais para a nossa alimentação; a política de minidesvalorizações cambiais, que afastou os constantes prejuízos do exportador agrícola; o sistema EMBRAPA-EMBRATER, que deu impulso à pesquisa agropecuária e à extensão rural; o PROAGRO, programa de seguro apropriado para reduzir o risco da atividade rural.

Os aumentos não previstos no preço do petróleo em 73 e 79, a valorização do dólar e a elevação brutal nas taxas de juros internacionais, a partir de 1980, trouxeram enormes dificuldades para nós. Foi o fim da energia farta e barata; o fim do dinheiro fácil e a juros baixos.

Foi necessário reorientar o nosso crescimento para setores de maior uso dos recursos disponíveis no Brasil e de menos dependência de importações. A Agricultura utiliza terra, água e mão-de-obra, recursos abundantes no Brasil. É o setor da economia que menos usa importações. E o capital investido na Agricultura produz lucros em prazo menor comparado com outros setores. Isso é muito importante, quando há escassez de recursos financeiros e quando as taxas de juros estão elevadas.

Além da situação internacional adversa, tivemos em 1978 e 79 dois anos maus para a Agricultura, com geadas, secas prolongadas em algumas regiões e excesso de chuvas em outras.

Quando assumi o Governo, essa situação de quebra de safra ocasionava a elevação dos preços dos produtos agrícolas, crises de abastecimento, filas e necessidade de importações de alimentos.

Tanto o contexto internacional, quanto a situação interna, portanto, motivavam o Governo a dar prioridade para a Agricultura.

Defini como objetivos: primeiro, aumentar a produção de alimentos para o povo e de matérias-primas para as nossas indústrias, garantindo o abastecimento interno, amenizando a inflação e gerando ganhos reais; segundo, aumentar as exportações agropecuárias e substituir importações, especialmente na área da energia; terceiro, melhorar o padrão de vida do homem do campo.

Esses objetivos só poderiam ser atingidos com o aumento da produtividade e a garantia de lucro razoável no setor agrícola. Ninguém produz para ter prejuízos. Todos os que trabalham, os que produzem, desejam e merecem ter lucro com o seu trabalho.

Aprovei um conjunto de medidas para incentivar o agricultor, para aumentar a produção, para facilitar o abastecimento das nossas cidades, para melhorar as

condições sociais no campo. Vou resumir as principais medidas e seus resultados.

Para incentivar o produtor e aumentar a produção utilizamos o crédito rural, o seguro rural, a pesquisa e a extensão rural, os programas de expansão, de irrigação e de eletrificação das áreas agrícolas.

Através do crédito rural, foram concedidos aos agricultores, a preços de hoje, cerca de 118 trilhões de cruzeiros, sob a forma de crédito subsidiado, isto é, empréstimos com taxas de juros bem inferiores à inflação. Em média, foram assinados, por ano, 2,5 milhões de contratos de empréstimos; o que dá uma idéia aproximada do número de agricultores beneficiados.

Vejam só. 118 trilhões de cruzeiros, e eu sei bem que esse elevado volume de recursos não foi suficiente para atender a todas as necessidades dos agricultores. Também não tivemos recursos suficientes para Saúde, Educação, ou Habitação. Esse é o drama do nosso tamanho: as necessidades superam os recursos disponíveis em qualquer setor da vida nacional. Também não era possível aumentar mais os impostos. Mantive a prioridade agrícola, mesmo nos momentos mais difíceis da crise financeira, quando tivemos de executar um programa de ajustamento para restabelecer o equilíbrio externo da economia. Prioridade é isso. Quando vai bem, o setor prioritário recebe mais recursos e mais atenção que os demais. Quando há uma crise, o setor prioritário sofre menos cortes e restrições que os outros.

Além de aplicar o maior volume possível de recursos no crédito rural, adotei outras medidas para melhorá-lo. Criei os VBCs — Valores Básicos de Custo — uma estimativa baseada no custo de produção e não preço.

O reajuste anual do VBC, em geral, superou o índice de inflação. Neste ano, por exemplo, autorizei um reajuste médio do VBC de 270%.

Também orientei os bancos particulares para o crédito rural, para aumentar o financiamento e diversificar as fontes de financiamento. É preciso agora que os bancos particulares tomem consciência dessa contribuição que têm de dar à Agricultura. Isso ajudará a Agricultura a depender menos do Governo, pois torna o crédito rural mais estável e mais imune às mudanças na política monetária.

Aprovei várias medidas para atender melhor o produtor. Novos postos do Banco do Brasil levaram o crédito ao pequeno produtor. Mudou o critério de classificação do pequeno produtor, para aumentar o número de agricultores com direito a créditos maiores. Com isso, a participação dos pequenos produtores no crédito agrícola do Banco Central do Brasil aumentou de 16 por cento do total emprestado, em 1978, para mais de 37 por cento, em 83. E o número de contratos desses produtores passou de 614 mil para mais de 1 milhão.

Nos casos de secas, enchentes ou geadas, anistiei as dívidas dos pequenos agricultores, ou foram prorrogadas ou consolidadas.

A partir de 1981, a política de subsídio ao crédito começou a ser substituída, gradualmente, pela política de estímulo através de preços compensadores. Este é um assunto importante para todos, sobretudo para você que é agricultor. Gostaria de esclarecer bem esse tema, porque já foi explorado de forma demagógica para fins eleitorais.

O subsídio no crédito rural exerceu um papel importante. Ajudou a mecanização da Agricultura; estimulou o uso de técnicas modernas e mais eficazes; permitiu iniciar a integração da região dos cerrados na produção agrícola; aumentou o nível de recursos do produtor rural, especialmente na Região Sul.

Cumpriu um papel positivo por algum tempo, mas passou a gerar distorções na distribuição interna de re-

cursos. Atingiu níveis exagerados. Criou *deficits* governamentais crescentes que era preciso conter.

Mas, o seu grande defeito: o subsídio só beneficiava quem conseguia um empréstimo, cerca de 25 por cento do total de produtores. E esses agricultores eram os que já tinham melhores condições financeiras e que, por isso mesmo, tinham mais facilidade para tomar empréstimos. Já a política de estímulo através do preço, ao contrário, beneficia a todos os produtores, rico ou pobre, grande ou pequeno. E tem de produzir para ser beneficiado.

A redução dos subsídios foi gradual e feita de forma diferente para cada Região. Demos um tratamento mais favorável para as áreas de agricultura mais frágil. No Nordeste e no Norte, os produtores pagam apenas 85 por cento da correção monetária. Em alguns municípios do Nordeste, atingidos pela seca, pagam apenas 35 por cento.

Aperfeiçoei a política de garantia de preços mínimos para defender o produtor da inflação. A partir de 1981, os preços mínimos foram corrigidos automaticamente pelo INPC até o início da colheita. Mais tarde passamos a corrigi-los pela variação da ORTN; neste ano, estendemos a correção até o pico da comercialização da safra, em abril.

Os preços mínimos ficaram mais realistas e comércio de produtos agrícolas ficou mais livre interna e externamente também. A política cambial favoreceu a exportação agrícola.

Os preços mínimos a cada ano, em média, cresceram mais do que a inflação. Este ano, por exemplo, autorizei um aumento médio de 261 por cento. Hoje 40 produtos, inclusive de origem animal, tem preço mínimo garantido.

Outro estímulo do Governo para a Agricultura é o seguro rural, com o PROAGRO. O risco e a incerteza

para cada agricultor são grandes, devido aos problemas de clima e às pragas.

Em 79, o PROAGRO cobria 80 por cento do empréstimo do Banco ao agricultor. Agora, o seguro cobre todo o empréstimo, mais as despesas do produtor. Em caso de indenização, os valores são atualizados pela correção monetária. De 1979 até setembro deste ano, o Governo gastou, a preços de hoje, Cr\$ 2 trilhões através do PROAGRO. Você se lembra, eu mencionei que, no mesmo período, concedemos Cr\$ 118 trilhões em créditos subsidiados. O PROAGRO teve de cobrir somente Cr\$ 2 trilhões de perda de safra. Isso mostra que a Agricultura é um negócio bom e seguro.

Impulsionei os programas de apoio à expansão da fronteira agrícola, como o POLONOROESTE, o POLOCENTRO, o PROVÁRZEAS, que descrevi no meu pronunciamento sobre as atividades do Ministério do Interior.

O POLONOROESTE, criado no meu governo, teve impacto no avanço agrícola no oeste e noroeste de Mato Grosso e Rondônia, cobrindo uma área de 410 mil quilômetros quadrados.

O POLOCENTRO, de 79 e 83, apoiou a ocupação agrícola em 3 milhões e meio de hectares de cerrados.

Criei 3 importantes programas de irrigação: o PROVÁRZEAS, o PROFIR e o PROHIDRO. O PROVÁRZEAS, para aproveitar as terras das baixadas, em geral muito férteis, mas não utilizadas. Temos 30 milhões de hectares de várzeas irrigáveis ainda não aproveitados. Nesses 3 anos, 27 mil pequenas e médias propriedades foram beneficiadas por projetos de irrigação e drenagem; 450 mil hectares de várzeas passaram a produzir. Através do PROFIR, financiamos, em 2 anos, a aquisição de equipamentos de irrigação para 70 mil hectares.

No Nordeste, castigado por 5 anos de seca, além de continuar os programas de irrigação, lancei o PROHI-

DRO, um novo programa de construção de açudes e perfuração de poços, para aproveitar melhor as águas de superfície e subterrâneas. Foram construídos 89 açudes para abastecimento e perenização de rios. O seu uso na irrigação já beneficia 450 mil pessoas. Cerca de 20 mil poços foram perfurados ou recuperados. A capacidade de armazenar água no Nordeste em 1979 era de 12 bilhões de metros cúbicos; hoje atinge 25 bilhões.

Consciente do papel fundamental da pesquisa agropecuária e da extensão rural, tratei de dinamizar as suas atividades.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA já engloba 38 Unidades de Pesquisa em todo o País, coordena as atividades de 13 empresas estatais e tem ligação com várias universidades e entidades privadas. É um conjunto de mais de uma centena de organizações, 4 mil pesquisadores trabalhando para melhorar a produtividade, criar e modernizar técnicas em favor do homem do campo.

Mais de 1.000 novas tecnologias e 500 recomendações de pesquisa foram oferecidas ao produtor rural.

Vou citar a criação de novas variedades de milho híbrido, próprias para o cerrado; sementes de novas variedades de soja, algodão, sorgo e feijão; faço menção especial para o controle biológico de pragas nas culturas de soja e algodão com o qual reduzimos o uso de produtos químicos, com grandes benefícios econômicos e ecológicos. No início de meu governo a produtividade média de grãos era em torno de 1.200 quilos por hectare. Hoje, já supera 1.400 quilos por hectare, graças a essas novas técnicas.

No cacau, o Brasil detém hoje a mais avançada tecnologia de cultivo e beneficiamento do Mundo. A produtividade triplicou desde 1964 e hoje é a maior do Mundo.

Na cultura de cana-de-açúcar, temos estações experimentais espalhadas por todo o País, realizando pes-

quisas para melhoramento genético, controle de pragas e adubação.

Para a defesa agropecuária, criei o Laboratório Nacional de Referência Animal, LANARA. Proteger a sanidade dos rebanhos é garantir nossa alimentação em quantidade e qualidade. O LANARA já organizou diagnósticos das principais doenças animais e desenvolveu o controle de qualidade de vacinas. Está em curso o plano de erradicação da febre aftosa. Também um grande programa envolvendo o Governo, o produtor e a indústria foi desenvolvido para acabar com a peste suína africana e a peste suína clássica. Em setembro último, a Região Sul — principal área de suinocultura do Brasil — foi declarada livre da peste suína africana. Agora no mês de dezembro, o Brasil foi declarado país livre da peste suína africana.

Os resultados dessas pesquisas chegam ao homem do campo com mais rapidez e eficácia graças ao Serviço de Extensão Rural. Em 1964, esse Serviço estava presente em 634 municípios e assistia 115 mil produtores. A EMBRATER ampliou o número de produtores atendidos, dando mais atenção aos pequenos produtores. Em 78, já orientava 900 mil agricultores e o pequeno produtor representava 33 por cento desse total. Em 83 os agricultores atendidos chegaram a 1 milhão 250 mil, 96 por cento pequenos produtores. Mais 200 novos escritórios de campo foram abertos, tornando efetiva a presença da extensão rural em mais de 3 mil municípios brasileiros.

Outra arma valiosa é a eletrificação rural. Até 1964, limitava-se a iniciativas isoladas de algumas cooperativas e de órgãos estaduais. Havia cerca de 25 mil propriedades rurais eletrificadas. Quando assumi o Governo, 369 mil propriedades rurais tinham eletricidade. Hoje, ela atende mais de 894 mil propriedades rurais, fazendo crescer a produção, aumentando a produtividade, levando conforto e melhorando o padrão de vida do homem do campo.

Tudo isso foi feito quanto à produção. Vou indicar agora o que fizemos no abastecimento. A ação do Governo no abastecimento, quer em armazenagem, quer na comercialização, é dar apoio, nunca substituir a iniciativa privada. É estimular a ampliação e a modernização da armazenagem; é financiar a compra de safras e os estoques reguladores; ou corrigir falhas da rede de vendas.

Conseguimos ampliar a armazenagem, de 52 milhões de toneladas em 1979 para mais de 60 milhões em 84. Mais da metade dos recursos aplicados destinaram-se às regiões de fronteira agrícola no Norte, Noroeste e Centro-Oeste. Além da construção de armazéns públicos, o Governo financiou, pelo PRONAZEM, a recuperação de armazéns pelos particulares, o que representou quase 7 milhões de toneladas a mais de armazenagem.

Na comercialização, o Governo desenvolve duas atividades principais. Através da Companhia de Financiamento da Produção, compra diretamente ou financia a compra, pelo setor privado, de produtos agrícolas para a formação de estoques reguladores. E através da COBAL, supre as falhas da rede de mercados particulares.

Como todos sabem, as colheitas concentram a produção em certos períodos do ano, e o nível de produção de um ano para outro varia muito. Essas flutuações e concentrações dificultam a manutenção de preços estáveis. Prejudicam ora o produtor, ora o consumidor.

Os estoques reguladores evitam a queda exagerada dos preços nos picos de safra e nos anos de abundância, e evitam as crises de abastecimento na entressafra e nos anos ruins.

Consegui quadruplicar o volume de compras anuais de grãos pela Companhia de Financiamento da Produção, que em 1979 era de 432 mil toneladas. Atingimos, no período 79-84, a média de mais de dois milhões de toneladas por ano. Os empréstimos governamentais ao se-

tor privado para estoques reguladores, em 79 financiavam 6,8 milhões de toneladas de grãos. Passaram a financiar, no período 79-84 a média anual de 13 milhões de toneladas.

Postos Volantes de Compra foram criados para apoiar os pequenos agricultores da fronteira agrícola em Mato Grosso, em Goiás ou em Rondônia, onde falta armazenagem e transporte. No ano passado, o Governo comprou 1 milhão de toneladas de arroz e milho nessas áreas pioneiros, através desses Postos Volantes.

Os estoques reguladores de milho, arroz e feijão, do Governo, evitaram uma crise de abastecimento em 1982, quando tivemos uma safra ruim devido a problemas climáticos. Nos casos de safra ruim, temos inclusive de importar alimentos. É difícil aceitar que o Brasil tenha de importá-los. Mas o dever do Governo, acima de tudo, é garantir a subsistência da população, mesmo que tenha de fazer importações ocasionais.

A COBAL vende produtos através de suas unidades próprias e através da Rede SOMAR de abastecimento. Entre 1979 e 84, passou de 257 para 380 postos e armazéns próprios de apoio à população. Nesse período, a população atendida diretamente pela COBAL cresceu em 15 por cento.

A Rede SOMAR de Abastecimento é uma associação voluntária de pequeno e médios comerciantes varejistas, aos quais a COBAL fornece alimentos essenciais, a preços moderados, para revenda às populações mais pobres. A Rede SOMAR, em 1979 tinha 2.000 associados; hoje são mais de 6.000.

A COBAL também leva alimentos às áreas isoladas. Seus mercados flutuantes ou mercados rodoviários volantes, atendem às populações nas zonas de garimpo, as populações ribeirinhas, as populações carentes das zonas canavieiras do Nordeste e os trabalhadores residentes em áreas de execução de grandes projetos, como Carajás e Tucurui.

Vou mostrar, agora, alguns dados estatísticos. Para você que mora na cidade conhecer o trabalho espetacular que os nossos irmãos fizeram na área rural nestes cinco anos.

Vou começar com a soja. É um alimento da maior importância, com alto nível de proteína. Não havia soja no Brasil até há poucos anos, porque a soja precisa de muitas horas de sol, dos dias longos do verão das regiões temperadas. A soja veio para o Rio Grande do Sul, mas nós brasileiros, com 7 anos de pesquisa, criamos a soja tropical, capaz de crescer em todo o nosso território de clima tropical. Em 1978, a área de cultura da soja tinha 7 milhões e 782 mil hectares, que produziam 9 milhões e 500 mil toneladas; agora são 9 milhões e 400 mil hectares que produzem o dobro, 15 milhões e 500 mil toneladas. Além do aumento da área, a produtividade subiu de 1.225 quilos por hectare para 1.651 quilos por hectare. Os grandes produtores além do Rio Grande do Sul, são o Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Mas, nesse período, Minas Gerais dobrou a sua área de cultivo; Mato Grosso passou de cinco mil e quinhentos para 538 mil hectares; Mato Grosso do Sul, de 490 mil hectares para um milhão e cento e oitenta mil, e Goiás, de 96 mil para 583 mil hectares.

Também quase duplicou o cultivo de cana-de-açúcar, de 130 milhões de toneladas para 246 milhões, aumentando a produtividade de 54 mil quilos por hectares para 63 mil quilos por hectare.

Passamos a ser o maior exportador mundial de laranjas e o segundo maior produtor; de 39 bilhões e 132 milhões de frutos em 78, chegamos hoje a 63 bilhões e 42 milhões.

Conseguimos dobrar a produtividade do milho, de 1.219 quilos para 2.161 quilos por hectare. Com isso, a área de cultivo diminuiu cerca de 30%, mas a produção aumentou de 13 milhões e 500 mil toneladas em 78, para 19 milhões e 400 mil toneladas na última safra. Também

melhoramos muito a produtividade da batata e do tomate. De 9.500 quilos por hectare passamos para 12.600 quilos por hectare de batata. De 26.200 quilos de tomate passamos para 35.000 quilos por hectare.

Não posso deixar de registrar que a seca do Nordeste afetou alguns produtos como o feijão e a mandioca, embora cultivados em todo o País.

Já o arroz, também cultivado tradicionalmente, como o feijão e a mandioca, por milhares de pequenos produtores, encontrou novos horizontes com a irrigação de cerrados, que está promovendo mesmo duas colheitas anuais. Goiás e Rondônia aumentaram o cultivo de forma considerável. Passamos de 7 milhões e 300 mil toneladas em 78 para 9 milhões na safra passada.

Outras indicações importantes para o abastecimento das nossas cidades: o rebanho bovino subiu de 107 milhões de cabeças, em 78, para 123 milhões em 84. Um aumento de 35 por cento, no mesmo período, ocorreu nas aves, de 345 milhões para 470 milhões. A produção de leite natural subiu 17 por cento, de cerca de 9 para mais de 11 bilhões de litros. A produção de ovos cresceu 29%, de 1 bilhão e 70 milhões de dúzias para 1 bilhão 382 milhões de dúzias.

Quero abordar agora um tema muito importante. O avanço da Agricultura e a utilização dos recursos florestais está sendo feito em harmonia com a preservação dos sistemas ecológicos existentes.

Dos nossos 845 milhões de hectares de terras, cerca de 347 milhões estão cobertos por floresta tropical; 112 milhões por vegetação de cerrado e 34 milhões pela vegetação de caatinga. Assim, 60% do nosso Território tem algum tipo de cobertura florestal. É uma enorme riqueza que não podemos abandonar nem destruir.

TEMOS DE IMPEDIR O AVANÇO PREDATÓRIO SOBRE
ESSE PATRIMÔNIO DA NATUREZA, QUE NOS PERTENCE E
AOS NOSSOS FILHOS E NETOS.

A floresta é um recurso natural renovável, cuja utilização racional permite conciliar esses dois objetivos. Para isso, aprovei medidas rigorosas de preservação, ao lado de uma política substantiva de incentivos fiscais ao reflorestamento.

Em 1978, tínhamos 2,4 milhões de hectares resguardados. No meu governo quintupliquei a área de preservação que chega a 12 milhões de hectares. Temos 26 Parques Nacionais, 14 Reservas Biológicas e 14 Florestas Nacionais. Os diversos sistemas ecológicos existentes no País estão protegidos.

O reflorestamento aumentou 67 por cento nestes 6 anos. Em 78, a área de floresta plantada com incentivos fiscais montava a 3 milhões e 300 mil hectares. Hoje, chegamos a mais de 5 milhões e 500 mil hectares. Impulsionei em especial o reflorestamento no Nordeste, porque lá é vital para conservar a água. Até o Nordeste só tinha 109 mil hectares de florestas plantadas. Hoje os projetos em curso cobrem área oito vezes maior, atingindo 890 mil hectares.

Meus amigos,

Este é o balanço que queria trazer esta noite. O desempenho dos brasileiros no setor rural nesses 6 anos.

A Agricultura foi o setor que mais cresceu no período 79/84. Prestou uma contribuição valiosa à nossa comunidade, durante este duro período de crise. Aumentamos mais de 10 milhões de toneladas a produção anual de grãos. Ampliamos as exportações agrícolas. Substituímos importações de petróleo com o PROÁL-COOL. Fizemos valiosos avanços tecnológicos e ganhos de produtividade.

As condições de vida do homem do campo ficaram melhores. Realizamos um imenso programa de reforma agrária, de forma pacífica. Cresceu a produção e cresceram os lucros reais, acima da inflação.

Temos ainda milhões de hectares de terras para plantar. Temos de produzir mais alimento para os nossos milhões de brasileiros. Temos de manter o abastecimento das cidades que crescem todos os dias. Temos de manter o equilíbrio entre o lucro do produtor e o preço acessível para o consumidor nos alimentos essenciais do nosso povo. É uma tarefa complexa, permanente, de grandes dimensões. Fizemos muito, mas é preciso continuar e fazer muito mais.

Muito obrigado e boa noite.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo dirigido à Nação, em cadeia de rádio e televisão, sobre seu programa de governo na área da Defesa Nacional.

Em 13-12-84

Brasileiros:

Nos meus pronunciamentos, procuro transmitir a todos uma idéia de conjunto, a visão do que é, do que tem, do que significa o Brasil de hoje, a nossa comunidade, em si mesma e o que significa para cada um de nós.

Em si mesma,

A NOSSA COMUNIDADE É A NOSSA PÁTRIA.

Para cada um de nós é a vida que levamos, a nossa família, a nossa casa, os amigos, as pessoas e situações que nos trazem alegria, ou que nos aborrecem.

SER BRASILEIRO HOJE E SENTIR-SE INTEGRADO E É VIVER NESSA COMUNIDADE, COM OS CONTORNOS, COM OS INTERESSES, COM OS VALORES DE VIDA QUE NOS IRMANAM. NOS UNEM.

Nesse conjunto, nessa comunidade, cada um de nós leva a vida como deseja ou como pode, conforme as nossas circunstâncias, a nossa situação. Por isso, vou repetir, nos meus pronunciamentos, desejo dar a todos

uma visão do conjunto do que somos, do que temos, do que estamos fazendo. Isto é o Brasil, é o nosso Brasil.

Quando vejo os debates, as críticas, as sugestões, a busca de soluções para os nossos problemas, as diferenças de opinião sobre o nosso caminho político, sobre as nossas opções econômicas, sobre o nosso esforço pelo progresso social, vejo as alternativas apontadas. Mas é preciso ver também a União nessa diferença aparente, a comunidade de interesse dos brasileiros, motivados diante de um obstáculo.

A inflação, por exemplo, é um problema que temos de enfrentar unidos; tanto os que defendem a política do Governo de combate à inflação, como os que combatem essa política. Porque é o mesmo problema para todos nós, unidos em nossa comunidade. Discordamos quanto à fórmula, mas estamos unidos na defesa, no esforço para nos protegermos, porque é uma ameaça para todos.

Essa união, essa consciência e esse sentimento de comunidade constituem a razão de ser, a alma da Segurança e da Defesa Nacional.

Hoje, vou falar sobre a Defesa Nacional e desejo mostrar o progresso das nossas Forças Armadas no meu governo e nos últimos 20 anos.

Para mim é um tema sentimental. Tive muitos anos envolvidos em todos os setores de ação governamental nestes 20 anos, como Ministro de dois Governos e depois como Presidente da República. Mas a vida militar envolveu todos os meus anos. A minha família, a escola, o trabalho, os amigos.

CADA COMUNIDADE, COMO CADA PESSOA, TEM UMA NOÇÃO PRÓPRIA DE SUA SEGURANÇA, DA SUA DEFESA.

Segurança e defesa da sua vida, da sua liberdade, do seu lar, do seu sistema de valores.

Não são conceitos imutáveis. Cada nação define o seu próprio conceito e os campos próprios da Segurança

e da Defesa Nacionais, conforme os seus interesses. Eles evoluem conforme caminham os destinos da comunidade, conforme se transformam os seus interesses e os seus valores.

As noções de Segurança e de Defesa Nacional, no Brasil de hoje, são diferentes do Brasil do século passado, do Brasil da Segunda Guerra Mundial, do Brasil de 20 anos atrás. Porque o Mundo mudou e o Brasil mudou. Então é preciso mudar a concepção de Segurança e a concepção de Defesa, conforme as novas situações, as novas armas, o avanço tecnológico, a disponibilidade de recursos. Esses fatores comandam a formulação da estratégia militar de qualquer nação.

Não vou alongar-me em juízos de valor sobre o tema. Vou limitar-me aqui a ressaltar que a Segurança Nacional envolve a responsabilidade de todos os cidadãos. Você empresário, você trabalhador, você estudante, dona-de-casa, na medida em que você exerce o seu papel social de maneira construtiva, na medida em que você ajuda a fortalecer os nossos laços comunitários, você participa no aperfeiçoamento da nossa Segurança Nacional.

Não vejam as palavras Segurança Nacional como palavras inimigas. Nos debates recentes sobre a nova Lei de Segurança Nacional, que enviei ao Congresso e que o Congresso aprovou, algumas opiniões agrediam o conceito de Segurança Nacional como algo malévolos, perniciosos. Existe uma grande confusão em torno da idéia de Segurança Nacional. A Segurança é o estado de garantia dos valores da comunidade. A Defesa é a ação de proteção da segurança. A Segurança Nacional é um conceito construtivo que ajuda a nossa comunidade a se unir, a ter consciência do que deve ser preservado. A inflação, a pobreza extrema, a fome são ameaças à Segurança Nacional. Tão graves quanto uma agressão externa. Por isso, contribuir para a preservação da Segurança Nacional é dever de todos.

Nessa tarefa de todos, as Forças Armadas têm um dever específico: a organização da Defesa Nacional. Às Forças Armadas compete o exercício da Defesa Nacional. Defrontado por uma ameaça concreta, o País, o povo se defende com as suas Forças Armadas.

O nosso País tem sido poupadão pelo destino. Vivemos há mais de um século em paz. Duas guerras mundiais e dezenas de conflitos praticamente não nos alcançaram. Somente quando a expansão totalitária do nazismo aproximou-se do nosso Continente, unimos nosso esforço aos aliados, em defesa dos nossos interesses e dos nossos valores de vida.

Como fizemos sempre, quando os nossos interesses e os nossos valores foram ameaçados, no passado, por agressões externas. Como temos o dever de defendê-los hoje e no futuro. Não admitimos a guerra de conquista e não admitimos ser conquistados. Isso está, inclusive, na nossa Constituição.

Não se pode improvisar a Defesa Nacional. É preciso contar com estruturas permanentes, com alto nível de especialização, flexibilidade para renovação constante, tanto nas concepções estratégicas e táticas como nos instrumentos de combate. Porque a Defesa Nacional exige o máximo de eficácia, que só se consegue pela dedicação total das pessoas engajadas, pelo treinamento constante, pelo domínio dos avanços tecnológicos.

Há ainda um motivo poderoso que impede a agressão. O poder de dissuadir o atacante, ou de retaliar o ataque de maneira decisiva. É quando o agressor vê que terá de enfrentar um adversário preparado, capaz de defender-se causando danos irreparáveis e mesmo de vencer. Nesse contexto, o preço dos armamentos deixa de ser o preço da guerra para ser o preço da paz. Talvez o nosso povo tenha obtido um século de paz e tranquilidade porque os possíveis adversários do momento receavam envolver-se em conflitos com um país com as

dimensões da nossa população, do nosso Território e do nosso potencial militar.

Já afirmei que o papel primordial de nossas Forças Armadas é assegurar a defesa eficaz do Brasil.

O que temos de defender? Em primeiro lugar, o nosso povo, a nossa gente. Cento e trinta milhões de brasileiros, dos quais a metade são menores de idade; oito milhões e meio de quilômetros quadrados; mais de sete mil quilômetros de litoral atlântico e um mar territorial de 200 milhas, com recursos valiosos em alimentos e petróleo; outros sete mil quilômetros de fronteiras internas hoje densamente ocupadas; um imenso patrimônio constituído pela produção agrária e industrial, pelo complexo empresarial de todos os ramos da atividade econômica.

Em que consiste a Defesa Nacional? É uma tarefa ciclópica que exige recursos tecnológicos avançados de poder de fogo de transporte e da eletrônica. É um papel estratégico que exige a perfeita integração entre Exército, Marinha e Força Aérea, na defesa conjunta do Território, do mar e do espaço aéreo nacionais.

Temos de considerar também os fatores externos. Vivemos em um quadro de relações internacionais de equilíbrio de tensões, de alianças militares, de constantes pressões de emprego de armas nucleares capazes de destruir o mundo.

Mas o Brasil prefere acreditar, acima de tudo, na responsabilidade dos Chefes-de-Estado, na racionalidade no comando das decisões e na consciência humanitária para impedir que se tornem reais os cenários de exercício de hecatombes nucleares. Não fechamos os olhos a essa realidade. Preferimos acreditar na supremacia da vontade de construir sobre a vontade de destruir e na vantagem da negociação sobre o conflito, como método para resolver a crise. Essa é uma posição doutrinária, mas não podemos deixar de ter, em relação

à hipótese do conflito nuclear, tarefas e procedimentos estudados de ação militar e de defesa e proteção da população civil.

Essa orientação mantém o Brasil fora da corrida armamentista nuclear e limitado ao compromisso de ação conjunta com os países do nosso Continente, para os casos de agressão a um desses países.

As Forças Armadas têm também o dever de zelar pela segurança interna e pela nossa tranqüilidade institucional. A união, a coesão das Forças Armadas, voltadas para a sua missão profissional, é fator decisivo para a manutenção do equilíbrio político e institucional de qualquer país.

A História nos mostra que o rompimento da coesão militar e o desvio das forças militares para servir a ambições de poder pessoal levam a criece violentas e demoradas, a perdas valiosas de vidas e de bens que deixam cicatrizes profundas na convivência de uma comunidade.

Essa ameaça estava presente quando fizemos a Revolução de 1964. Os fatores de controvérsia e divisão foram afastados e superadas as ambições pessoais. Prevaleceu, nestes 20 anos, o sentido da missão institucional; prevaleceu a doutrina de apoiar a nossa sociedade no caminho da democracia.

Antes de 1964, a situação das Forças Armadas deixava muito a desejar. O armamento era obsoleto, quase todo o material era importado. Os efetivos do Exército, da Marinha e da Força Aérea estavam dispostos apenas pelo litoral e pela fronteira sul do País.

Nestes 20 anos, fizemos um esforço sistemático para trazer as Forças Armadas ao nível compatível com o crescimento nacional. Forças Armadas eficientes e modernas implicam em despesas. O avanço tecnológico dos instrumentos de combate exige elevado nível tecnológico de preparo dos homens para manejá-los.

O processo de modernização e equipamento das Forças Armadas obedeceu e obedece a critérios rígidos de economia, em vista da escassez dos recursos orçamentários, sempre aquém das necessidades dos vários setores da atividade governamental.

Comparado com outros países, o Brasil aparece numa posição bem modesta em matéria de despesas militares. Há países bem menores que o nosso que chegam a gastar 12% do Produto Interno Bruto anual em despesas militares. Aqui este porcentual é de 0,6%. Aos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica somente coube, em 1984, o total de 8,24% do Orçamento da União, o que equivale ao recebido pelo Ministério dos Transportes sozinho.

Vários países com menos da metade da nossa população têm efetivos militares acima de 350.000 homens, ou seja, cerca de 1% das suas populações. O nosso efetivo situa-se em 270 mil homens, o que representa 0,2% da população. No final do ano passado, enviei ao Congresso projeto-de-lei aumentando esses efetivos em cerca de 110 mil homens ao longo de dez anos. Esse aumento de efetivos decorre de vários fatores entre os quais a duplicação de nossa população e a expansão das nossas atividades econômicas até as fronteiras mais distantes. Essa nova realidade ampliou as responsabilidades das nossas Forças Armadas.

Devido à velocidade das armas de hoje, a defesa de qualquer país depende, no primeiro momento, da sua capacidade de identificar a agressão inimiga através de equipamentos eletrônicos.

A Força Aérea, a Marinha e o Exército precisam, portanto, de contar com a aparelhagem adequada. É imprescindível que cada uma dessas Forças disponha de sistemas de detecção, como o radar, o sonar, etc, apropriados às suas missões específicas. Também é imprescindível que cada Força conte com armas capazes de causar dano sobre o adversário; precisa da organização

logística adequada, de apoio, abastecimento e administração; é preciso uma estrutura de comando e de estado-maior para estudo, decisão e execução quando a estratégias e alternativas de ação.

Volto a enfatizar que a velocidade das armas modernas exige um preparo exaustivo de resposta imediata, caso contrário a Defesa se torna inadequada. Isso exige das Forças Armadas um esforço permanente de modernização e profissionalização.

Com essa diretriz, conseguimos, nestes 20 anos, um reajustamento das Forças Armadas aos níveis de responsabilidade do nosso tempo. O preparo tecnológico do militar, o reequipamento das forças e, a partir de certo ponto, o reequipamento com material nacional, atingiram níveis razoáveis de sucesso.

Vou mostrar alguns aspectos desse aperfeiçoamento nas três Forças.

A missão específica do Exército consiste na defesa do nosso imenso Território. Por isso, a mobilidade das tropas terrestres e o poder de fogo por unidade são fatores fundamentais para a execução dessa tarefa. Hoje, a nossa Infantaria, a Cavalaria blindada, e a Artilharia dispõem de armamento e mobilidade adequados às suas missões específicas.

Alteramos a estrutura de organização do Exército em vários níveis; no meu governo, criei os Comandos Militares da Amazônia e de Brasília, separando-os da nossa organização clássica dos 4 Exércitos regionais; desdobrei os antigos regimentos de estrutura maior e mais pesados, em unidades de maior fluidez e operacionalidade.

Fizemos também o ajustamento das unidades ao tipo de região em que têm de operar. Nossa País tem tipos de teatros de operações muito diferentes.

Na Amazônia, com a selva equatorial e os grandes rios, organizamos as Brigadas de Infantaria de Selva,

com equipamento apropriado, uniformes camuflados e treinamento especializado para o homem sobreviver, combater e vencer o invasor, nessa região semeada de obstáculos naturais a cada passo. O Centro de Instrução de Guerra nas Selvas, criado em 64, hoje é reconhecido como uma das melhores escalas do gênero.

Também no Nordeste, o Exército deixou de lado conceitos genéricos e tratou de preparar o militar para combater no teatro de operações da caatinga.

Temos uma autêntica escola de combate em montanha no 11º Batalhão de Infantaria, sediado em São João Del Rey.

A Brigada Paraquedista, criada na década de 50, a partir de 64 passou a constituir-se em tropa de especial importância estratégica capaz de mobilização imediata, deslocamento rápido e atuação em todos os pontos do nosso Território.

Ao lado dessa ênfase operacional, tratamos de redistribuir as unidades do Exército pelo Território, e de maneira mais ajustada à expansão ocorrida nos últimos 20 anos, com novas estradas, novas cidades, novas centrais hidrelétricas, etc.

Além dessa atividade principal, de Defesa e preparo da Defesa, o Exército exerce atividades complementares como a pesquisa de interesse militar nos campos científico, tecnológico e industrial. Vários projetos resultantes de pesquisa militar já foram repassados ao parque industrial brasileiro. A pesquisa de materiais bélicos tem feito surgir no mercado uma série de subprodutos de alta tecnologia como computadores, aparelhos óticos, equipamentos de comunicações, etc.

Em relação ao equipamento das tropas, foi elaborado um Plano Geral de Pesquisa e Desenvolvimento a fim de dotar o Exército de material produzido pela indústria nacional. Dessa maneira, aumentou o nosso poder militar pela capacidade de produzir material bélico.

Em outras palavras, isso significa menor dependência do Exterior.

Nossos carros blindados já gozam de elevado conceito entre os vários países compradores e as perspectivas nesse campo são crescentes. Hoje, o Brasil é o maior exportador de blindados sobre rodas em todo o Mundo.

É falsa a idéia de que estamos gastando recursos vultosos em armamentos. Pelo contrário, estamos ganhando dinheiro com eles. Hoje, 95% dos produtos de nossa indústria de material bélico destinam à exportação. Em 1983, exportamos mais de 200 milhões de dólares em materiais de interesse militar.

É impossível pensar em Defesa Nacional sem uma Força Aérea apta a desempenhar vários papéis capazes de lhe assegurar o controle do espaço aéreo.

O espaço aéreo se torna cada dia maior. O homem, depois de ter conquistado a atmosfera, penetrou no cosmo. Depois de levantar vôo com o avião a hélice, inventou o jato, o foguete, o satélite. Trocou a bússola e a régua de cálculo pelo radar e o computador.

Procuramos dotar o País, a partir de 1964, de um Sistema de Defesa Aérea, com modernos equipamentos de vigilância detecção e interceptação de qualquer aeronave ou força aérea que ameace o nosso Território.

Temos agora uma eficiente vigilância do espaço aéreo brasileiro, com o uso integrado de equipamentos de detecção pelo radar, gerenciamento do tráfego aéreo por computadores, comunicações instantâneas e a interceptação aérea em qualquer tipo de tempo, por aviões supersônicos F-103 Mirage ou F-5 Tiger da FAB. Esse sistema abrangia uma área de 1.500.000 km² em torno de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Brasília.

No meu governo, o Sistema está sendo estendido ao Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ampliando a Defesa Aérea com utiliza-

ção do radar para uma área equivalente à da Europa Ocidental.

Lembro a eficiência com que atuou a Força Aérea Brasileira há dois anos, quando o Território brasileiro foi sobrevoado por aeronaves estrangeiras não autorizadas. A imprensa destacou a eficácia da interceptação da nossa Força Aérea, que mantém aviões de combate em permanente «estado de prontidão», mesmo em tempo de paz.

O sistema de vigilância do espaço aéreo presta também grandes serviços à aviação civil, aumentando a segurança e fornecendo informações preciosas para o planejamento e o controle de vôo.

Quero registrar também o extraordinário desempenho de uma atividade complementar a serviço da integração nacional: a contribuição do Correio Aéreo Nacional, o CAN, mantido pelo Ministério da Aeronáutica com aeronaves da Força Aérea.

O CAN atende com regularidade as áreas isoladas da Amazônia. Tivemos de abrir campos de pouso em locais desprovidos de qualquer recurso. A COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica — construiu, no período de 1964 a 1984, 112 pistas de pouso localizadas nos pontos de mais difícil acesso por outros meios de transportes; a maioria já dispõe de infraestrutura básica aeroportuária e condições de operar aviões militares.

Nesse programa, inaugurei, nos dias 30 e 31 de outubro último, duas novas Bases Aéreas da FAB em Boa Vista e Porto Velho, obras que representam progresso, desenvolvimento e defesa da Região Amazônica, além de outros benefícios diretos e indiretos para a sua população, tão distante dos recursos só existentes nos grandes centros urbanos.

Tratamos de desenvolver a indústria aeronáutica e a nacionalização dos equipamentos bélicos aéreos para ficarmos mais independentes dos fornecedores estrangeiros.

Em 1964, o índice de nacionalização do equipamento aéreo militar era de apenas oito por cento. Dependíamos de noventa e dois por cento de equipamento importado. Conseguímos quase inverter a situação. Quando assumi o Governo, a nacionalização do equipamento aeronáutico militar já alcançava sessenta e cinco por cento. Neste ano chegamos a oitenta por cento.

A EMBRAER, com 15 anos de existência, já se tornou a sexta indústria aeronáutica mundial em produção de aeronaves de médio porte. Os aviões militares que fabricamos contam com um índice de nacionalização próximo de setenta por cento, como o Bandeirante, usado em diversos tipos de operações como Patrulha, Reconhecimento e Fotografia, Transporte de Tropa e Busca e Salvamento; o Xavante, para operações de ataque e de apoio às tropas terrestres; e, em futuro próximo, o AM-X, jato de emprego militar diversificado.

Os resultados das pesquisas do Centro Técnico Aeroespacial, o CTA, de São José dos Campos, asseguram novos patamares no domínio da tecnologia de fabricação de radares, foguetes, mísseis, sensores, raios laser. Começamos a usar o PROSENE, combustível derivado de óleos vegetais que substitui o querosene de aviação — uma reserva estratégica exclusivamente nossa, no momento.

Em 1980, aprovei um programa denominado Missão Espacial Completa Brasileira, coordenado pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais. Esse programa visa ao lançamento de quatro satélites brasileiros por veículo também brasileiro, a partir de base de lançamento brasileira. O recente lançamento do foguete SONDA-IV e a seleção da região de Alcântara, no Ma-

ranhão, como centro de lançamentos espaciais, foram os primeiros passos do ingresso do Brasil na atividade espacial.

A Marinha, no início de 1964, estava bastante afetada na sua capacidade de ação. Seus marinheiros e soldados eram alvo especial de aliciamento à subversão da ordem constitucional. Em torno de um porta-aviões recuperado, mas sem aeronaves, reuniam-se navios desatualizados, na concepção, ou na idade. A questão da aviação embarcada preocupava a Oficialidade e o Governo não procurava solucionar a questão. A Marinha fora, pois, desviada de suas tarefas de defesa e estava mesmo em risco a sua unidade.

Restabelecida a ordem, por ação enérgica de seus Chefes e pela ação disciplinada da imensa maioria, a Marinha, em pouco tempo, voltou às suas tarefas normais. Em 1965, estabelecia-se uma doutrina para a aviação embarcada: helicópteros da Marinha e aviões da FAB passavam a operar do convés do MINAS GERAIS.

Para suprir necessidades imediatas e inadiáveis, adquirimos da Marinha Americana, a baixo custo, Contratorpedeiros, Submarinos, Navios de Desembarque e helicópteros anti-submarinos, de instrução e de emprego geral.

Efetuaram-se estudos e planos para modernização dos meios navais, anfíbios e aeronavais; meios cuja compra se efetivou nos anos setenta. Vieram os navios-varredores, a seguir os submarinos da classe HUMAITÁ, todos construídos fora do Brasil. Depois as Fragatas, classe NITERÓI, quatro construídas no Exterior e duas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; com elas chegavam os helicópteros de ataque e, com elas, a Marinha passava a ter mísseis de combate.

Ao mesmo tempo, construímos outros navios de menor porte, no Arsenal de Marinha e em estaleiros pri-

vados, para as necessidades da Marinha na Região Amazônica e no setor de Hidrografia e Oceanografia.

Ó Corpo de Fuzileiros Navais recebeu equipamentos básicos de combate, armamento portátil, carros blindados de transporte de pessoal, carros de combate sobre rodas e caminhões anfíbios, tudo material já de fabricação nacional. Assim, os Fuzileiros Navais consolidavam sua capacidade operativa com equipamento adequado.

Nesse período, a Marinha instalou vários centros de instrução e criou ou consolidou bases navais em Aratu, Val-de-Cães, Rio Negro, a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, o Centro de Eletrônica da Marinha, o Centro de Análises de Sistemas Navais, o Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha, o Comando da Flotilha do Amazonas e a Escola de Guerra Naval.

Caracteriza esta fase o reaparelhamento da Marinha, através de navios novos, mas de concepção, projeto e construção estrangeiros. Era uma etapa necessária que tinha de ser logo ultrapassada, porque não podia também a Marinha depender de material estrangeiro.

No início do meu governo, a Marinha estava pronta para um novo salto. Seus estados-maiores, engenheiros, operários haviam aprendido e absorvido a tecnologia de produção de navios modernos. Com a experiência adquirida e com a compreensão de que a dependência é inaceitável, aprovei o programa de construção das Corvetas classe INHAÚMA, ora em plena execução. Não se trata mais da adaptação de projetos estrangeiros, mas de navios projetados para as nossas necessidades. Deste programa, duas unidades estão em construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Em relação aos submarinos, muito mais complexos, ainda não conseguimos plena nacionalização; aprovei um programa pelo qual uma unidade será construída no

Exterior e outra no Brasil, dando, então, início à série inteiramente nacional.

Na área de apoio às Forças Navais, a criação do Centro de Armas Almirante Octacílio Cunha, da Fábrica de Munição de Guandu de Sapê e a consolidação da Estação Naval do Rio de Janeiro são importantes empreendimentos neste governo. Estão em curso entendimentos com empresas nacionais e estrangeiras para a fabricação aqui de mísseis navais a aeronavais, de armas submarinas e de equipamentos de guerra eletrônica.

Registro com grande satisfação que no meu governo finalmente atingimos um objetivo historicamente desejado: a presença brasileira na Antártida. A Marinha estimulou, apoiou e realizou o Programa Antártico e lá instalou a Estação Comandante FERRAZ, que neste verão já está sendo ampliada e ocupada por militares e cientistas brasileiros que lá ficarão por quase seis meses.

Como atividade subsidiária, a Marinha continua provendo a Segurança da Navegação e a Polícia Naval, através dos órgãos e navios de sua Diretoria de Hidrografia e Navegação, da Diretoria de Portos e Costas e dos navios que patrulham o mar territorial. Continua, também, na Amazônia, a prestação de apoio às populações ribeirinhas, agora com o concurso de dois navios de Assistência Hospitalar, CARLOS CHAGAS e OSWALDO CRUZ construídos durante o meu governo no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Meus amigos

Tratei até agora das nossas Forças Armadas da Ativa. Agora vou mencionar o papel dos nossos reservistas. São brasileiros que, se necessário, serão incorporados, e ainda as forças auxiliares como as polícias militares e os corpos de bombeiros militares. Treinar as nossas reservas é uma tarefa vital das Forças Armadas,

para que o País possa contar com um contingente substancial de pessoas capazes de exercer funções militares em caso de conflito.

O Serviço Militar no Brasil é obrigatório por tradição. Entretanto, num universo de um e meio milhões de jovens em idade de serviço militar, apenas 150 mil são aproveitados anualmente pelas três Forças. Convivendo com a alta tecnologia militar, esses jovens recebem uma efetiva iniciação profissional que lhes abre boas oportunidades de trabalho no retorno à vida civil. Apesar das limitações de recursos, foi regulado o serviço militar como oficiais para universitários de setores especiais como a medicina, a farmácia, etc. Além disso, criamos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva e Tiros-de-Guerra por quase todo o nosso País.

Como podemos constatar, a Defesa Nacional é tarefa da maior complexidade, que exige muito para a sua eficácia.

O nosso Exército, a nossa Marinha, a nossa Força Aérea conseguiram atingir níveis operacionais adequados, mas não podem estacionar nesses níveis. Obtivemos razoável independência na fabricação dos nossos equipamentos e armas. Precisamos mantê-la e aumentá-la pela pesquisa. O serviço militar precisa crescer para preparar maiores números de brasileiros para a nossa defesa. Tudo isso exige recursos que são escassos.

Nenhuma nação pode correr o risco de manter-se desprevenida ou desarmada. Todos os homens, tenho a certeza, almejam a paz e têm horror à guerra. Mas a guerra existe. Devemos fazer o máximo para evitá-la. As Forças Armadas bem treinadas e bem equipadas, eficientes e modernas são o fator decisivo para evitar ou para neutralizar uma agressão. Para manter a paz.

Boa noite e muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo Federal na área da Educação e Cultura.

Em 5-2-85

Meus amigos:

Apesar das dificuldades, apesar da crise, nestes últimos anos,

NÓS, BRASILEIROS. CONSEGUIMOS REALIZAR MUITO.

Tanta coisa feita por nós todos, por você, que me ouve, ou por seus pais, em seu benefício, para nós mesmos e nossos filhos.

Com nosso trabalho, com nosso esforço, construímos usinas hidrelétricas, organizamos sistemas de transportes e de comunicações, expandimos a agricultura e a indústria, tudo isso na dimensão do nosso tamanho geográfico e da nossa população. Não para servir a três, doze, vinte ou cinqüenta, mas sim, para cento e trinta milhões de pessoas. São obras que fizemos para nós mesmos usarmos, no nosso dia-a-dia; para melhorar a vida de cada um de nós.

Nesses anos todos de governo, tenho conhecido milhares de pessoas; conversei, apertei as mãos, abracei milhares de brasileiros. E uma coisa pude sentir de

quase todos os brasileiros que sentem a mesma emoção; a consciência de que tomaram parte, de que estamos tomando parte nessa obra.

FIZEMOS E ESTAMOS FAZENDO TANTA COISA EM NOSSO PAÍS, NESTES VINTE ANOS, PORQUE FOMOS E SOMOS CAPAZES DISSO.

Os governos passam, como as gerações de sucedem, mas os resultados do trabalho de cada geração, de cada governo, constituem a base, a plataforma de lançamento do trabalho do Governo que assume, das novas gerações. Assim caminha o progresso.

Há vinte anos atrás, tínhamos poucas usinas hidrelétricas e precisávamos de mais energia elétrica para nossas casas, para estudar, para trabalhar. Precisávamos de transportes de comunicações e de petróleo. Centenas, milhares de brasileiros estudaram e aprenderam a construir usinas hidrelétricas, a explorar petróleo, estudaram, aprenderam a fazer e fizeram o Brasil de hoje.

Vou repetir, tudo isso está sendo feito porque nós, brasileiros, cada um de vocês que me vê ou me ouve neste momento, somos capazes de fazer tudo isso. E vamos continuar. As novas gerações agora dispõem de melhores meios, uma base mais sólida e mais ampla para estudar, trabalhar e produzir.

E CLARO QUE A BASE SÓ NÃO ADIANTA. E PRECISO O ESFORÇO PESSOAL DE CADA UM.

Primeiro para preparar-se. Depois para encontrar o seu papel produtivo, que lhe dê a renda desejada e segurança no futuro. Isso depende da vontade pessoal, da decisão de cada pessoa sobre o seu destino, o seu futuro. Mas, até mesmo para decidir da melhor maneira é preciso estar preparado, é preciso esforço e estudo.

Por isso, garantir para as novas gerações a educação, a instrução básica, o preparo para escolher o seu

próprio caminho, o preparo para o trabalho produtivo e lucrativo, constitui o dever maior, o dever prioritário em todos os níveis da vida comunitária.

É uma obrigação do Governo Federal, Estadual e Municipal. É, igualmente, um dever para todo tipo de organização social, de Associação Comunitária, para as empresas, os sindicatos e para a família.

Esse dever universal, essa obrigação de todos passou, de repente, nestes últimos anos, a ser um desafio imenso, em vista do aumento brutal da nossa população. Porque o tamanho da nossa população e a velocidade do seu crescimento dão a dimensão da formidável tarefa que representa prover a educação para todos no Brasil.

Em 1950, o Brasil tinha cinqüenta e dois milhões de habitantes. Em 1970, chegamos a noventa e três milhões, e agora já somos cento e trinta milhões de brasileiros. Minha geração assistiu assim à nossa população triplicar. Tivemos, nos últimos vinte anos, mais sessenta milhões de novos brasileiros. Foram sessenta milhões de crianças e adolescentes para alimentar, vestir, educar. Sessenta milhões de pessoas que estão chegando à idade adulta e precisam de oportunidades para trabalhar e produzir.

O Brasil já é a sexta nação mais populosa do Mundo e cresce a uma taxa de 2,5%. Isso significa cerca de três milhões de nascimento a cada ano.

Todo mundo sabe como é difícil sustentar e educar uma família numerosa. E as famílias numerosas ocorrem exatamente entre os que menos têm condições e meios de sustento.

Na Mensagem que enviei ao Congresso Nacional, em 1983, alertei que o aumento explosivo da população devora o crescimento econômico. Nenhum esforço de desenvolvimento terá sucesso se não contivermos a expansão excessiva da população. Os recursos produzidos

serão sempre insuficientes para atender as necessidades de uma população cada vez maior.

O agravamento dessa tendência exige o exame de suas implicações imediatas na educação e no mercado de trabalho. Temos de procurar soluções adequadas em vista da formação religiosa, do sistema de valores, das condições de educação e de instrução do nosso povo.

O Brasil é um país de jovens. Setenta por cento dos brasileiros têm menos de quarenta anos. Cinquenta e oito milhões têm menos de vinte anos.

Sempre fui muito sincero quando falei ao povo: é o dever do Presidente da República. Não posso recorrer a jogos de palavras para contornar problemas. E nunca fiz isso. Por isso, reconheço que, neste momento, um dos problemas mais sérios da questão social brasileira é a educação. Temos hoje, agora, dezessete milhões de analfabetos adultos e 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora das escolas. Essa questão me preocupou durante todo o meu governo. E eu me angustiei diante da absoluta escassez de recursos, insuficientes para enfrentar esse desafio em toda sua dimensão.

Nestes vinte anos, os governos da Revolução fizeram tudo o que puderam para melhorar as condições do setor Educação. Mas ainda não foi o suficiente. Os impactos do aumento da população sobre a estrutura da Educação foram sempre maiores. Fizemos as reformas do primeiro e segundo graus e do ensino superior, longamente reclamadas. Criamos gigantescos programas, como o MOBRAL, para alfabetizar os milhões de brasileiros que nunca tinham freqüentado a escola.

Instituí o FINSOCIAL para dar apoio financeiro aos programas sociais. Construímos milhares de escolas por todo o País. Ainda não foi suficiente. É preciso mais, muito mais.

No meu governo, dei toda prioridade ao ensino de primeiro grau. Mas reconheço que não foi suficiente. Os

números com que temos de lidar são imensos. E não são apenas números. São pessoas, são crianças cujo destino depende da escola. Entretanto, se não pudemos fazer tudo, fizemos o máximo que foi possível.

Seria um erro do Governo? Seria uma avaliação distorcida das prioridades nacionais? Eu fiz essa pergunta muitas vezes, a mim mesmo e aos meus Ministros. E sempre esbarramos nas limitações da nossa capacidade operacional e, sobretudo, da nossa capacidade financeira. Como disse, o Governo faz muito pela Educação, mas o problema é maior. É um problema tão amplo que exige, portanto, o engajamento de toda a sociedade brasileira. Temos 25 milhões de estudantes de mais de sete anos de idade. 4,5 milhões na rede particular e 20,5 milhões na rede do Governo, que é gratuita para eles, mas onerosa para o Estado. O Governo mantém trinta e cinco universidades gratuitas e ainda quatorze estabelecimentos de nível superior, vinte escolas técnicas industriais, trinta e três escolas agrotécnicas. Vinte milhões e oitocentos mil crianças recebem alimentação adequada e gratuita pela merenda escolar em cento e noventa e seis mil escolas públicas, em todos os municípios.

Vinte milhões de estudantes são mais gente do que as populações de vários países. Mesmo em muitos países mais ricos, os governos não organizam e nem sustentam, sozinhos, uma rede de escolas, desde o primeiro grau até a pós-graduação, para mais de vinte milhões de pessoas, gratuitamente. Outras instituições sociais têm de colaborar com o Governo nesta tarefa.

Para o Governo, o custo dessa rede é orçamentário. Precisamos de impostos para sustentá-la. Para aumentar a sua capacidade, o Governo terá de transferir recursos de outros setores, ou então aumentar os impostos sobre a população produtiva. É possível fazer isso? Até que ponto? Eis o dilema do Governo Federal; Afé es-

tá o limite da capacidade operacional do Estado, de sua capacidade de assumir educação gratuita para todos.

Por isso, somente o maior engajamento de toda a nossa sociedade poderá resolver a questão educacional no Brasil. Temos de enfrentá-la, primeiro, com a consciência de sua realidade e segundo, pela ação mobilizadora de todos: do indivíduo, da família, dos sindicatos, das empresas, dos órgãos governamentais. Somente a sociedade e o Estado assim mobilizados poderão enfrentar com êxito esse problema crucial.

Meus amigos,

Sei que um número cada vez maior de pessoas, como você, empresário, líder sindical, professor, dona-de-casa, têm consciência de que os nossos problemas sociais não são responsabilidade somente do Governo. Esta consciência está na base do amplo movimento de participação que tem empolgado toda a Nação, ao longo do processo de abertura democrática que me orgulho de ter promovido. Você pode ajudar e muito; veja o que você pode fazer agora no seu campo de atividades, nesse sentido.

Em 1964, o Brasil tinha 12 milhões e 200 mil estudantes, sendo 11 milhões e 600 mil no 1º grau, 439 mil no 2º grau e 142 mil no nível superior. 95% dos nossos estudantes não conseguiram passar do 1º grau, isso num país que, por tradição, mantinha o culto do diploma superior como demonstração de status social.

A tradição do diploma, buscado muitas vezes apenas como elemento de autopromoção e mesmo de privilégio individual, tem sido uma constante no Brasil desde os tempos mais antigos. Já nos tempos da monarquia colonial era comum a exigência de diploma para freqüentar a Corte. Daí veio a tradição do bacharelismo, dessa atitude que dá mais importância ao diploma do que propriamente ao aprendizado, sobretudo ao di-

ploma de nível superior, em detrimento da educação básica e da formação profissional. Esse caminho leva, inclusive, a formação de quistas de corporativismo pedagógico e classista, que caracterizaram o fascismo totalitário dos anos trinta. Creio que muitos de nós temos consciência dessa distorção, mas nossa sociedade ainda não conseguiu corrigir essa tendência. Ao contrário, só fez fortalecê-la, na medida em que continua a exigir o diploma universitário como condição para acesso às melhores posições em termos de exercício profissional, de vantagens de carreira e de salários.

Uma tradição tão profundamente arraigada em nossa cultura não se corrige de uma hora para outra. É preciso introduzir correções progressivas, pouco a pouco. Por isso, esforcei-me por ampliar o acesso à educação do primeiro grau, para profissionalizar o ensino e para tratar a educação superior, não como privilégio para certas classes, mas conforme os interesses maiores de toda a sociedade brasileira. Neste sentido, segui a mesma diretriz que foi constante ao longo dos governos da Revolução.

Logo em 1964, na esfera de ação federal, o Governo instituiu o salário-educação com o objetivo de regulamentar o dispositivo constitucional que obriga as empresas industriais e comerciais a prover educação de primeiro grau, a seus empregados e aos filhos destes, na idade de sete a quatorze anos. O salário-educação hoje em dia é fonte de recursos que custeia grande parte do ensino de primeiro grau no Brasil.

Em seguida, o Governo promoveu a reforma universitária e a reforma do ensino de primeiro e segundo graus. A duração do período de freqüência obrigatória à escola passou de quatro para oito anos. Aquela reforma também facilitou o acesso e introduziu o preparo profissional no ensino de segundo grau.

Em 1967, foi criado o MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização, voltado para a educação de

adultos; e o ensino supletivo. Entre 1970 e 80, atuando em convênio com todos os municípios, conseguimos baixar em 11% os índices de analfabetismo dos maiores de 15 anos. Já no meu governo, em 1982, reduzimos o seu número de dezenove para dezessete milhões, apesar do aumento populacional.

Na década de 70 houve grande incentivo à pós-graduação como mecanismo de preparo de professores, pesquisadores e profissionais de alto nível. Foram criados mais de mil cursos de pós-graduação.

Por tradição, consagrada na Constituição Federal, no Brasil, a responsabilidade do Governo Federal sempre foi dirigida aos graus superiores de ensino. Os recursos financeiros federais eram, na maioria, canalizados para o ensino universitário. Isso fazia sentido, porque em 1964 havia menos de 150 mil universitários. Avançamos para o nível atual de 1 milhão e quatrocentos mil universitários anuais.

Por isso, em meu governo, adotamos a política de que a preocupação maior da universidade, mais do que crescer por crescer, deve concentrar-se na melhoria da qualidade do ensino, na pesquisa e na extensão. Estará assim devolvendo à sociedade brasileira o esforço feito para sua manutenção. O universitário brasileiro é um dos mais caros do Mundo, senão o mais caro. Em 1980, a relação professor por aluno era de 1 professor para 8 alunos nas universidades públicas e de 1 para cada 18 nas particulares. Nos Estados Unidos, por exemplo, essa relação é de 1 professor para 20 alunos.

Estes fatos da nossa pirâmide educativa nortearam a política do meu governo, ao conter a tendência de multiplicação excessiva dos estabelecimentos universitários e ao determinar o atendimento de suas necessidades dentro dos limites e dos recursos possíveis, nas condições que atravessa a sociedade brasileira.

Como indiquei antes, o Brasil tem 21 milhões de crianças entre 7 e 14 anos na faixa de obrigatoriedade

escolar. É preciso atendê-los com prioridade. A educação básica é um direito fundamental do ser humano.

Acresce que as novas condições de vida trazidas pela modernização da sociedade brasileira passaram a exigir escola para a criança desde a primeira infância.

O ensino básico, pela Constituição, é responsabilidade dos Estados e municípios. Não obstante, sem deixar de repassar ao setor universitários os recursos necessários, o ensino de primeiro grau recebeu atenção prioritária do meu governo. Além de expandi-lo e melhor assisti-lo, determinei também maior responsabilidade do Estado na educação pré-escolar. Como resultado, mais de 3 milhões e meio de crianças ingressaram nas escolas de primeiro grau, em todo o País, de 1979, até agora.

No mesmo sentido já temos uma série de programas em andamento. São programas criados, apoiados e coordenados pela Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do Ministério da Educação e executados pelas Secretarias de Educação dos Estados. Cerca de 3 mil convênios foram assinados com prefeituras municipais.

Esses programas treinam professores, supervisores e administradores escolares, constróem salas de aula, produzem e distribuem livros didáticos e material de ensino.

Assim, as ações educativas do MEC puderam ser descentralizadas e atingiram com mais eficiência periferias urbanas e áreas rurais, sobretudo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na educação pré-escolar, o número de crianças atendidas cresceu de 940 mil, em 1978, para mais de 2 milhões e meio agora. Esse número sobe para mais de 3 milhões se incluirmos os atendimentos na LBA, nas empresas, comunidades e entidades benéficas. Isto significa que o atendimento da criança em idade pré-escolar aumentou em 300%, no meu governo.

Através da merenda escolar, a Fundação de Apoio ao Estudante, FAE, do Ministério da Educação, diariamente dá alimento gratuito a mais de 20 milhões de crianças. No início do meu governo, a merenda escolar atendia 14 milhões de crianças. Em 1964, eram apenas 4 milhões. Também através da FAE foram distribuídos, em 1983, 24 milhões de livros escolares e 94 milhões de lápis, cadernos, etc... Em 1984, esse número elevou-se para 100 milhões, atendendo crianças em todos os municípios, sobretudo nas periferias urbanas e nas áreas mais pobres. É a valorização que a criança merece, acima de qualquer outra consideração. Foi ampliado também o atendimento social e médico-sanitário da escola.

O Ensino de 2º grau, no Brasil, historicamente, caracterizou-se como um ensino acadêmico, preparatório para a universidade. A partir de 1971, passou a incorporar o preparo profissional que exige grandes investimentos em oficinas e laboratórios, tempo e esforço na preparação de professores e de métodos eficazes. Exige, enfim, a aceitação da sociedade, que sempre preferiu o ensino acadêmico.

Por isso, o Ministério da Educação deu maior liberdade na implantação dos currículos de preparo profissional e concentrou a educação técnica nas escolas técnicas federais, além de apoiar as escolas técnicas estaduais ou particulares.

O número de matrículas no 2º grau cresceu, nestes 20 anos, de 500 mil para mais de 3 milhões. No meu governo, o crescimento foi de mais de 1 milhão de alunos, que receberam educação profissional básica ou para ingresso nas universidades.

O Ensino Supletivo de 1º e 2º graus auxiliou outros 3 milhões de jovens e adultos. Os programas educativos da televisão e do rádio levam às famílias de faixas carentes da população programas supletivos e de preparação para o trabalho.

Tratei de dar maior autonomia aos Estados no uso dos recursos federais em seus planos de Educação. Adotamos, como norma, a celebração de convênio único anual entre o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais de Educação, em lugar dos muitos convênios que burocratizavam os programas. A liberação dos recursos federais passou a ser automática, o que dá garantia e tranqüilidade aos governos estaduais para a realização de seus programas.

Transferi recursos de vários órgãos federais para o nível estadual nas áreas da alimentação escolar, do livro, do material didático e em projetos universitários de apoio ao ensino básico. Assim, no ano passado, o meu governo investiu nos Estados 330 bilhões de cruzeiros em Educação, Cultura e Esportes.

Preocupado em garantir recursos para prosseguir esse esforço em favor da Educação, mandei consignar ao Ministério da Educação o segundo maior orçamento ministerial para 1985. São recursos da ordem de 5 trilhões de cruzeiros, e mais de 1 trilhão do FINSOCIAL. E neste primeiro trimestre de oitenta e cinco já foram assinados convênios para repasse, aos Estados, no valor de dois trilhões e cem bilhões do Orçamento Federal.

Em outubro passado enviei ao Congresso projeto-de-lei para regulamentar recente emenda constitucional, que destina um mínimo de 13% do Orçamento Federal e 25% dos orçamentos estaduais para a Educação. Dessa forma, o Governo terá mais recursos para aplicar em Educação.

Este quadro mostra o muito que temos feito pela educação brasileira. Como disse e reconheço, ainda não é o suficiente. Mas é muito mais do que se fazia antes e, sobretudo, é tudo o que se podia fazer com os recursos de que dispomos.

Vou referir-me agora ao Esporte, a nossa paixão nacional, que merece total incentivo pelo que significa para a saúde e a organização da comunidade.

Através do programa «Esporte para Todos», atividades esportivas diversas foram levadas a mais da metade dos municípios brasileiros.

Para ampliar a educação esportiva nos diversos graus de ensino repassei recursos federais significativos aos governos estaduais e aos municípios, ou diretamente a colégios e escolas em mais de 1.000 municípios brasileiros. Esses recursos liberados pelo Governo Federal permitiram a construção de 4 mil estádios e ginásios esportivos.

O esporte estudantil foi regulamentado e passou a fazer parte do calendário de competições oficiais.

No nível amador, as confederações, federações, clubes desportivos e entidades de esporte comunitário também mereceram fortes recursos federais.

Aos clubes e federações de futebol profissional, a partir de 1982, assegurei a participação de 5% na receita bruta de todos os testes da Loteria Esportiva.

Através da Loteria Esportiva, ainda, destinei recursos para o treinamento olímpico permanente, ao invés de apoiar os atletas apenas nos anos de competição como acontecia antes. Espero assim continuar para melhorar os resultados do nosso desempenho nos Jogos Olímpicos. Acentuo isso para mostrar como são injustas as críticas daqueles que dizem que o Governo Federal não apóia o esporte e o atletismo. Dentro da escassez de verbas e das prioridades sociais, temos dado o máximo possível para desenvolver o esporte nacional e apoiar nossos atletas.

Vou agora abordar o outro grande campo de atividade do MEC: a Cultura.

A Cultura diz respeito ao nível de maturidade alcançado por um povo, nos seus valores, nas suas formas de manifestação social.

A Cultura é, ao mesmo tempo, resultado e fator da educação. A educação é um instrumento dinâmico de in-

tegração das pessoas em um conjunto cultural, um conjunto das relações dos valores, dos costumes, dos modos de sentir e de viver as aspirações da sociedade.

Somos um povo em fase de consolidação cultural, sofrendo influências diversas e às vezes conflitantes neste processo.

No passado, soubemos absorver a diversidade de influência que nos chegaram com a colonização. Continuamos absorvendo ou combinando influências trazidas pelos imigrantes de outros países ou transportadas de uma região do País para outra, com as migrações internas.

A esses processos naturais de formação cultural somam-se as influências do pensamento, dos comportamentos e da tecnologia dos países mais ricos que agora têm o cinema, a televisão e os transportes rápidos como instrumentos dessa influência.

No passado, o positivismo marcou muito os nossos setores culturais, de formação intelectual e de educação. Mas recentemente, outras correntes filosóficas — e vou citar expressamente a doutrina marxista, o conceito de luta de classes e as várias correntes daí derivadas, expandem-se nos mesmos setores pelo encanto das explicações através de processos dialéticos.

Como soubemos, no passado, saberemos, no presente e no futuro, contornar essas doutrinas de simplificação intelectual. Saberemos, também, não tenho dúvidas, absorver as influências construtivas em favor da nossa cultura. Quero repetir. Somos um país em fase de consolidação cultural, temos que absorver impactos externos, sem submissão e sem alienação. Temos que fortalecer a nossa Cultura, os nossos valores próprios, a nossa identidade cultural. Isso requer primeiro a conscientização e, em seguida, o esforço conjunto em todos os níveis e em todos os campos de atividade educativa e cultural da sociedade brasileira. Compete às categorias intelectuais o compromisso de zelar e mesmo liderar o

fortalecimento da identidade cultural. Foi principalmente por isso e para isso que assegurei a plena liberdade de expressão, em particular nos meios de comunicação, pela imprensa, pelo rádio, pela televisão. Jornais, revistas e livros circulam livremente. Redes de rádio e televisão cobrem o País até os mais longínquos recantos e levam em suas mensagens uma colaboração valiosa para o debate nacional.

Orgulho-me de dizer que defendi e preservei essa liberdade, que poucos países têm, pois é comum, mesmo nas democracias mais avançadas, que tais veículos estejam todos ou quase todos nas mãos do Estado. No meu governo, incentivei e promovi a participação de todos os setores da sociedade na comunicação de massas. Defendi, nesse campo, dois conceitos fundamentais: liberdade de expressão e responsabilidade social.

Na preservação dos traços da Cultura, representados por monumentos, cidades, edificações, igrejas e outros elementos significativos do passado, foi grande a ação do meu governo.

Ouro Preto, em Minas; Olinda, em Pernambuco; e as Missões, no Rio Grande do Sul, foram formalmente declarados pela UNESCO como patrimônio universal da Humanidade. Aí está o reconhecimento mundial do valor de nosso patrimônio histórico e artístico.

Entre outros trabalhos de recuperação de monumentos históricos cito a restauração da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Palácio do Catete, onde se encontra o Museu da República.

O cinema brasileiro, que apoiamos decididamente através da EMBRAFILME, vem se firmando pelo alto nível de qualidade técnica e de expressão artística não apenas no País, mas no Exterior. Os prêmios obtidos seguidamente nos festivais do cinema mundial demonstram o reconhecimento do nosso nível de qualidade.

O teatro popularizou-se. Programas especiais promovidos pelo MEC levam o teatro a um número cada vez maior de cidades, quando antes só havia teatro em algumas poucas capitais. Junto com o teatro, também a música, a dança e outras formas de lazer cultural têm sido promovidas, valorizando a criação artística dos novos autores, intérpretes e intelectuais.

O Governo incentivou ainda a editoração e a leitura, através da promoção de feiras, do cadastramento e enriquecimento do acervo de nossas bibliotecas. Cerca de 5 mil bibliotecas em todo País foram melhoradas por esses serviços.

Meus amigos,

Gostaria de falar-lhes com mais pormenor sobre o que fizemos nesses setores. Mas não posso alongar demais este relato. Por isso quero somente enfatizar, para resumir, que, como nos outros setores, nestes 20 anos, nós, brasileiros, demos um salto gigantesco no campo da Educação e Cultura. No meu governo procurei direcionar o nosso esforço para a educação básica e para a liberdade de expressão cultural. Tratei de mostrar a todos os setores da nossa sociedade que, se desejamos realmente resolver o problema da educação de base, é preciso contar com o apoio solidário de todos para produzir os recursos que serão necessários.

Cada vez mais o progresso tecnológico promove a difusão de conhecimentos, melhora a qualidade do ensino e torna a educação acessível a grandes contingentes, com custos educacionais menores. A comunicação de massas não é a simples transmissão entre aparelhos. Ela ocorre entre consciências e contribui para fortalecer entre nós o sentido de um destino comum, o anseio pela justiça social, pelo equilíbrio nas relações econômicas e pelos princípios democráticos de Governo.

É um dever da sociedade, é um direito de cada um de nossos irmãos brasileiros, o aprender a pensar, o aprender a fazer, o aprender a ser, para atingirmos níveis sempre mais elevados em nossas relações comunitárias, em nossa realização pessoal.

Boa noite, muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo Federal na área da Indústria e do Comércio.

Em 11-2-85

Meus amigos:

Quando me dirijo a vocês, neste momento, faço-o graças à existência de produtos industriais que tornam possível essa comunicação. É o seu aparelho de televisão e o seu aparelho de rádio que permitem que eu me comunique com você.

A VIDA MODERNA, A FORMA A QUE NOS HABITUAMOS HOJE A VIVER, DEPENDE QUASE INTEIRAMENTE DO PRODUTO INDUSTRIAL.

Os padrões de conforto, de segurança, os alimentos que consumimos, os remédios, quase tudo é resultado do processamento industrial.

Além disso, a atividade industrial é uma das principais criadoras de emprego para um número enorme de pessoas.

Por isso, o desenvolvimento já foi até chamado de «industrialização». Anos atrás, quando alguém queria mencionar um país desenvolvido, muitas vezes dizia «país industrializado».

Hoje, nós já sabemos que a industrialização é um estágio, uma etapa do desenvolvimento. E já se fala nas civilizações pós-industriais que surgem nos países mais avançados, onde a prestação de serviços, com a informática, supera a indústria fabril como base principal da economia.

MAS A INDÚSTRIA CONTINUA SENDO UM ELEMENTO ESSENCIAL PARA A AUTONOMIA DE UMA NAÇÃO.

Em países que ainda estão em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a industrialização não tem mais condições de acontecer de forma espontânea. Ela constitui um processo que depende de estímulo, de apoio e de proteção ao Estado, através de ações do Governo.

A Indústria cresce e progride graças ao esforço e à criatividade das pessoas, quer dizer, do que se convencionou chamar de iniciativa privada. Entretanto, nas condições atuais, essa iniciativa precisa do amparo do Governo para se desenvolver e enfrentar a competição externa.

O Governo apóia e estimula a iniciativa particular por meio de políticas destinadas a criar condições para seu fortalecimento. Ou, então, nos casos em que a iniciativa privada não consegue ou não tem interesse em produzir, o Governo investe diretamente no processo produtivo industrial, para garantir ao País dispor do produto que precisa. Isso acontece, por exemplo, em setores onde os investimentos são grandes demais, ou naqueles onde o lucro demora tanto que desestimula o investidor particular.

É sobre esta ação do Governo que quero conversar com você nesta noite.

A presença do Governo atuando diretamente na atividade produtiva gerou grande e justificada preocupação com o que se passou a chamar de «estatização da economia». Desde quando assumi o Governo participei dessa preocupação. Tanto que criei o programa de de-

sestatização, com vistas a conter e, se possível, diminuir a ingerência governamental no processo produtivo.

Continuo a defender a tese de que o Governo deve abster-se de atuar como empresário, sempre que a iniciativa privada nacional puder desenvolver a atividade produtiva de forma adequada aos interesses da nossa sociedade. Essa foi a doutrina que inspirou o programa de desestatização. Tive, entretanto, simultaneamente, a preocupação de preservar o controle nacional sobre os setores básicos de nossa economia.

Essa a razão pela qual, na maioria dos casos, ainda foi preciso manter o Estado presente no processo de desenvolvimento de nossa economia. Em muitas instâncias, a alternativa da estatização seria a desnacionalização.

**DEVEMOS SEMPRE PROCURAR ABRIR ESPAÇOS PARA
A INICIATIVA PRIVADA NACIONAL.**

Mas, sobretudo, devemos garantir o controle nacional sobre os setores básicos de nossa economia, mesmo que esse controle exija a presença pioneira e temporária do Governo, como agente do processo econômico. Foi a diretriz que adotei, implantando o programa de desestatização com ritmo compatível com a realidade empresarial brasileira. Tenho a certeza de que, você que me ouve, só pode estar de acordo com essa política que defendi durante todo o Governo.

Há vinte anos já produziamos uma boa variedade de bens de consumo, mas ainda estávamos bastante atrasados na produção dos bens que são necessários para produzir os artigos de consumo: as máquinas e os produtos intermediários. Nesses 20 anos, conseguimos uma estrutura industrial mais equilibrada e diversificada. O Brasil, hoje, produz uma variada gama de produtos industriais que vai desde os bens de consumo mais

simples até às máquinas e equipamentos mais modernos. Já produzimos até aviões e computadores eletrônicos.

São Paulo continua sendo nosso mais importante centro industrial, respondendo por mais da metade da produção. Mas, pouco a pouco a Indústria vai alcançando outras regiões do País graças aos grandes blocos de investimento que o Governo apoiou ou realizou em áreas de menor nível de industrialização. A indústria automobilística de Minas; os Pólos Petroquímicos de Camaçari, na Bahia; e de Triunfo, no Rio Grande do Sul; os grandes projetos para produção de alumínio, no Norte; o pólo industrial de Manaus, são realidades que ninguém pode negar.

A exportação de produtos industriais é a prova definitiva por que passa a indústria de um país. Enfrentar e vencer nos mercados do Mundo a dura competição de preço e qualidade dos países mais desenvolvidos não é tarefa fácil. O Brasil, nessa área, conseguiu um resultado extraordinário nos últimos vinte anos. Em 1964, ainda éramos um país de exportações essencialmente agrícolas. Nossas exportações totais somavam 1 bilhão 430 milhões de dólares e as exportações de produtos manufaturados eram apenas 204 milhões de dólares, 14% do total. Em 1984, nossas exportações totais atingiram mais de 26 bilhões de dólares e as exportações de produtos industriais representaram cerca de 65% deste total.

O nosso desenvolvimento industrial foi bastante positivo, em seu conjunto, nesses últimos 20 anos. É verdade que, ao longo desse período, tivemos fases diferentes no desempenho da nossa indústria. Umas bastante favoráveis, outras mais difíceis como a que enfrentamos agora, mas que já estamos conseguindo superar.

O período de 1964 a 1967 foi um período difícil que correspondeu a um grande esforço de austeridade, de saneamento monetário e financeiro, de reorganização

institucional da nossa economia. O crescimento industrial naquele princípio foi lento, mas criou as bases para o grande crescimento que o Brasil experimentou entre 1968 e 1973.

Com o brutal aumento do preço do petróleo, no final de 1973, o Brasil entrou, entre 1974 e 1980, numa nova fase de crescimento industrial um pouco mais lento, comparado com o período anterior. Mesmo assim conseguimos manter crescimento industrial médio de 6,8% nesse período. Uma taxa bastante satisfatória. As condições do mercado financeiro internacional permitiam ao País algum espaço de crescimento, apesar da crise do petróleo, e o Governo soube aproveitar esse espaço. A possibilidade de endividamento externo que existia naquela ocasião permitiu que retardássemos, por alguns anos, o ajustamento da nossa economia às novas relações de troca com o Exterior causadas pelo aumento do petróleo. O endividamento externo permitiu que as importações passassem de 6 bilhões de dólares, em 1973, para 22 bilhões, em 1980.

Ganhamos 6 anos de crescimento. Foi um tempo precioso que usamos para reestruturar o nosso sistema industrial e adaptá-lo à nova situação externa. Por meio de isenções de imposto sobre a importação de máquinas e equipamentos e da concessão de empréstimos em condições favoráveis, o Governo promoveu programas de substituição de importações de produtos intermediários básicos, como o aço, os produtos petroquímicos, o papel e celulose, os fertilizantes, os metais não-ferrosos, e de máquinas e equipamentos. Ao mesmo tempo, iniciou o PROÁLCOOL um amplo programa de substituição de derivados de petróleo e intensificou o apoio para as exportações de produtos industriais.

A fase mais difícil coube ao meu governo. Nunca fui de fugir aos problemas. Prefiro falar com franqueza e reconhecer as dificuldades. Acho que essa é a maneira de agir de quem tem a consciência tranquila por ter

sempre procurado fazer o melhor. De quem tem convicção nas suas idéias.

Em 1979, ocorreu um segundo grande aumento do petróleo. Houve também uma grande elevação dos juros dos empréstimos externos. As condições do mercado financeiro internacional se modificaram. O espaço de crescimento que existia antes foi reduzido. A situação tornou obrigatória uma mudança de ênfase na política econômica. Atribui prioridade para os setores e atividades que podiam contribuir mais direta e imediatamente para melhorar nossas contas externas — o setor de energia e as atividades exportadoras — e para a Agricultura, que é o setor da economia que depende menos de importações. Tivemos que adotar uma política monetária rígida e conter o *deficit* do Governo. Para isso, tivemos de reduzir o crédito, embora sabendo que a restrição ao crédito prejudicaria o setor industrial. Não havia alternativa. Nos dois primeiros anos do meu governo, a indústria ainda cresceu cerca de 7% ao ano, mas em 1981 e 1983 houve uma queda da produção industrial e, em 1982, o produto industrial ficou praticamente inalterado. São verdades que não posso nem quero negar. Felizmente, já superamos a etapa mais difícil. No ano passado, a Indústria voltou a crescer. Agora peço que você reflita comigo. Muitas pessoas criticam o endividamento externo. Condenam os grandes projetos que o Governo desenvolveu ou apoiou com esses recursos obtidos com empréstimos externos. Mas essas mesmas pessoas criticam o programa de ajustamento que tivemos que realizar a partir de 1981. Se não tivéssemos nos endividado, teríamos que ter feito esse ajustamento não em 1981, mas em 1974, quando nossa economia estava muito mais dependente da importação de produtos industriais básicos, de fertilizantes, de máquinas e equipamentos, e de energia sob a forma de petróleo.

Você que trabalha na indústria automobilística, você já pensou no que teria significado para você, para o

seu emprego, um ajustamento em 1974, quando não tínhamos o PROÁLCOOL e as exportações da indústria automobilística eram apenas 65 mil veículos?

O que fizemos foi adotar a alternativa mais sensata e que exigia menos sacrifícios: enquanto existia espaço para crescimento usamos esse espaço para crescer. E fizemos isso de forma inteligente, diminuindo a nossa dependência do Exterior. Só alteramos o curso quando não havia alternativa melhor.

Quero explicar isso detalhadamente porque sei que a maioria das pessoas tem a preocupação legítima com a questão do endividamento e da redução do crescimento econômico. São assuntos que também me preocupam. Mas é preciso ver todos os lados do problema e não se deixar envolver pela argumentação que só mostra um aspecto da questão.

O mesmo raciocínio se aplica à desaceleração do crescimento industrial durante o meu governo. É um fato que reconheço com a franqueza que é do meu estilo. Mas esse fato não deve nos impedir de ver por quê ele ocorreu, nem de reconhecer os avanços que conseguimos fazer no setor industrial desde 1979, apesar das dificuldades.

A indústria de transformação e a indústria de construção foram dois ramos prejudicados pela conjuntura desfavorável. Em compensação, as indústrias extractivas minerais, em especial a do petróleo, e os serviços industriais de utilidade pública, como a produção de energia elétrica, tiveram um desempenho muito bom. A indústria de mineração cresceu quase 12% ao ano entre 1979 e 1984, e os serviços industriais cresceram mais de 8% ao ano nesse período.

Continuamos e concluimos vários projetos de substituição de importações de produtos industriais básicos. Conseguimos resultados muito positivos na siderurgia, no alumínio, cobre, fertilizantes, produtos petroquímicos, papel e celulose.

Nesse particular, quero salientar especialmente o que conseguimos na indústria de fertilizantes.

Você, que me ouve: se você é agricultor, você sabe que hoje em dia ninguém produz sem adubo, sem fertilizante. O aumento da produção e da produtividade e, portanto, o barateamento dos alimentos garantindo preço barato para o consumidor, mas também assegurando melhor lucro para o produtor, depende da aplicação intensa de fertilizantes na lavoura.

Pois bem, até 1978 o Brasil importava quase todos os fertilizantes químicos necessários para a Agricultura.

Em 1978, as importações totais de fertilizantes prontos para consumo, e de matérias-primas para a indústria de adubos foram de 511 milhões de dólares. Em 1980, essas importações dobraram, chegando a mais de 1 bilhão de dólares.

As coisas não podiam continuar daquela forma. Tínhamos que aumentar nossa produção de alimentos. Para isso, nossa Agricultura precisava usar quantidades crescentes de fertilizantes. Mas em razão da crise internacional, do aumento do petróleo, do aumento dos juros externos, não tínhamos dólares para continuar importando todo os fertilizantes que precisávamos. O que o Governo fez? Iniciou um grande programa para substituir a importação de fertilizantes por produção nacional.

Primeiro era preciso localizar jazidas das matérias-primas básicas, como a rocha fosfática e o potássio. Segundo, realizar grandes projetos de mineração para extrair do solo esses minerais. Depois, processar essas matérias-primas e produzir os fertilizantes.

Agora, a quase totalidade desses projetos já entrou em operação. Em 1978 importávamos amônia, que é a principal matéria para fabricação de fertilizantes nitrogenados. Agora somos não só auto-suficientes nessa

matéria-prima, como já estamos até exportando. A produção de fertilizantes nitrogenados mais do que dobrou desde 1978.

Com a entrada em operação dos projetos de rocha fosfática da Região Centro-Oeste alcançamos a auto-suficiência em fosfato, enquanto em 1978 tínhamos que importar a metade do que consumíamos.

Em 1979, o Governo criou uma subsidiária da PETROBRÁS, a PETROMISA, para implantar o Projeto Taquari-Vassouras de mineração e beneficiamento de potássio em Sergipe. É um projeto enorme, que exigiu muito trabalho e dedicação de milhares de brasileiros. Primeiro a escavação de poços de 500 metros de profundidade para acesso à mina. Você já imaginou os problemas para a escavação de poços tão profundos? Cada poço tem uma profundidade de 110 metros maior que a altura do Pão-de-Açúcar. Depois, o revestimento desses poços de concreto de 1 metro de espessura com anéis de aço; a abertura de 34 quilômetros de galerias subterrâneas, mais do dobro da extensão da Ponto Rio-Niterói; a construção das torres para sustentação dos elevadores. São elevadores para transporte de 390 toneladas de carga cada. Por isso, cada torre tem que ter 60 metros de altura que equivale a um edifício de 20 andares. A construção a 500 metros de profundidade de oficinas de manutenção, sub-estações elétricas, silos de estocagem e uma enfermaria. Com essa mina, o Brasil, que era o 2º maior importador de potássio do mundo, já é hoje o único produtor no Hemisfério Sul. Já atendemos 30% do nosso consumo. Além do projeto de Sergipe descobrimos novas reservas em Fazendinha e Arari, no Amazonas. Quando forem exploradas vão tornar o Brasil auto-suficiente em potássio e permitir que passemos a exportadores desse produto. Um produto que só é produzido em 8 países no Mundo.

Todo esse esforço tem um só objetivo. Mais fertilizantes para aumentar a produção agrícola. Para produ-

zir mais comida para você. Foi por isso que a PETROMISA investiu 300 milhões de dólares nesse projeto. É para isso que centenas de brasileiros, como você, trabalham a 500 metros de profundidade, enfrentando temperaturas de 45 graus. Falar em aumentar a produção agrícola é fácil. Mas os problemas só são resolvidos com o trabalho.

A mesma coisa que fizemos com o fertilizante ocorreu com o álcool, com a siderurgia, com os produtos petroquímicos e com os metais não-ferrosos. Tivemos de realizar grandes projetos de substituição de importação para poder continuar crescendo.

O PROÁLCOOL foi um dos mais bem sucedidos empreendimentos do Governo. Um empreendimento em associação com a iniciativa privada, no setor da energia em que antes da presença do Estado era quase total.

Começou modestamente, em 1975, baseando-se principalmente no aproveitamento da capacidade ociosa das usinas de açúcar. No início de meu governo, decidi ampliar o programa, enfrentando de imediato os desafios que se impunham para o seu crescimento mais rápido: deslocar os centros de produção para áreas pioneras; incentivar a implantação de destilarias autônomas; adequar a indústria de máquinas e equipamentos para atender essa nova fonte de demanda; lançar comercialmente veículos movidos exclusivamente a álcool, organizar um sistema nacional de distribuição num país de dimensões continentais como o Brasil; continuar o enorme esforço de pesquisa para melhorar os processos produtivos, para aperfeiçoar os motores a álcool, para desenvolver culturas combinadas de cana-de-açúcar e alimentos, para preservar o meio-ambiente, utilizando o vinhoto como fertilizante.

Foi um trabalho duro e gigantesco. O programa enfrentou fases alternadas de euforia e de pessimismo. Mas venceu graças à persistência da política do Gover-

no, e à tenacidade dos empresários e trabalhadores que confiaram e não esmoreceram.

Atingimos no ano passado 9,4 bilhões de litros. Cerca de 1 milhão e 800 mil veículos movidos exclusivamente a álcool, além dos outros 8 milhões de automóveis que usam gasolina misturada ao álcool. Uma economia equivalente a 139 mil barris de petróleo por dia. Mais de 6,9 bilhões de dólares de economia de divisas até agora, que superam tudo que foi investido no PROALCOOL até o momento, 440 mil novos empregos na área de produção. O domínio, em caráter pioneiro no Mundo, de uma nova tecnologia.

Ainda na área do uso da energia para fins industriais, quero mencionar o programa de conservação de energia no setor industrial e os protocolos de redução e substituição de óleos combustíveis. Por meio dessas iniciativas, o Governo dá apoio financeiro e tecnológico às indústrias para substituir e aumentar a eficiência no uso da energia importada.

Foram firmados protocolos com os setores de cimento, siderurgia, papel e celulose que permitiram uma economia total de óleo combustível no período de 1979 a 1984, equivalente a 3,4 milhões de toneladas de petróleo por ano.

Foram aprovados 106 projetos que permitiram uma economia equivalente a 4,2 milhões de toneladas de petróleo por ano.

As ações do Governo tornaram possível uma redução do consumo de óleo combustível no setor industrial, equivalente a 6,7 milhões de toneladas de petróleo por ano entre 1979 e 1984. Metade dessa redução deveu-se a economia de energia e a outra metade à substituição do óleo combustível por fontes de energia nacionais. Na siderurgia continuamos os projetos de expansão da USIMAS, da Companhia Siderúrgica Nacional e da COSIPA. Concluímos a implantação da Companhia Side-

rúrgica de Tubarão e pretendo inaugurar proximamente a AÇOMINAS.

Estamos executando o Estágio III do Plano Siderúrgico Nacional, com investimentos de mais de 22 bilhões de dólares. Desse total, mais de 60% foi realizado durante o meu governo.

Em 1964 a produção de aço bruto era de 3 milhões de toneladas anuais, quando assumi em 1979, nossa produção já atingiu 13,9 milhões de toneladas. Em 1984, a indústria siderúrgica nacional atingiu a produção recorde de 18,5 milhões de toneladas.

O Brasil está entre os 10 maiores produtores de aço do Ocidente e exporta para mais de 50 países. Em 1974, importávamos 1 bilhão e 400 milhões de dólares de produtos siderúrgicos. No início do meu governo, graças aos investimentos realizados entre 1974 e 1979, já havíamos atingido o equilíbrio no comércio exterior de produtos siderúrgicos. A partir daí, passamos a exportar mais do que importar. Em 1984, as exportações atingiram cerca de 2 bilhões de dólares.

No setor dos metais não-ferrosos, como o alumínio e o cobre, os programas de substituição de importação realizados permitiram que o País passasse da condição de importador crônico desses produtos, para exportador.

Na área do alumínio, 3 grandes projetos estão sendo executados: VALESUL, ALBRÁS e ALUNORTE. O apoio do Governo através de incentivos fiscais e de tarifas preferenciais de energia elétrica permitiu aumentar a capacidade instalada de 205 mil toneladas, em 1978, para 494 mil, em 1984.

A produção de alumínio passou de 186 mil toneladas, em 1978, para mais de 456 mil, em 1984. As importações, que em 1978 era de 75 mil toneladas, foram reduzidas para apenas 9 mil, em 1984. As exportações que praticamente não existiam em 1978 atingiram cerca de 200 mil toneladas no ano passado.

No cobre, até 1981, a produção brasileira provinha basicamente de processamento de sucata e só atendia 22% do nosso consumo. A metalurgia de cobre primário no Brasil só começou no final de 1982 com a entrada em operação da Caraíba Metais, em Camaçari, na Bahia.

Em 1984 nossa produção de cobre metálico já atingiu 103 mil toneladas contra 45 mil toneladas em 1978. As importações caíram de 160 mil toneladas, em 1978, para menos de 100 mil toneladas, em 1984.

Em 1978, o *deficit* no nosso comércio externo desses metais não-ferrosos era de 336 milhões de dólares. Em 1984, já havíamos transformado esse *deficit* num *superávit* de 380 milhões de dólares.

Os investimentos realizados na indústria petroquímica nos últimos 10 anos permitiram a consolidação desse importante gênero industrial no Brasil. O pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, começou a operar em 1978 e o pólo petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul, em 1983. Dos 1 bilhão 450 milhões de dólares, investidos pelo Governo, quase 80% foram aplicados durante o meu período.

O programa de substituição de importações na área do papel e celulose permitiu que o Brasil se transformasse de importador em exportador. Agora já somos o oitavo produtor mundial de celulose e o décimo segundo produtor de papel. Em 1984, a produção de celulose foi da ordem de três milhões e trezentas mil toneladas e de papel de três milhões e setecentas e cinqüenta mil toneladas. As exportações atingiram oitocentos milhões de dólares.

Quis fazer uma exposição minuciosa desses números para dar a você uma idéia do grande esforço de substituição de importações que fizemos nessa área dos produtos intermediários básicos para nossas indústrias. Foram resultados muito bons e que conseguimos em meio a esse período de crise econômica. Mas importantes são resultados que diminuem a nossa dependência

do Exterior; que nos tornam mais fortes para enfrentar as dificuldades internacionais; que criam novamente um espaço de crescimento para o Brasil.

Constituem base sólida para que o próximo governo possa retomar o desenvolvimento nacional.

Esses são exemplos dos grandes projetos do Governo que foram tão criticados por alguns. Esses são alguns dos projetos que construímos com os dólares que tomamos emprestados no Exterior. Talvez seja de um desses projetos que vem o aço que é usado por você que trabalha na indústria automobilística e que ajuda a garantir o seu emprego. Talvez seja daí que vem o fertilizante que você, agricultor, usa na sua lavoura.

Talvez seja daí que vem o plástico, ou a borracha, ou o alumínio que você usa na sua casa.

Pense como o Brasil seria hoje se os trabalhadores, os empresários e o Governo não tivessem se dedicado com afinco a esse gigantesco esforço de substituição de importações.

Além da substituição de importações conseguimos um grande sucesso na exportação de produtos manufaturados. Exportar é importante primeiro, para aumentar os empregos, e segundo, para pagar nossos compromissos internacionais.

Em 1964 o Brasil exportou duzentos e quatro milhões de dólares de artigos manufaturados.

Apenas quatorze por cento do total de nossas exportações.

Em 1978, as exportações de manufaturados já somavam seis bilhões de dólares, representando quarenta e sete por cento do total. Um aumento de quase trinta vezes. No ano passado, as exportações de manufaturados representaram sessenta e cinco por cento do total.

Além das exportações já realizadas, demos grande impulso a um programa que garante o nível de exporta-

ções futuras, a BEFIEC, e que, portanto, vai beneficiar os governos que me sucederem.

Através da BEFIEC o Governo reduz ou isenta de imposto as importações de máquinas, de produtos intermediários e de matérias-primas sem produção nacional competitiva. O objetivo é permitir ganhos de produtividade, redução de custos e melhoria de qualidade nos produtos manufaturados para viabilizar a exportação desses produtos. É lógico que essas vantagens de redução de preço e melhoria de qualidade beneficiam também o consumidor nacional.

As empresas que se beneficiam dessas reduções de impostos assumem com o Governo compromissos firmes de exportar seus produtos em valores pré-fixados e de gerar *superavits* num período de dez anos.

Desde que a BEFIEC foi criada até o início do meu governo tinham sido aprovados cinqüenta e dois programas envolvendo compromissos de exportação de 14 bilhões e 500 milhões de dólares, com um saldo de divisas de 4 bilhões, 240 milhões de dólares. No meu governo já foram aprovados duzentos e cinqüenta e sete programas com compromissos de exportação de 71 bilhões e 300 milhões de dólares e com um saldo superior a 43 bilhões de dólares.

Quer dizer, o total de compromissos de exportação firmados através da BEFIEC eleva-se a quase oitenta e seis bilhões de dólares. Desse total, já foram efetivadas exportações no montante de dezessete bilhões de dólares. Os sessenta e nove bilhões de dólares restantes serão exportados ao longo dos próximos anos, ajudando os próximos governos a equilibrar o Balanço de Pagamentos.

O Ministério da Indústria e do Comércio coordena ainda a política do Governo para três produtos muito importantes para o Brasil: o café, o açúcar e a borracha natural.

No café, a produção foi ampliada. As exportações evoluíram de doze milhões e meio de sacas, em 1978, para dezenove milhões no ano passado. No meu período de governo o café gerou divisas no montante de quatorze bilhões de dólares.

Somos o maior produtor mundial de açúcar. A produção e as exportações se ampliaram. Mas os preços internacionais do açúcar continuam deprimidos.

O Brasil já foi o maior produtor e exportador mundial de borracha natural. Hoje somos importadores.

A partir de 1972, o Governo passou a executar um programa de incentivo à produção de borracha natural — o PROBOR, com o objetivo não só de restaurar nossa auto-suficiência nesse produto, mas transformar o Brasil em exportador novamente.

Nossa produção de borracha natural, que em 1979 supria trinta e três por cento do consumo interno, atendeu a cinqüenta por cento de nossas necessidades no ano passado. A autosuficiência deverá ser atingida na primeira metade da década dos noventa.

Na área comercial importantes medidas legislativas foram adotadas entre as quais destaco a aprovação do estatuto da micro-empresa, a instituição da cédula de crédito comercial, que teve ampla repercussão no setor, e a reorganização institucional do Conselho de Desenvolvimento Comercial.

No turismo, o Governo, através da EMBRATUR, desenvolveu esforços promocionais no Exterior para atrair turistas estrangeiros e apoiou a expansão de nossa rede hoteleira. Nos meus quase seis anos de governo foram desenvolvidos mais de oitocentos empreendimentos turísticos, a maior parte em hotelaria.

O número de turistas estrangeiros que visitaram o Brasil, que em 1964 era de cento e vinte mil, em 1978 já se situava em setecentos e oitenta e quatro mil.

Entre 1978 e 1983 tivemos um incremento de cerca de quarenta por cento no número de visitantes estrangeiros, elevando o total para um milhão e noventa mil turistas por ano e gerando crescente receita em dólares.

Estes são, em resumo, os principais resultados que conseguimos na área da indústria e do comércio durante o meu governo.

Enfrentamos um período de dificuldades internacionais. Tivemos que fazer um ajustamento da nossa economia às novas condições internacionais. Tivemos que corrigir uma série de distorções e problemas. Durante três anos enfrentamos queda ou estagnação da produção industrial.

Mas conseguimos também resultados positivos. São resultados muito importantes tanto para nossa indústria, como para a economia como um todo: um forte aumento nas exportações de produtos industriais; um grande êxito na substituição da energia importada; resultados altamente animadores na substituição de importações de produtos industriais básicos na siderurgia, metais não-ferrosos, petroquímica, fertilizantes, papel e celulose. Esses resultados criaram novamente condições para nossa Indústria e para o Brasil voltarem a crescer. Vencemos a crise. Ano passado, o crescimento industrial atingiu quase sete por cento. Essa reativação econômica mostra que o setor externo está deixando de ser uma restrição para ser um coadjuvante do nosso crescimento industrial e econômico.

Este o principal resultado que deixo para o próximo Governo na área da Indústria.

Não só o setor industrial em franco crescimento, mas com um padrão de crescimento e uma estrutura que o livrou do estrangulamento externo durante os próximos anos.

Graças ao seu esforço, trabalhador, graças à sua confiança, empresário, graças ao trabalho difícil e muitas vezes incompreendido do Governo, o Brasil voltou a crescer.

Boa noite e muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo Federal na área de Economia.

Brasileiros:

No primeiro desta série de pronunciamentos afirmei que,

NO REGIME DEMOCRATICO, O Povo DEVE SABER O QUE FAZ E O QUE FEZ O GOVERNO. A NAÇÃO EXIGE ESSE DEVER DOS GOVERNANTES.

Ao terminar meu governo deixo o registro de um período de nossa história da maior liberdade de imprensa, de opinião e de crítica.

Recebi a missão de governar o nosso País num período complexo, de transição política para a democracia. Conduzi o processo de abertura democrática por um caminho de tranquilidade e convergência, conforme a vontade geral do nosso povo.

Além de um quadro político controvertido, governei o País num dos momentos mais agudos de dificuldades econômicas e financeiras, de desajuste social, que eu faço votos nunca mais se repita em nossa história. As ameaças da inflação, do desemprego, da alta do petróleo, da crise financeira mundial, com a alta dos juros,

os cinco anos de seca do Nordeste, a explosão demográfica, a ocupação desordenada das cidades. Um conjunto de problemas de dimensões ciclópicas. Um desafio brutal sobre o nosso futuro. A alternativa entre aceitar um destino de miséria e dependência ou lutar para abrir caminhos de progresso. Aqui, no campo econômico e social, para evitar o desemprego em massa, para reprimir a inflação, para promover uma redistribuição mais justa da renda nacional, para combater as condições de miséria no Nordeste e na periferia das capitais, lancei mão de todos os instrumentos de autoridade e poder ao alcance do Governo, e, onde não havia, eu criei. Talvez alguns critiquem a concentração de esforços para combater a seca do Nordeste. Ou a criação, por decreto-lei, da contribuição para o FINSOCIAL; ou ainda, a manutenção, a todo custo, de uma política de proteção ao trabalhador. Para manter o nível de emprego, mesmo na recessão, para impedir que os níveis salariais mais baixos sofressem impactos destruidores decorrentes da alta da inflação.

Registro, com satisfação, que o presidente do Banco Mundial, em recente discurso na cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, reconheceu que

O GOVERNO DO BRASIL FOI UM DOS POCOS GOVERNOS QUE TOMARAM PROVIDENCIAS EFICAZES PARA PROTEGER OS POBRES DURANTE A CRISE.

E mencionou que os salários dos mais pobres foram corrigidos de acordo com a taxa de inflação.

Justamente na área econômica e social vivemos a maior controvérsia de opiniões. Aí se concentraram as maiores críticas ao meu governo, criando, inclusive, uma atmosfera de pessimismo na opinião pública, de sínistrose, de desalento quanto ao nosso destino. Meus adversários apresentaram a inflação e a dívida externa como cadeias inquebráveis, algemando o nosso presente e o nosso futuro. Com essa perspectiva sombria, tenta-

ram esconder tudo o que construimos, a nossa capacidade de trabalho, o crescimento da nossa produção.

É claro que, durante a travessia de dificuldades, temos de estar preocupados. Mas o pessimismo e o desalento são inaceitáveis. Principalmente quando criam o derrotismo. E nós, brasileiros, não temos razão para pessimismo. Precisamos, sim, é de confiança e muito trabalho. Basta ter presente que em 1964, entre as economias do Mundo, o Brasil era o número quarenta e oito. Hoje somos a oitava economia mundial. Veja só, meu caro telespectador, em uma geração passamos do número quarenta e oito para o número oito na economia mundial. O que significa um crescimento gigantesco, porque os sete países na nossa frente são países de grande riqueza, como os Estados Unidos da América, a Alemanha Ocidental, a Inglaterra, o Japão. Chegamos a ser a oitava economia do Mundo pelo nosso esforço, pelo nosso trabalho, pela nossa capacidade de vencer. Somos a oitava economia do Mundo porque a nossa produção nos assinala essa posição. Somente 7 nações produzem mais do que nós.

Nessa trajetória de crescimento acelerado, de aumento da riqueza nacional e de melhoria das condições pessoais de vida de muitos brasileiros, tivemos de enfrentar reveses sérios, em particular entre 1979 e 83. A crise da economia mundial envolveu o Brasil. E aí, nessa circunstância, a controvérsia e o pessimismo se instalaram na opinião pública. Felizmente os reveses foram contornados. Agora temos de nos livrar do pessimismo.

Depois de três anos de recessão industrial, o País reencontrou o caminho do desenvolvimento econômico: a indústria cresceu no ano passado cerca de 7%, a agricultura cresce outra vez pelo quinto ano seguido, as exportações se expandem como nunca. Encerrei 1984 com a certeza e a felicidade de poder afirmar que superamos as dificuldades maiores e hoje a Nação está com uma

economia mais forte e menos dependente do que há seis anos atrás. A começar pelo petróleo. Ninguém pode contestar o extraordinário sucesso do meu governo na alteração da matriz energética brasileira.

Em 1979, o Brasil consumia mais de um milhão de barris de petróleo por dia e só produzia cerca de 170 mil. Isso quer dizer que a nossa posição estratégica no Mundo, em matéria de combustível, era de quase total dependência dos países fornecedores. Um conflito maior no Oriente Médio, a falta de crédito externo, ou uma decisão política dos países fornecedores podiam levar o País à ruína total, à paralisação da indústria e dos transportes, à destruição da agricultura. Os efeitos dessa dependência agravaram-se com o aumento de doze para trinta dólares por barril, que os produtores exigiram e nós tivemos de pagar para não parar o País.

ERA PRECISO PAGAR PARA MANTER A INDÚSTRIA, A
AGRICULTURA, O TRANSPORTE, PARA EVITAR UM IM-
PACTO DESTRUIDOR NA VIDA E NO TRABALHO DE CADA
BRASILEIRO.

Porque a dependência do País significa dependência e limitação para cada um de nós em nossa vida diária.

Como pagar, como obter as divisas, os dólares necessários, imediatamente, para manter o nível de vital do consumo de petróleo? Somente pelo aumento da dívida externa, pelo empréstimo imediato. Essa linha de conduta tinha o inconveniente de criar outro vetor de dependência, a dependência financeira. Mas, no curto prazo, não nos restava alternativa. Tivemos de optar pelo caminho da sobrevivência e do menor sacrifício para nosso povo.

Por isso, para vencer essa dupla dependência, determinei a concentração do esforço econômico nacional em cinco conjuntos de medidas estratégicas absolutamente necessárias: o primeiro, aumentar a produção do petróleo e álcool combustível; o segundo, aumentar a exportação para conseguir divisas; o terceiro, a manu-

tenção, a todo custo, dos níveis de emprego e de salário compatíveis com a nossa situação econômica e social, para evitar desemprego em massa e o choque inflacionário sobre o salário e a poupança; o quarto, contenção dos gastos públicos para reduzir o *deficit* governamental; o quinto, a negociação da dívida externa de forma a afetar o menos possível a nossa economia e a não reduzir a renda, o salário, a poupança dos brasileiros.

Não se deve medir o sucesso de uma política por palavras, mas sim, pelos seus resultados concretos. Tive de vencer críticas e resistências, afastar pessoas, concentrar recursos, enfim, agir com toda a autoridade ao meu alcance. Aqui estão os resultados.

Antes, importávamos 80% da energia necessária para fazer o País funcionar. Agora importamos 40%. Ficamos menos vulneráveis, mais independentes. A produção diária de petróleo está chegando a 600 mil barris. E o PROÁLCOOL é o único programa bem sucedido de substituição de petróleo por outra fonte renovável de energia em todo o Mundo.

Para uma dívida externa global em torno de 100 bilhões de dólares, conseguimos escalonar os pagamentos anuais de maneira compatível com a dimensão da nossa economia e do resultado da exportação. Em 84, exportamos 27 bilhões de dólares com um crescimento de 30% sobre o ano anterior, e um saldo recorde de 13 bilhões de dólares. Nossas reservas financeiras foram recompostas e já somam 7 bilhões de dólares.

No início do meu governo, o *deficit* público teria chegado a cerca de 12% do Produto Nacional. Graças aos programas de contenção de despesas do Governo e ao estrito controle que estabeleci, conseguimos reduzir aquele *deficit* a cerca de 6% em 1984.

Tive a preocupação de dosar as medidas de contenção para atenuar seus impactos recessivos. Assim, não houve desemprego em massa, e em 84 o nível de emprego cresceu 4%. Os donos de cadernetas de poupança ti-

veram suas economias protegidas. O aumento dos salários mais baixos acompanhou de perto os índices de aumento do custo de vida. Encerrei, assim, o último ano do meu governo com a nossa economia apresentando outra vez um crescimento de quase 5% do Produto Nacional. O mais importante de tudo, para mim, foi conseguir, mesmo nos dois anos de recessão industrial, em 82 e 83, evitar o desemprego em massa e manter os salários e a poupança dos brasileiros razoavelmente protegidos da recessão e da inflação.

Resta lembrar que a infra-estrutura de energia hidrelétrica, de transporte e de telecomunicações, montada nestes anos passados a um custo elevado, de agora em diante trará efeitos positivos multiplicadores para o desenvolvimento brasileiro.

Eu gostaria que todos os brasileiros guardassem na memória que entre 1964 e hoje, o Brasil ultrapassou 40 países em termo de produção econômica. Vamos pensar, cada um de nós, no que isso significa.

Significa que estamos retomando nosso crescimento a partir de um patamar muito mais elevado. É a oitava economia do Mundo que volta a crescer.

Vou apresentar agora alguns dados indicadores dessa transformação gigantesca que ocorreu em nosso País nestes 20 anos. São indicadores técnicos, econômicos e sociais, mas cujo sentido é de conhecimento generalizado.

A nossa produção total, o Produto Interno Bruto, em 1964, foi avaliada em 82 bilhões e 200 milhões de dólares. Em 1979, estava triplicada para duzentos e sessenta bilhões e oitocentos milhões de dólares, e chegou, em 1984, a 277 bilhões e 800 milhões de dólares.

O nosso nível de consumo global anual triplicou. A produção industrial hoje é 4 vezes maior do que em 64. A produção agropecuária é três vezes maior. O crescimento das exportações, vital para obter recursos exter-

nos, demonstra que é viável acelerar o desenvolvimento nacional com base na poupança externa. Passamos de 1 bilhão e meio de dólares por ano, em 64, para 15 bilhões de dólares, em 1979, dez vezes mais. E no meu governo, chegamos, em 84, a 27 bilhões de dólares. Chamo a atenção para o fato de que em 64 exportávamos apenas 89 milhões de dólares de manufaturados. Hoje, as exportações de manufaturados já chegaram a 17 bilhões e 900 milhões de dólares. São exportações que criam empregos, que melhoram a renda do trabalhador, que beneficiam toda a economia. Nas importações, passamos de um bilhão de dólares, em 64, para 18 bilhões, em 79, e conseguimos reduzi-las para quatorze bilhões em meu governo para favorecer o nosso saldo comercial.

Os indicadores setoriais mostram o que fizemos na energia elétrica, no petróleo e no gás, no aproveitamento do álcool combustível, na mineração, na agricultura, na indústria metalúrgica, na indústria química, nos fertilizantes, na fabricação de caminhões, ônibus, automóveis, navios e aviões, na produção de bens de consumo úteis para o nosso dia-a-dia, como geladeiras, liqüidificadores, televisões e rádios.

Tudo isso que fizemos, que estamos fazendo com o nosso trabalho significa a renda; o sustento; o emprego para a nossa gente.

As taxas de desemprego — que no auge do período de maior sacrifício chegaram a superar nove por cento da força de trabalho — caíram para 6,5% nos grandes centros industriais. E continuam caindo.

É importante comparar esta nova taxa de 6,5% com a taxa atual de desemprego de 7,2% nos Estados Unidos. O desemprego nos Estados Unidos chegou a superar 12% no auge da crise e caiu para 7,2% depois de quatro anos de fantástica recuperação da economia americana. Na Europa Ocidental, após dez anos de esforço, as taxas de desemprego não conseguiram cair abaixo de 10% da força de trabalho. Ainda existem, lá,

28 milhões de operários desempregados. Não foi pequeno, portanto, o esforço realizado pela economia brasileira durante o período mais dramático da crise. Promovi a modificação da legislação salarial com o reajuste semestral para reduzir o desgaste da inflação sobre o salário do trabalhador. Mesmo ao adotar medidas rígidas de contenção, no auge da crise, preocupei-me em preservar os patamares salariais dos menos remunerados. Meu governo enfrentou pesados compromissos de obras já em andamento e as conclui, quase todas, com enorme sacrifício. Mesmo deixando de lado as grandes obras, cujo benefício social somente os radicais não querem enxergar, em meu governo investimos pesadamente nos campos da saúde, da habitação popular, do saneamento básico, do transporte de massa, da Previdência Social e da educação.

Relatei, em pronunciamentos anteriores, o que fizemos nesse setores. Gostaria de rememorar, especialmente, o quanto ampliamos a ação governamental no campo da saúde pública. Dei prioridade ao atendimento do maior número de brasileiros através do programa de serviços básicos de saúde, integrando os vários sistemas que atuam no setor. Noventa e sete por cento dos municípios brasileiros dispõem, hoje, de unidades de saúde. São 12.500 unidades das mais diversas — hospitalares, ambulatórios, postos de atendimento — que foram implantados em todo o País, incluindo as periferias urbanas e chegando aos lugares mais longínquos da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste.

São milhares de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, pagos pelo Governo, que se dedicam à prevenção, à orientação e ao atendimento sanitário de milhões de brasileiros.

O Programa Nacional de Imunizações, graças às campanhas de vacinação em massa, permitiu eliminar doenças graves como a paralisia infantil e reduzir os ca-

sos de sarampo, difteria, coqueluche e tétano, melhorando o estado sanitário das nossas crianças.

Essas campanhas periódicas têm movimentado, além dos serviços oficiais de saúde, milhares de voluntários num mutirão nacional.

Meu Amigo,

Em suas linhas gerais, aí está o quadro da política econômico-social do meu governo. Vou tratar, agora, de forma específica, as principais questões tão controvertidas nestes anos: a dívida externa, a inflação e o deficit público.

Quero explicar-lhe como o meu governo enfrentou essas três questões. Elas estão interligadas, na realidade, e as tendências das três foram profundamente influenciadas, dirigidas mesmo pela questão do petróleo.

Entre 1965 e 1973, registraram-se as mais altas taxas de crescimento que o País alcançou em toda a sua história. Os brasileiros trabalharam, pouparam e investiram. Foi possível também contar com o capital externo, em condições de prazo e juros muito suaves. Essas condições, aliadas à expansão generalizada do comércio internacional, possibilitaram os resultados alcançados por nossa economia. O setor interno da economia acompanhava a tendência positiva do setor externo. A inflação declinava e a produção crescia. Escolhi o ano de 1973 como referência porque, nesse ano, a nossa economia, como o resto do Mundo, viu os preços do petróleo multiplicados por quatro. Você, trabalhador; você, empresário; você, estudante; todos sentimos pessoalmente os efeitos dessa crise do petróleo. Por isso você pode compreender o que representou para o País o preço do petróleo passar de três para 12 dólares o barril do dia para a noite. Nenhum país previu o aumento ou se preparou com antecedência para enfrentá-lo.

A partir de 73, o Brasil teve de tomar medidas de ajuste interno para absorver, ou mesmo diminuir, o im-

pacto dos novos preços do combustível. Sem poder reduzir, o curto prazo, a importação e o consumo de petróleo, o País foi obrigado a adaptar-se à custa de sacrifícios.

Em primeiro lugar, vamos ver o impacto sobre o setor interno. A inflação subiu. De tal modo a economia dependia do petróleo e do gás importado que a alta do petróleo ocasionou um aumento geral nos preços de todos os bens aqui produzidos. Além da imensa variedade de produtos fabricados a partir do petróleo, que sofreram aumento direto em seus custos, a economia, como um todo, foi afetada pela dependência do setor de transporte em relação aos combustíveis importados.

Em segundo lugar, o setor externo da economia, até então sólido, tornou-se vulnerável. O País se viu obrigado a gastar na compra do petróleo as reservas e as divisas, o dinheiro obtido com as exportações. O mais grave ainda: fomos obrigados a pedir dinheiro emprestado para fazer nossas importações.

Quando já pensávamos haver vencido aquela situação, veio um novo aumento no preço do petróleo, em 1979, de 12 para mais de 30 dólares o barril.

Dessa vez somou-se outro fator negativo: as taxas de juros internacionais subiram. O dinheiro que o Brasil tomava emprestado no Exterior passou a custar muito mais caro.

Até 1978, as taxas de juros cobradas para os empréstimos externos eram inferiores à inflação mundial. Havia dinheiro disponível no Exterior e ele era barato. Como outros países, o Brasil foi aos mercados financeiros externos buscar os recursos necessários para complementar a nossa poupança e prosseguir com os seus programas de desenvolvimento econômico.

O endividamento foi e é um imperativo do desenvolvimento, porque era e é preciso superar a insuficiente formação interna de capital, os desequilíbrios regio-

nais e setoriais, os problemas sociais agravados pelo crescimento populacional explosivo.

Depois da crise do petróleo, em 1979, o Mundo viu desabar, em 1982, a maior crise financeira dos tempos modernos. Nenhum país ficou imune às suas consequências nocivas. Mesmo os países exportadores de petróleo, que havia uma década acumulavam formidáveis reservas financeiras, se viram a braços com dificuldades.

Importadores e exportadores de petróleo, comunistas e capitalistas, todos os países, sem exceção, sofreram os efeitos perversos da conjugação de dois fenômenos que até então não ocorriam ao mesmo tempo: inflação e recessão.

Choveram as críticas e as soluções fáceis. Havia os que criticavam tudo o que havia sido feito. Condenavam as obras como Itaipu, como Carajás, como o PROÁLCOOL. Outros indicavam a moratória, o não pagamento dos nossos compromissos, como a atitude a adotar. O Governo Federal foi apontado como o responsável exclusivo de toda a dívida.

Por isso, considero necessário que os brasileiros conheçam a composição da dívida externa, as etapas de sua negociação, todos os passos que o meu governo deu nesse sentido. Os entendimentos com o FMI, as rodadas de negociações com os banqueiros estrangeiros, os contatos que fiz com outros Chefes-de-Estado, em particular com o Presidente Reagan, a respeito. Todos esses fatos foram levados ao conhecimento público, mas é preciso relembrá-los.

O Governo Federal assumiu a responsabilidade maior pelo cumprimento dos compromissos da dívida externa, enfrentando o desgaste político das demoradas negociações com o FMI e com os banqueiros credores, mas a economia brasileira, como um todo, beneficiou-se com os empréstimos externos. Eles foram utilizados em

dois tipos de aplicação: uma parcela importante da dívida foi contraída para pagar a importação de petróleo. Somente com o petróleo o Brasil gastou mais de 60 bilhões de dólares nesses 12 anos de crise energética. Os demais recursos foram tomados para procurar petróleo em Território Nacional, produzir álcool, completar o programa siderúrgico, construir os metrôs do Rio de Janeiro e São Paulo, construir estradas, construir hidrelétricas, financiar a agricultura.

É verdade que a dívida poderia ser menor se não tivesse ocorrido a brutal elevação das taxas de juros internacionais, que tornou dramática a amortização dos empréstimos.

Quando meu governo teve início, em 1979, a dívida estava em torno de 50 bilhões de dólares e os juros internacionais eram de 9 a 10% ao ano. Em 1980, os juros internacionais do dólar começaram a subir, passando de 9% ao ano até atingirem o patamar de 21% ao ano.

A dívida rapidamente cresceu de 50 para 80 bilhões de dólares e nós não podíamos parar de tomar dinheiro emprestado, inclusive para pagar dívidas contraídas anteriormente.

Hoje, de um total de 100 bilhões de dólares, 17 bilhões e 900 milhões são dívidas do setor privado, ou seja, de empresas nacionais e também estrangeiras. Ao setor público correspondem 74 bilhões de dólares, sendo 12 bilhões do Governo Federal, 4 bilhões dos governos dos Estados e Municípios, e 57 bilhões de empresas estatais, federais e estaduais. Há ainda cerca de 8 bilhões e meio de dólares de compromissos de curto prazo em processo de pagamento. Como você pode ver, portanto, a composição da dívida é diversificada. O Governo Federal não é o único nem o maior tomador de empréstimos. E a dívida foi contraída e canalizada para custear despesas e programas que mantiveram o País funcionando. A elevação das taxas de juros foi um fenômeno mundial. O que nos cumpria fazer nós o fizemos na ho-

ra em que o problema se tornou mais grave. Partimos para a mesa de negociações com os organismos internacionais e com os banqueiros credores.

Vocês testemunharam o esforço do meu governo no sentido de alertar os países desenvolvidos sobre a iminência da crise internacional de liquidez e de unir os países devedores em torno de objetivos comuns.

Eu mesmo discurssei no plenário das Nações Unidas, chamando a atenção das nações para a necessidade de estabelecermos uma nova ordem econômica que aliviasse o sofrimento das populações do Terceiro Mundo.

Em setembro de 1982, a sistemática de renovação da dívida externa dos países em desenvolvimento entrou em colapso, afetando, não apenas o Brasil, mas o mundo todo. Aqueles que pregavam a moratória queriam que deixássemos simplesmente de pagar os compromissos que havíamos assumido.

Qual teria sido o resultado de tal prática? No campo moral, todos sabemos o que significa esta atitude. No campo econômico, o resultado seria desastroso. Toda a confiança que havíamos construído ao longo de anos seria arruinada. De um momento para o outro o País não disporia de crédito. Teria de pagar tudo à vista.

Preferimos conversar com nossos credores, mostrar-lhes as nossas dificuldades e propor soluções capazes de, preservando nossa soberania e reputação, atender nossos imperativos de crescimento.

Graças a esse trabalho persistente e nem sempre bem compreendido, foi superado o estrangulamento do Sistema Financeiro Internacional de 1982-83. Estão equacionados os pagamentos dos compromissos da maioria dos países devedores. Podemos continuar a obter recursos, a negociar taxas de juros e formas de pagamento aceitáveis. Agora mesmo estão em curso várias negociações para novos empréstimos de interesse

de empresas, do Governo Federal e dos governos estaduais eleitos em 1982.

Moratória da dívida externa e racionamento do petróleo foram fórmulas que o Brasil afastou. Tivemos que aceitar uma diminuição no ritmo de atividade econômica. O que provocou um certo grau de desemprego. Mas era o mal menor.

Os ajustes externo e interno custaram sacrifícios. É ilusão acreditar que teria sido possível adequar a economia ao novo mundo de petróleo caro e de recursos escassos, sem custo social.

Este foi o processo que seguimos para enfrentar a situação de emergência criada em 1979 e 1982. Superada a fase mais crítica, era necessário adotar medidas de mais longo prazo, para restabelecer o equilíbrio externo, reorganizar nossas contas externas. Cibia reorientar o sistema de produção para que ele concorresse para o restabelecimento do equilíbrio externo. Era preciso conter os gastos do setor público para ajudar a combater a inflação.

Estes desafios teriam de ser enfrentados ao mesmo tempo. Sua magnitude fazia prever grandes tensões. Não enfrentá-los significaria para o país novas crises e consequências muito mais nefastas. Como enfrentar o desafio externo? O Brasil tinha de manter suas exportações em níveis elevados, de modo a importar os produtos indispensáveis ao seu crescimento, como o petróleo, além de gerar recursos para o pagamento de nossos compromissos com o Exterior. Nossas exportações, infelizmente, desde o começo de meu governo, não vinham se comportando de forma desejada. O comércio internacional estava estagnado por causa, principalmente, da crise que atingia também os outros países. Por isso, o Brasil não conseguia produzir *superavits* em sua balança comercial de modo a alcançar os objetivos de que lhes falei.

Era necessário tomar uma medida que desse aos produtos brasileiros maior poder de competição nos mercados internacionais. Tivemos assim que alterar por duas vezes, em 79 e em 83, a taxa de câmbio. Esta taxa é fundamental para determinar a remuneração do exportador. Ao reduzirmos o valor do cruzeiro frente as outras moedas estávamos, em última análise, aumentando os ganhos de todos que trabalham na exportação. É importante que você comprehenda que as desvalorizações que realizamos em 79 e em 1983 possibilitaram os resultados plenamente satisfatórios de nossa balança comercial. A produção industrial foi direcionada para aumentar as exportações, de modo a proporcionar sucessivos superávits no comércio Exterior. Foi com esses *superavits* que se tornou possível recompor as reservas cambiais em moeda forte. E a agricultura foi estimulada a produzir mais, a fim de evitar gastos com importações e também dar a sua contribuição nas exportações.

As exportações cresceram a uma taxa recorde de 30% ao ano. Deixando, somente em 1984, um saldo, recorde de todos os tempos de 13 bilhões de dólares. As reservas cambiais foram recompostas e já somam cerca de 7 bilhões de dólares. As taxas de emprego cresceram e hoje já se comportam de forma a permitir o aumento sistemático e duradouro na oferta de vagas de trabalho aos brasileiros.

Infelizmente aquelas desvalorizações cambiais não trouxeram apenas vantagens para nossa economia. Com o dólar mais caro, tudo o que importávamos encareceu bastante. Se já sentíamos o impacto do petróleo, as desvalorizações agravaram ainda mais as pressões inflacionárias. Não havia como evitar essas pressões.

A desvalorização cambial, como todo remédio forte, tem sempre efeitos colaterias indesejáveis. Mas os efeitos benéficos que ocasionaram superaram em muito os efeitos nocivos. Tivemos infelizmente um surto inflacionário, uma subida de preços que hoje se constitui nossa

maior preocupação. Cumpre agora tratar de combater a inflação.

Diz-se com freqüência que, na origem da nossa inflação estão os gastos do Governo. Por isso, muita gente diz que, do lado do Governo, combater a inflação significa reduzir gastos públicos. Na verdade, o que provoca a inflação não é propriamente o gasto, mas sim o *deficit* público — que dizer, o desequilíbrio entre receita e despesa. Portanto, o que o Governo tem de fazer, à primeira vista é simples: eliminar o *deficit* e, para isso, ou aumenta a arrecadação ou reduz as despesas — ou, ainda, faz as duas coisas simultaneamente. Afastada a hipótese de maiores aumentos de impostos, concentrei a ação do Governo na redução das despesas públicas.

Quando se fala em gastos de Governo, pensa-se quase sempre em despesas supérfluas. Essas têm sido contidas e eliminadas. Mas, é importante assinalar que o maior volume das despesas governamentais é constituído de investimentos em obras e projetos de interesse público e social.

Pressionado pelo crescimento populacional, o Governo teve de investir em vasto programa de desenvolvimento. Os meus pronunciamentos têm sido ricos em exemplos de realizações. Foram obras necessárias, até mesmo imprescindíveis ou inadiáveis, mas que nos obrigaram a gastar mais do que tínhamos em caixa. O resultado foi mais inflação.

São os gastos de investimento do Governo, de suas empresas estatais, nos níveis federal, estadual e municipal. Somente no conjunto das empresas estatais federais estão previstas despesas da ordem de duzentos trilhões de cruzeiros em 1985, conforme o orçamento que aprovei no final do ano passado. E, além disso, o orçamento fiscal da União prevê um volume de recursos de noventa trilhões de cruzeiros.

Esta é a dimensão dos gastos que o Governo Federal deve realizar em 1985.

Tem sido muito difícil, até mesmo impossível, reduzir esses gastos. Cortá-los drasticamente, na maioria das vezes, significaria parar programas de interesse social, gerando desemprego e interrompendo projetos de assistência que o Governo não pode suspender.

No nível federal, meu governo impôs um dos mais severos e austeros programas de contenção de gastos de que se tem notícias na história econômica brasileira. Os investimentos foram reduzidos ao estritamente necessário para manter programas indispensáveis para o bem-estar dos brasileiros, e para terminar as obras em andamento. O ritmo de algumas dessas obras teve de ser reduzido. Iniciei também um programa de desestatização. Os resultados já são concretos. Como disse, o *deficit* público caiu de doze para seis por cento do Produto Nacional. Essa queda do *deficit* público foi expressiva e marca uma tendência que permite avançar na direção de sua eliminação total. Conseguí também aliviar o número de empresas do Governo na economia. Ao iniciar minha gestão eram quinhentas e vinte e uma empresas estatais. Hoje são trezentas e setenta e quatro, estando em processo de privatização mais vinte e sete empresas. A redução do peso do setor público na economia não é uma medida de alcance meramente econômico.

Uma sociedade democrática preserva o maior espaço possível para a iniciativa privada. A liberdade empresarial aperfeiçoa os mecanismos de representação política dos diferentes segmentos da sociedade. A presença excessiva do estado na economia abafa a expressão legítima da vontade do povo.

Estamos saindo da crise econômica mundial — centrada basicamente na questão energética — estamos saindo desta terrível crise com um grau de independência e de força bem maiores em face do resto do Mundo.

Para finalizar: a economia brasileira atravessou a sua fase mais negra e já se recupera, especialmente no campo industrial. Ocorreu um enorme aumento de pro-

dutividade e estamos gastando muito menos energia importada para produzir, seja bens industriais, seja os alimentos. A renegociação da dívida externa e o novo patamar exportador que atingimos permite antever a segurança do equilíbrio externo da nossa economia.

Isto significa maiores facilidades para importar e, portanto, menor pressão sobre os preços das matérias-primas industriais. Os juros no Exterior pararam de subir e até mesmo cederam um pouco. Isto alivia o peso dos compromissos externos.

A economia se recupera e a Nação volta a crescer com maior dose de prudência e certamente com mais segurança. Os caminhos para um novo crescimento, com menos inflação, estão abertos. Está aberto também o caminho para uma nova etapa de desenvolvimento com a recuperação do equilíbrio externo.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as realizações do Governo na área da Previdência Social.

Em 26-2-85

Brasileiros:

Um dos problemas cruciais que tive de enfrentar, que tivemos todos de enfrentar no meu governo, foi o custeio da Previdência e da Assistência Social.

Foi, é e será um tema de controvérsias e insatisfações. Tem de ser assim. Pela vasta dimensão dos números que abrange, que não são números, são pessoas, são nossos compatriotas. Tem de ser assim, pelo elevado sentido de responsabilidade social que representa.

A maioria dos outros países transfere à empresa privada a assistência médica, o seguro social, a previdência. No Brasil, isso não é possível. Portanto, o Governo Federal assumiu essa enorme responsabilidade.

TEMOS CENTO E DEZ MILHÕES DE PESSOAS PROTEGIDAS PELO SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

No ano passado foram registrados quinhentos milhões de atendimentos médicos e dentários.

São números que exigem uma administração eficiente e complexa. É um Sistema que exige fiscalização rigorosa e permanente para evitar fraudes, e, quando

não é possível evitá-las, processar e julgar os que tiram proveito ilícito de uma atividade que só deve estar voltada para assistir e proteger aqueles que precisam.

Para assistir e proteger 110 milhões de pessoas, o Sistema de Previdência e Assistência Social precisa de recursos financeiros imensos. E essa necessidade aumenta com o aumento da nossa população.

Precisamos todos da assistência médica, da aposentadoria. Quem trabalha tem esse direito; a aposentadoria é a recompensa pelo trabalho e pela contribuição paga durante anos para o sistema. Mas os custos são muito grandes, os recursos não são suficientes, atravessamos uma crise econômica, uma situação internacional desfavorável.

Por isso, pelo tamanho da população protegida e pela escassez de recursos, o meu governo foi obrigado a aumentar a contribuição dos que podiam pagar, em vez de cortar a assistência médica para aqueles que precisavam. Isso gera insatisfação dos que não compreendem, ou não aceitam, mas o Governo tem o dever de exigir de todos os brasileiros a consciência da nossa responsabilidade social.

TEMOS TODOS UMA DIVIDA SOCIAL ENTRE NOS MESMOS.

Temos de custeá-la para nosso próprio benefício. A consciência, a noção do dever, a atitude de contribuir, aí assenta a base do nosso sistema de Previdência e Assistência Social que, repito, assiste e protege 110 milhões de brasileiros.

Quero enfatizar esse posicionamento porque não podemos perder de vista os nossos objetivos verdadeiros. As controvérsias e o sensacionalismo às vezes desviam as atenções. Em todos os meus pronunciamentos venho afirmado e quero reiterar aqui, agora, que em todos os setores o meu governo procurou voltar-se para um objetivo absoluto — o nosso progresso social. O atendimento das necessidades da vida cotidiana dos brasilei-

ros para melhorar, daqui para a frente, as condições de vida de você, que ouve minhas palavras neste momento.

Todos acompanham as diferenças de opiniões, os debates que têm girado quase só sobre o aspecto econômico dos nossos problemas. Para mim, quero dizer, com a minha franqueza de sempre, esse enfoque econômico é secundário; o enfoque central não deve afastar-se da dimensão social, da condição social dos brasileiros. O desenvolvimento social é o nosso objetivo, é o objetivo da sociedade brasileira, é e foi o objetivo central do meu governo. O desenvolvimento econômico é o meio, é o instrumento que deve ser bem dirigido em favor do desenvolvimento social.

A consciência de que os recursos gerados pelo desenvolvimento econômico devem ser orientados para o desenvolvimento social e a vontade de espalhar o progresso social por todas as categorias da sociedade brasileira, estas são as duas idéias-forças que comandaram o esforço do Governo Federal na área da Previdência e Assistência Social nestes últimos vinte anos.

Antes de 1964, algumas categorias de trabalhadores tinham a proteção de institutos de aposentadoria e pensões limitados a cada categoria. Em 1966 foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social, o INPS.

Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, um outro importante avanço no rumo de uma estrutura administrativa mais racional, e a passagem ao mais alto nível de importância administrativa nacional. Ao incorporar no nome do novo Ministério a expressão «assistência social», o Governo assumiu formalmente o encargo de prestá-la a toda a população, como dever do poder público.

Logo depois de instalado o INPS, em 1967, o Brasil ingressou numa fase de acentuadas transformações; o crescimento acelerado das atividades econômicas em ge-

ral; a rápida urbanização; a participação cada vez mais acentuada da mulher no trabalho. Tais fatores provocaram considerável aumento do número de beneficiários — segurados e seus dependentes — do INPS, cujo porte e complexidade não tardaram a ultrapassar os limites previstos quando foi criado.

Isso levou à instituição, em 1977, do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, o SINPAS. Mais uma vez se procurava racionalizar e simplificar a estrutura administrativa, para poder atender melhor aos trabalhadores e seus familiares.

Depois do SINPAS cabe mencionar a criação, já no meu governo, em 1981, do CONASP, Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária. Reunindo representantes classistas e dos Ministérios das áreas social e econômica, o CONASP dedica-se à coordenação das atividades para prestação de assistência médica à população em geral.

Em 1964, os seis institutos então existentes cobriam 5 milhões de asssegurados, que, com seus 11 milhões de dependentes, totalizavam 16 milhões de pessoas, exclusivamente na área urbana. A população rural, o homem do campo não tinha, até então, qualquer tipo de assistência médica e social. E o total correspondia a apenas 20% da população, na época. Hoje o SINPAS abrange 110 milhões de pessoas, mais de 85% da população, tanto na cidade como no campo.

Atualmente o atendimento é feito, durante 11 ou 12 horas por dia, nas 470 agências da Previdência Social e nos seus postos de benefícios, de assistência médica e outros órgãos como as 3.400 representações. Também é feito através das 13.400 agências da rede bancária nacional, dos 3.500 estabelecimentos de rede hospitalar e das 3.300 empresas que, mediante convênio, atendem aos respectivos empregados. Os representantes — 3.400, como acabamos de ver —, garantem a presença da Pre-

vidência Social em todo o Território Nacional, incluindo pequenas localidades.

Essa foi a evolução da estrutura administrativa. Nessas poucas palavras, resumi um trabalho de 20 anos, nos quais procuramos melhorar e aprimorar a organização e os métodos de administração da Previdência, para atender melhor ao número cada vez maior de beneficiários. A par desse aprimoramento administrativo, e com base nele, foram adotadas muitas medidas, depois de 1964, voltadas para ampliar a proteção social dos brasileiros.

Vou relembrar algumas dessas medidas: em 1967, o seguro de acidentes do trabalho passou completamente para a Previdência Social, embora conservando condições especiais. Foi uma etapa a mais no rumo de uma solução social e humana para esse problema dos trabalhadores. Mais importante na ampliação da proteção social foi a instituição, em 1971, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o PRO-RURAL, ao mesmo tempo previdenciário e assistencial.

Mediante custeio a cargo dos produtores rurais, com significativa participação das empresas urbanas e sem contribuições diretas dos trabalhadores rurais, o PRO-RURAL assegura ao homem do campo os benefícios previdenciários essenciais, na base de metade do salário-mínimo, e a assistência médica indispensável.

Em 1974, foi instituída uma renda mensal vitalícia para os maiores de 70 anos ou inválidos que, tendo pertencido à Previdência Social Urbana ou Rural, e perdido a qualidade de segurado, não disponham de outra fonte de recursos. Trata-se, igualmente, de medida de amplo alcance social.

No mesmo ano, o auxílio-maternidade foi incluído entre os benefícios da Previdência Social, nas mesmas condições em que era devido pelas empresas às empregadas gestantes, por força da legislação trabalhista. Foi

outra medida de grande alcance social, uma vez que pôs termo, em boa parte, à discriminação das empresas contra as empregadas casadas.

Sabemos que a Previdência Social é sobretudo um seguro dos pobres, já que se destina primeiro aos trabalhadores de baixa remuneração. Entretanto, com a retomada do crescimento econômico, aumenta o número dos que, com melhor remuneração, desejam proteção mais ampla fora do alcance da Previdência básica.

Para essa nova realidade foi regulamentada e vem crescendo a Previdência privada — que representa valioso reforço da proteção oficial custeado pelos próprios interessados.

Estando em início de funcionamento, a Previdência privada dispõe de vultosas reservas que têm um efeito paralelo muito importante em termos sociais: os fundos de segurança privada ocorrem de maneira significativa para a acumulação de poupança para investimentos de que tanto carecemos para a continuidade do nosso desenvolvimento.

Temos lutado com dificuldades de toda ordem nos últimos anos. Se volto a falar nelas é porque, sendo bastante graves em termos gerais, elas se tornam dramáticas na área social.

Não chega a ser consolo, mas é bom saber que nós, brasileiros, não somos os únicos a suportar tais dificuldades.

Muitos outros países se encontram em situação igual à nossa ou até mais difícil. Em verdade, basta olhar à nossa volta para verificar que grande parte do Mundo ainda sofre hoje o impacto da recessão econômica. Com seu conhecido cortejo de problemas e angústias, a começar pela insuficiência de empregos.

A recessão conduz ao paradoxo de que tanto mais necessitamos de recursos para proteção social, tanto menos eles existem, pois a despesa precisa crescer exatamente porque a receita está diminuindo.

Temos também pela frente uma inflação violenta que é imperioso debelar. Quando, porém, procuramos ajustar a esse imperativo a política salarial, as medidas adotadas reduzem a arrecadação da Previdência.

Apesar de todas essas dificuldades, a Previdência Social não deixou de pagar em dia os benefícios, e não só manteve como ampliou a assistência médica e outros serviços, e atendeu aos seus demais encargos.

Para ter idéia do que isso significa, em termos de manutenção da ordem econômica e social, basta considerar que só os benefícios de pagamento continuado — aposentadorias, pensões, auxílio-doença, rendas mensais vitalícias — são pagos, todo mês, a dez milhões de trabalhadores e seus dependentes. Isso sem falar nos benefícios de pagamento único, como o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral. Outro dado significativo: a Previdência Social paga 110 bilhões de cruzeiros de benefícios por dia útil; ou seja, mais de 2 trilhões de cruzeiros por mês.

É fácil prever as perturbações e transtornos que ocorreriam no País inteiro se houvesse atraso no pagamento a tantas pessoas; sobretudo porque essas pessoas, em geral, não dispõem de outro rendimento, tendo na Previdência Social sua única fonte de recursos.

Além disso, o último reajustamento automático dos benefícios, em vigor desde novembro de 1984, garantiu 100% de correção para os benefícios de até três vezes o salário-mínimo e 85% para os demais, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC. Quanto ao salário-mínimo, foi a primeira vez que a Previdência Social utilizou o valor corrigido para o cálculo do limite de três vezes esse salário; e quanto aos benefícios acima desse limite, o índice foi superior em 5% ao fixado para os salários da mesma faixa.

Dessa forma, o Governo procurou, como sempre, atender em primeiro lugar os mais necessitados.

Também na assistência médica as cifras dão boa idéia das responsabilidades que a Previdência Social vem conseguindo cumprir, apesar das dificuldades que conhecemos. Só em 1984, ela proporcionou, nos seus hospitais e postos próprios, nos demais estabelecimentos oficiais ou através da rede privada, 500 milhões de atendimentos médicos e odontológicos, incluindo consultas, exames complementares e outros serviços. Também no ano que acaba de findar, as internações hospitalares passaram de 13 milhões.

Os números da assistência social não são tão elevados, mas nem por isso é menos significativo o trabalho realizado nessa área complexa, onde as necessidades superam os recursos. Não podemos esquecer, por exemplo, que aí se localiza o problema dos nossos milhões de menores necessitados.

Cabe também uma referência à firmeza com que vêm sendo combatidas as fraudes que, apesar de tudo, ainda ocorrem nos setores de benefícios e assistência médica. Não foi ainda possível eliminá-las completamente. Os sistemas de controle estão sendo permanentemente aprimorados, de forma que temos boas razões para acreditar que elas continuarão diminuindo. Nesse aspecto, faço questão de afirmar que é preciso respeitar o bom conceito e a seriedade da maioria dos servidores da Previdência, e separá-la da pequena minoria responsável pelas irregularidades que têm sido denunciadas e apuradas.

Muito se tem falado em *deficits*, ou «rombos» da Previdência Social. Houve até quem a declarasse falida, como se isso fosse possível ou sequer tivesse sentido. Na verdade, a luta para manter o equilíbrio financeiro tem sido árdua, com altos e baixos, lances dramáticos e muito desgaste, porém, a Previdência Social vem conseguindo cumprir em dia seus compromissos. O fator decisivo dessa vitória é a recuperação da economia iniciada no ano passado. Talvez seja o fim da crise e a retomada do desenvolvimento econômico.

O retorno da prosperidade começou reforçando a arrecadação direta da Previdência Social e levando-a a ultrapassar a previsão orçamentária. Ao mesmo tempo, permitiu que o Governo Federal cumprisse seus compromissos para com ela, sem ter de recorrer a novas emissões que agravariam a inflação.

Devo ressaltar que não foi esforço do Governo apenas, aí incluídos os setores da Receita da Previdência Social.

NÃO TERÍAMOS VENCIDO A FASE CRÍTICA SEM A
COMPREENSÃO DAS EMPRESAS E A COOPERAÇÃO DA
REDE BANCÁRIA.

Os críticos e os radicais de sempre certamente continuarão a falar em *deficit*, rombo, falência, o que quiserem, mas a realidade não está do lado deles.

Ao lado das medidas inadiáveis para regularizar o fluxo de caixa e do combate à fraude, foram adotadas outras de grande envergadura.

Em 1976, tivemos a primeira Consolidação das Leis da Previdência Social, que reuniu toda a legislação previdenciária urbana em um documento único de consulta simples; no ano passado promovi sua atualização. Com o mesmo empenho de racionalizar e simplificar a legislação da Previdência foram expedidos os regulamentos de benefícios, de custeio e de gestão administrativa; o primeiro foi de atualização, em 1982, e o segundo, em 1985.

No propósito de ir avançando em direção ao futuro, tomei a iniciativa, no ano passado, de mandar preparar um estudo para revisão da Previdência e Assistência Social. Antes mesmo de ser apreciado em nível de decisão, ele está sendo amplamente divulgado para receber críticas e sugestões. Como bom índice de participação geral no debate da matéria, o Ministério da Previdência já recebeu mais de 1000 cartas e ofícios de pessoas e entidades interessadas. Com base inclusive nas críticas e sugestões que forem aprovadas, deverá ser preparada

uma versão nova que ficará como subsídio para o exame da matéria pelo próximo governo.

Sem prejuízo desse estudo, foi projetada a criação do PREV-RURAL, programa destinado a garantir aos empregados rurais benefícios proporcionais ao salário, além de outras vantagens. O PRO-RURAL, hoje vigente, representou uma grande conquista para o trabalhador do campo. O PREV-RURAL será novo passo à frente na proteção social do homem do campo e seus dependentes.

Também se encontra em adiantado estudo, para maior racionalidade e justiça do custeio da Previdência Social, o estabelecimento de uma contribuição proporcional ao faturamento para as empresas que utilizam pouca mão-de-obra em relação ao seu porte. É outro trabalho que ficará como possível subsídio para o próximo governo.

Na Previdência e Assistência Social, por mais que se faça, sempre haverá muito por fazer. Além disso, é preciso não esquecer que a crise econômica internacional atingiu em cheio o Brasil. Agravou nossas já precárias condições e afetou duramente as classes menos favorecidas, como quase sempre acontece, a começar pelas crianças e adolescentes. Ela dificultou mais ainda a atuação do Governo.

Temos, por exemplo, de enfrentar a questão desemprego, pois a oportunidade de trabalho é a mais vital das garantias sociais. Precisamos dispor de empregos para todos, e enquanto não for possível, devemos garantir proteção social aos desempregados. Sem isso, nenhum sistema previdenciário estará completo e as medidas paralelas perdem muito do seu sentido.

Esta prestação de contas sobre o trabalho do meu governo, como parte da evolução iniciada em 1964, deve concluir com uma avaliação dos resultados.

Olhando para trás, verificamos que estamos hoje melhor do que ontem, a despeito do muito que ainda

falta. Sabemos que continua por vencer a luta contra a pobreza e outros males, o que nos deixa longe ainda do resgate da nossa dívida social. Entretanto, foram enormes nossos esforços para atender as responsabilidades e compromissos.

Decerto não teria sentido recapitular dados concretos e cifras estatísticas. Basta repetir que a virtual totalidade da população brasileira dispõe hoje de alguma forma de proteção social. Não é a proteção completa e perfeita que todos desejamos, mas provavelmente será o máximo permitido pelas nossas condições atuais.

A comparação com o futuro, se assim se pode dizer, é mais complexa. Futuro, aqui, é o que resta por fazer, são as lacunas por preencher; são as novas metas a alcançar no incessante empenho de aprimorar a Previdência e Assistência, bem como os demais programas de proteção social. É o ideal de propiciar a gradativa elevação da condição humana.

O muito que tenha sido feito torna-se pouco em face do que falta fazer, pois as nossas aspirações devem sempre ultrapassar as nossas realizações.

Além disso, as conquistas alcançadas — inclusive o que já atingimos em matéria de Previdência e Assistência Social — servem de base para novos avanços. Dito de outra maneira, o presente nos mostra que, corrigindo e melhorando o passado, estamos preparando o futuro promissor que a capacidade e as virtudes do povo brasileiro permitem esperar.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente João Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre a atuação do Governo Federal na área da Política Externa.

Em 1-3-85

Brasileiros:

Venho falar-lhes hoje sobre a nossa Política Externa, ou seja, a maneira pela qual conduzimos nossas relações com os outros países.

Essas relações dependem da nossa maneira de ser, do estágio da nossa comunidade, da nossa vontade, e de como os outros países vêem o Brasil.

NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS, NOSSO PAÍS CONSTRUIU DE FORMA SEGURA E ACELERADA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA COMPLEXA, COM AMPLA VARIEDADE DE AGRUPAMENTOS POLÍTICOS, E UM SISTEMA POLÍTICO DINÂMICO.

No plano econômico, atingimos grau de industrialização significativo. O Brasil é hoje a oitava economia mundial. O crescimento populacional acelerado, a formação insuficiente de capital, os desequilíbrios regionais e setoriais incluem o nosso País no quadro dos países ainda em desenvolvimento.

No plano social, ampliamos o acesso dos jovens à educação, aumentamos as perspectivas de aquisição da casa própria para grande parcela da população, garantimos melhor assistência médica. Cresceu o número de

pessoas empregadas nas indústrias, passamos a dar assistência ao homem do campo e democratizamos o aceso à terra.

Todas essas características internas influem na condução da política externa por sua vez, a ação externa deve ser fator de melhoria das condições internas e tem contribuído de forma expressiva nessa direção.

Além de zelar pela continuidade da atitude do Brasil no Mundo, conforme a nossa estratégia nacional, o Itamaraty e a diplomacia brasileira sempre buscam projetar os nossos interesses, tanto de longo prazo como interesses do momento, nas relações com os outros países, de modo a colher benefícios apropriados para o progresso da nossa pátria.

No meu discurso na Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro de 1982,

DEIXEI CLAROS DOIS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA NOSSA POLÍTICA EXTERNA: A PAZ E O DESENVOLVIMENTO.

Para começar, a política externa é responsável pelo clima de paz que deve prevalecer nas relações do Brasil com os nossos parceiros. E também tem sido valioso fator de desenvolvimento econômico, pois favoreceu a criação de empreendimentos conjuntos com outros países, que significaram maiores oportunidades para o Brasil nos mais diversos campos e expandiram em muito nossas exportações.

Nós todos conhecemos a tradição diplomática brasileira, que foi a de definir as fronteiras de nosso País sempre através de negociações diplomáticas e tratados internacionais.

Não desenhamos o mapa do Brasil através de guerras de conquista. Ele se configurou nas mesas de negociação diplomática.

Ao defender soluções pacíficas para controvérsias e conflitos internacionais, a nossa Política Externa defen-

de a melhor tradição de nosso País — a tradição de resolver os problemas através de conversações e entendimentos. Também quando afirmei que a política externa contribuiu para o nosso desenvolvimento estou dizendo que ela tem sido fiel a um anseio geral e legítimo da sociedade brasileira.

Até os anos trinta éramos basicamente um país agrícola, dependente das exportações de café, que era a grande e quase exclusiva riqueza nacional.

Com a crise internacional dos anos trinta, o Brasil começou a mudar no sentido de diversificar sua produção. Os preços dos produtos primários, e dentre eles o café, caíram drasticamente e, em consequência, ficamos sem divisas para importar. Por essa razão, começamos a fazer um esforço imenso para substituir as importações.

TINHAMOS DE PASSAR A PRODUZIR INTERNAMENTE
AQUILLO QUE NÃO PODÍAMOS COMPRAR NO EXTERIOR.

A partir de 1964 esse processo, até então incipiente, acelerou-se e o Brasil é hoje uma nação com um vigoroso e sólido setor industrial, com uma agricultura moderna e pujante. De que forma a diplomacia brasileira contribuiu para esse esforço nacional de desenvolvimento? Vou indicar as principais.

A primeira contribuição veio pela convivência pacífica com nossos vizinhos e com os demais países.

A ausência de conflitos armados e de disputas territoriais permitiu ao Brasil concentrar esforços na busca do desenvolvimento. Se estivéssemos envolvidos em conflitos com outros países — como, infelizmente, ocorre em tantas regiões do Mundo — certamente o ritmo de crescimento de nossa economia teria sido mais lento ou, pelo menos, teria sofrido fortes flutuações e distorções.

Outra forma de ajuda ao desenvolvimento está ligada às relações entre a política e a economia. Nos últimos anos, a Política Externa aprofundou e ampliou a in-

fluência internacional do Brasil por meio de contatos mais densos e freqüentes com um maior número de países.

Esses contatos produziram um diálogo político franco e cordial com nossos parceiros, o que teve reper-
cussões muito positivas, facilitando o aumento de nos-
sas exportações de produtos e o crescimento acelerado
das exportações de serviços de construção civil, de ro-
dovias, de ferrovias e até de hidrelétricas. Em tudo isso
contribuiu a diplomacia brasileira, trabalhando em fa-
vor do bem-estar da população, do desenvolvimento do
País.

Participei ativamente desse trabalho. Durante meu governo mantive contatos diretos com outros Chefes-de-Estado e de Governo, tanto nas visitas oficiais que fiz a países amigos, como nas numerosas visitas que recebi de líderes desses países. As visitas presidenciais foram complementadas, em muitos casos, pelas visitas que os meus Ministros realizaram ao Exterior e aquelas que recebemos de representantes de outros países.

Qual o significado dessas visitas para o País? Elas estabelecem contato direto entre Chefes-de-Estado ou de Governo e abrem caminho para importantes iniciativas. Nessas visitas foram concretizados projetos conjuntos que significaram novas exportações, maior número de empregos para os brasileiros, melhores oportunidades para a agricultura e indústrias nacionais. Temos tido grande êxito em empreendimentos conjuntos com nos-
sos parceiros e as visitas presidenciais foram muito úteis e importantes para esse fim. Todos saímos beneficiados desse esforço comum — o Brasil e os países ami-
gos.

A cooperação que criamos é igualitária. Não aspira-
mos a lideranças, mas, ao contrário, queremos prosp-
erar junto com os outros países. E temos tido êxito.
Prosperamos e geramos prosperidade para nossos par-
ceiros. Esse fato explica muitas linhas da nossa Política

Externa, como a aproximação política e o intercâmbio econômico-comercial com os países do Terceiro Mundo.

As relações com os países em desenvolvimento geram prosperidade mútua e um diálogo político franco e em bases igualitárias. Há duas principais razões para o nosso êxito.

Primeiro, não temos um passado de país colonizador. Isto nos garante maior receptividade política porque afasta suspeitas de que aspiramos a lideranças e abre caminho para um relacionamento harmônico.

A segunda razão é a econômica. Nossas indústrias produzem uma grande variedade de produtos que podem competir nos mercados estrangeiros. Além disso, temos uma experiência muito importante em serviços de engenharia adaptados às condições especiais dos países do Terceiro Mundo. Nossa experiência de construção de estradas em regiões tropicais de difícil acesso, por exemplo, é muito grande. Muito grande é nossa experiência em construção hidrelétrica, porque fizemos muitas no Brasil. Muito grande é nossa experiência na utilização de fontes energéticas alternativas, como o Programa do Álcool.

Essa experiência nossa se faz muito necessária para os países do Terceiro Mundo. Ela pode ser muito valiosa para esses países. E qual deve ser a nossa atitude? Ela não podia ser outra senão a de incentivar esse intercâmbio com o Terceiro Mundo, examinar novas formas de cooperação econômica, aprofundar o diálogo político com esses países. Foi isso o que fizemos em benefício desses países amigos, e em benefício da indústria brasileira, que diversificou e aumentou suas exportações para novos mercados. Em benefício do trabalhador brasileiro, que teve aumentadas as oportunidades de trabalho em novas áreas, e em benefício do conjunto da sociedade brasileira. Alguns dados de comércio demonstram esses fatos. Os mercados dos países em desenvolvimento não são importantes somente para nós.

O Japão, por exemplo, destinava, em 1982, 45% de suas exportações para esses países. Os Estados Unidos destinavam 36%; e o Brasil exportava para eles 32% do total de nossas vendas. Esses dados demonstram algumas tendências da nossa política externa: em primeiro lugar, o vultoso comércio que conseguimos construir com os demais países em desenvolvimento é um patrimônio inestimável que a nossa diplomacia e os nossos empresários construíram junto com a diplomacia e os empresários daqueles países. Abandonar essa conquista só serviria aos interesses de nossos competidores comerciais. Se nós deixarmos de exportar, hoje, outros iriam ocupar o espaço vazio que teríamos deixado.

Foi por essas razões que, em todos os momentos de dificuldades, sempre determinei a procura de soluções criativas para o fortalecimento desse intercâmbio econômico-comercial. Não aceitei os reclamos daqueles que preconizavam a concentração de nossas relações econômico-comerciais apenas com as nações ricas, como se com essas não houvesse problemas. Nossa diplomacia não pode ser excludente. Ela deve somar realizações e não diminuir.

É óbvio que o Brasil não vê o relacionamento com o Terceiro Mundo em termos de alternativa ao Primeiro Mundo, isto é, os países desenvolvidos. Nossas relações com o Terceiro Mundo devem ser vistas em paralelo com as relações com o mundo desenvolvido. A natureza das duas áreas é diferente.

Os países desenvolvidos continuam a ser, no seu conjunto, o maior mercado para produtos brasileiros e são fonte essencial de empréstimos, investimentos e tecnologia para o Brasil. Já os países em desenvolvimento absorvem importante parcela das nossas exportações, sobretudo de produtos de tecnologia avançada e de serviços de engenharia de construção civil.

Nossas exportações para regiões do Terceiro Mundo cresceram com grande dinamismo no período 1978-

1983. As nossas exportações para o Oriente Médio subiram de duzentos por cento; para a Ásia, de 133%; para a África, de 100%.

Outro exemplo concreto da Política Externa, como fonte de desenvolvimento e de contribuição decisiva ao bem-estar do povo é Itaipu. A construção da maior hidrelétrica do Mundo surgiu de intenso trabalho diplomático. Esse trabalho culminou com a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, em 1979, que resolveu as divergências a respeito da construção de Itaipu.

Assim, o primeiro ano de meu governo começou com a diplomacia abrindo caminhos ao desenvolvimento nacional, contribuindo para a futura eletrificação de grandes áreas do País, ajudando o nosso parque industrial a continuar dinâmico, com disponibilidade abundante de energia elétrica.

Temos aí um exemplo claro do poder construtivo do trabalho diplomático, que, ao superar obstáculos, abre caminho para o desenvolvimento.

Dedicamos uma atenção toda especial ao Continente Latino Americano, pela identificação histórico-cultural, geográfica, política e econômica. Foram essas identificações naturais que inspiraram o esforço diplomático com a América Latina que teve lugar durante meu governo. Um testemunho disto são as visitas que realizei aos países amigos da região. Fui o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro a visitar as capitais da Colômbia, Peru e Venezuela. Realizei ainda visitas à Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia e México.

Com muitas dessas nações do Continente, temos desenvolvido um intenso trabalho diplomático para ajudar a resolver a questão da dívida externa. Com esses outros países do Continente, procuramos dar tratamento político mais amplo, mais abrangente para a difícil questão do endividamento externo dos países da América Latina.

Qual o objetivo maior deste esforço conjunto latino-americano? Primeiro, procurar sensibilizar os governos dos países credores para a gravidade, para nossas nações, do problema do endividamento, agravado pelas políticas que resultam em aumento exagerado dos juros e fechamento dos mercados para nossas exportações. Mostramos que estamos fazendo um sério esforço de ajustamento para termos as condições necessárias para poder cumprir nossos compromissos internacionais. Mas é necessário que também nossos credores adotem políticas que não anulem nosso esforço.

Ao mesmo tempo, queremos deixar claro que há limites neste esforço de ajustamento. Há limites a partir dos quais os problemas sociais resultantes do ajustamento começam a ser insuportáveis, o que não seria desejável nem para nós nem para nossos credores. O segundo objetivo desse trabalho diplomático de coordenação é conseguir aliviar o peso do pagamento da dívida, de forma a tornar aquele processo de ajustamento mais suportável para a população.

A ajuda que nossa diplomacia presta ao aumento de nossas exportações não auxilia apenas ao pagamento da dívida. Ela também resulta em aumento de emprego e elevação das condições de vida do povo.

O nosso bom diálogo político com os países do Terceiro Mundo facilitou o nosso comércio, sem prejuízo das boas relações e do intenso intercâmbio comercial e financeiro que mantemos com os países desenvolvidos.

Mas há outros aspectos da nossa Política Externa que são importantes para ajudar a melhorar as condições de vida da população brasileira, embora de forma indireta.

A nossa Política Externa tem dois objetivos maiores. Esses objetivos são o desenvolvimento, que focalizei, e a paz, de que vou falar mais adiante.

Não são objetivos tão nitidamente separáveis, porque, como indiquei antes, se criamos condições para a

paz, estamos evitando o enorme desperdício de esforços que ocorre durante os conflitos armados que, infelizmente, assolam grande parte da Humanidade.

O grande ideal de promoção e defesa da paz está ligado a outro grande objetivo, a segurança externa. A promoção da nossa segurança externa está intimamente ligada a alguns princípios políticos muito concretos: boa convivência, a não-intervenção, a não-intergência nos assuntos internos de outros países. Nossas fronteiras territoriais são definidas, nosso território é suficiente para o desenvolvimento do País, nossa tradição diplomática é pacífica e não aspiramos a lideranças.

Por todas essas razões — e muitas outras que poderia arrolar — a nossa diplomacia tem-se orientado sempre pela criação de um clima de harmonia e de cooperação com nossos vizinhos. Esse clima favorece a nossa segurança externa, pois reduz a possibilidade de conflito com outro país, de problemas fronteiriços, de divergências que encontrem expressão política ou militar.

Diria, portanto, que a segurança externa encontra o apoio valioso da nossa posição diplomática, de uma política externa orientada para a cooperação, e não para a confrontação; para o diálogo, e não para a rigidez de posições. O êxito dessa Política Externa está ligado ao fato de ser a expressão mais autêntica de nossa sociedade, que, apesar de seus desequilíbrios sociais, de suas imperfeições políticas, de suas crises econômicas, soube ser uma sociedade modelada pela cordialidade, pela prevalência de soluções pacíficas.

Quero ressaltar dois momentos, dentre outros: durante a crescente tensão entre Peru e Equador, em 1981, pudemos contribuir para superar uma situação ameaçadora para a paz. E durante o conflito das Malvinas, em 1982, quando defendemos modalidades pacíficas de encaminhamento da crise.

Com relação à crise centro-americana, defendemos a busca de soluções pacíficas para as graves questões

regionais, como aquelas previstas pelo grupo de Contadora, que reúne o México, a Venezuela, a Colômbia e o Panamá. Quero indicar a importância prática de um dos traços que corvãoem o perfil da diplomacia brasileira e das nossas relações com os outros países: a credibilidade. A credibilidade traz maior confiança na maturidade das nossas decisões. Abre caminho para a solução de problemas que, de outra maneira, se arrastariam por anos sem solução. Encontramos uma solução diplomática para Itaipu porque nossas atitudes souberam inspirar confiança nos nossos vizinhos argentinos e paraguaios. Da mesma forma, no conflito das Malvinas, o nível de confiança e maturidade de nossas relações com a Argentina e com a Grã-Bretanha facilitou a nossa postura pacífica e construtiva em relação àquela disputa.

Outro exemplo claro de um relacionamento amadurecido: nossas relações com os Estados Unidos. Temos diálogo aberto com esse país que é, individualmente, o maior mercado para produtos brasileiros.

Pude pessoalmente contribuir para o nosso diálogo com os Estados Unidos, por ocasião das visitas presidenciais que tiveram lugar no curso de meu governo. Um clima de plena cordialidade prevaleceu durante a visita que realizei a Washington e durante a visita do Presidente Reagan ao Brasil; em 1982.

Temos amplas faixas de convergência nas nossas políticas externas. Se utilizamos formas diferentes de avaliar certas questões internacionais, encaramos essas percepções diferentes como um fenômeno natural entre países que vêm democraticamente a convivência internacional.

Dentre essas diferenças, ressalto sobretudo as de natureza econômico-comercial, tais como as práticas protecionistas que tanto dificultam o acesso de produtos brasileiros ao mercado daquele país.

Realizei visitas à França, Portugal, República Federal da Alemanha e Espanha, num processo de consolidação e aprofundamento de nossas relações com o Continente Europeu.

Uma visita que desejo ressaltar é a do Papa João Paulo II ao Brasil, em 1980, pois ficou marcada na memória de nossa Nação como mensagem de fé, de paz e de esperança num mundo melhor.

O Oriente Médio é outra área de interesse para o Brasil.

Conseguimos conquistar a confiança e a credibilidade de nossos parceiros na região. Isto teve consequência direta de grande importância para a economia brasileira. No início de meu governo, após a segunda elevação dos preços do petróleo, em 1979, nosso país conseguiu assegurar suprimentos de combustível na região graças ao bom relacionamento político que soubemos construir com o Oriente Médio e com países em outras áreas do Terceiro Mundo. O clima político favorável beneficiou também o esforço para equilibrar nosso balanço de pagamentos com os principais países fornecedores de petróleo do Oriente Médio. Intensificamos nossas exportações e conseguimos bons resultados em algumas áreas. No período de 1978 a 83, as exportações brasileiras para o Oriente Médio passaram de 600 milhões de dólares para 1 bilhão e 800 milhões de dólares, um aumento de 200%, com a participação crescente de produtos manufaturados.

Outro exemplo de expressivas realizações comerciais é o nosso intercâmbio com o Iraque, onde firmamos nossas vendas de serviços de engenharia. Naquele país, uma empresa brasileira concluiu uma ferrovia orçada no início em 1 bilhão e 200 milhões de dólares e cuja construção durou cinco anos.

Uma rodovia e um canal de navegação e drenagem, são outras iniciativas a cargo de firmas brasileiras.

Com o Irã temos um florescente comércio, com elevadas exportações de produtos siderúrgicos e de soja, e com grande potencial em outros setores.

Durante meu governo, nossas relações com os países asiáticos ganharam em diversidade e aprofundamos nosso diálogo político com a Índia e o Paquistão.

O Japão é hoje o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil, e o intercâmbio bilateral nos dois sentidos situou-se em 1982 acima dos dois bilhões de dólares. Em minha visita àquele país, em maio de 1984, pude verificar pessoalmente o significado das relações nipo-brasileiras para a nossa economia e pude impulsivar novos projetos conjuntos.

A cooperação com a China, ainda incipiente, é muito promissora, como pessoalmente pude testemunhar.

Já foram assinados importantes compromissos de cooperação na área comercial e na de ciência e tecnologia. Concluímos também um acordo sobre cooperação nuclear para fins pacíficos.

A nossa política com relação à África constitui um exemplo, que considero dos mais expressivos, de êxito diplomático.

A política africana do Brasil é um caso bem-sucedido de cooperação sul-sul. O Brasil é um parceiro útil e sincero para as jovens nações africanas, com as quais tem laços fundamentais. Com elas mantemos intercâmbio econômico-comercial florescente, diálogo político franco e em bases igualitárias.

A Política Externa de meu governo mereceu amplo consenso nacional, inclusive o apoio de virtualmente todos os partidos políticos. No caso de nossa política africana, as dissenções foram mínimas. A razão maior para esse consenso é que a nossa política africana corresponde às aspirações e valores mais essenciais da sociedade brasileira. Num sentido mais elevado, ela leva o Brasil

a um reencontro com uma de suas origens fundamentais.

A minha visita à África em novembro de 1983 foi passo importante no processo de fortalecimento de nossas relações com aquele Continente. Visitei a Nigéria, o Senegal, a Argélia, Guiné-Bissau e Cabo Verde, e, numa outra etapa, o Marrocos. Em todos tive acolhida fraterna e calorosa do povo e do Governo, numa demonstração de apreço e amizade para com o Brasil. Apreço e amizade que buscamos reforçar, com nossa ação diplomática, com as visitas que realizei, e que constituem base sólida para desenvolvirmos nosso intercâmbio comercial e para procurarmos, juntos, acelerar nosso processo de desenvolvimento.

A vertente econômica de nossos vínculos com a África é expressiva e tem prestado sua contribuição para o nosso próprio esforço de desenvolvimento. De 1978 a 83 as nossas exportações para o continente africano cresceram 100%. Exportamos serviços de engenharia, como a construção de rodovias no Congo, na Mauritânia e na Tanzânia; modernização dos sistemas de telecomunicações de Cabo Verde; exploração de carvão em Moçambique; investimentos em infra-estrutura de obras civis na Nigéria; exploração de petróleo em Angola; refino e exportação de derivados de petróleo para o Zaire e Cabo Verde, a execução de projetos agro-industriais na Costa do Marfim.

Em conclusão, quero dizer que a diplomacia e a política externa têm de ser fiéis ao que somos como nação. Esta diretriz assegura a sua legitimidade interna e garante ampla credibilidade internacional, para a melhor defesa de nossos interesses nacionais permanentes, e para o maior sucesso nas oportunidades de cada momento.

No meu governo, coube ao Itamaraty, com os serviços diplomáticos, consulares e de apoio comercial o trabalho de base, de prospecção, de definição, desse uni-

verso de interesses comuns a manter e a ampliar. Envolvei praticamente todos os Ministérios nesse esforço e quero registrar os espaços imensos que ganhamos pela capacidade de nossos empresários. Pessoalmente empenhei-me em demonstrar, com clareza, em contato direto com os Chefes-de-Estado, Ministros e Empresários dos países amigos, a minha disposição, as expectativas do Governo e do nosso povo.

A expansão, o aprofundamento, a diversificação das nossas relações com os outros países, resultado do nosso crescimento econômico e social, nestes 20 anos, passaram a exigir uma Política Externa, e uma atividade diplomática de alta versatilidade, conhecimento específico de situações e interesses, capacidade de ação imediata, espírito de competição e de cooperação.

Como procurei descrever, temos hoje interesses conjuntos com muitos países em todos as regiões do Mundo. Mais do que isso, desejamos fazer crescer esse patrimônio de interesses comuns, num clima de paz, de confiança mútua, de decisões amadurecidas, para a maior prosperidade do nosso povo e dos nossos parceiros.

Muito Obrigado.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO**